

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TAYANE ROGERIA LINO

**O *locus* enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção
científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa**

**Belo Horizonte
2014**

TAYANE ROGERIA LINO

O *locus* enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Mayorga

**Belo Horizonte
2014**

150

Lino, Tayane Rogeria

L7581

2014

O lócus enunciativo do sujeito subalterno [manuscrito]:
uma análise da produção científica de bell hooks e Gloria
Anzaldúa / Tayane Rogeria Lino. - 2014.

173 f. : il.

Orientadora: Claudia Andréa Mayorga Borges.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Psicologia – Teses. 2.Mulheres - Teses3.Ciência -
Teses. 4.Feminismo - Teses. I. Mayorga, Claudia . II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG
PSICOLOGIA
UFMG

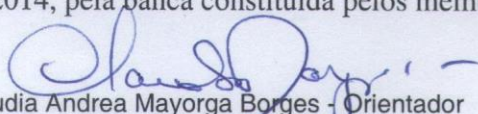
FOLHA DE APROVAÇÃO

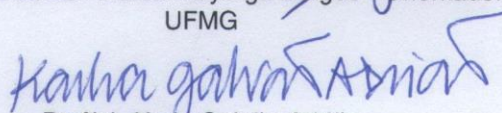
O LÓCUS ENUNCIATIVO DO SUJEITO SUBALTERNO: uma análise da produção científica de Gloria Anzaldúa e bell hooks

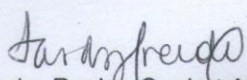
TAYANE ROGERIA LINO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges - Orientador
UFMG


Prof(a). Karla Galvão Adrião
UFPE


Prof(a). Sandra Regina Goulart Almeida
UFMG

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2014.

A toda mulher que ousou dizer seu nome

AGRADECIMENTOS

À minha família. Em especial, à minha avó Ana, a minha mãe, Taina e ao meu pai, William, que me incentivaram e apoiaram nesse caminho longo e tortuoso.

A todos os integrantes do Núcleo Conexões de Saberes e do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes que contribuíram para o enegrecimento da minha escrita e para o engendramento do meu pensamento.

Nestes meses vivi a ciência em meio a mulheres presas, com a Daniela; a mulheres que serão removidas, com o Lucas; a mulheres que se prostituem, com o André; a mulheres que abortam legal e ilegalmente, com o Francisco e com a Ana; a mulheres em situação de violência doméstica, com a Thalita; a mulheres negras no funk e no hip hop, com a Larissa. Gostaria de agradecer a todas elas pela oportunidade de ampliar meu pensamento.

À minha orientadora Claudia Mayorga que, muitas vezes, me desestabilizou. Acreditou em mim e contribuiu para o desvelamento do campo científico. Ela é, certamente, um dos meus exemplos de intelectual latino-americana.

À Daniela e ao Lucas, companheiros de escrita e de vida.

Agradeço aos professores Marco Aurélio Máximo Prado e Cornelis Johannes Van Stralen e a todos que integraram o Núcleo de Psicologia Política pelo companheirismo e pela complexificação do meu olhar sobre os problemas sociais.

À Talita, por vivenciar comigo a seara da construção de um problema de pesquisa.

À Nilma Lino, pelo exemplo e oportunidade.

À minha estadia no Ações Afirmativas que contribuiu para uma compreensão da minha experiência na universidade, onde encontrei semelhantes, me senti identificada, pertencente a um grupo.

À Adriana pelo companheirismo e pela parceria incondicional.

À Rafaela, Marina, Cristina, Mariana, Laura, Coacci, Daniel, Sofia, Claudia Brito, Liu, Gustavo, Lili, Cassia, Nádia e Claudia Damasceno, sujeitos que enchem minha vida e minha cabeça de alegrias e ideias.

Aos meus amigos de infância que estiveram comigo sempre, Leo, Silvia e Nayrane.

Aos meus colegas do Instituto Albam por contribuírem na construção de um olhar reflexivo e conectado com o cotidiano social.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

Á Karla Galvão e Sandra Almeida pela leitura atenta e, sem dúvidas, cuidadosa deste trabalho, pelas considerações que em muito contribuíram para esta dissertação.

Á CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento desta dissertação.

Á bell hooks e Gloria Anzaldúa, foram muitas e muitas horas de descobertas sobre mim, sobre elas e sobre nós, obrigado!

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.

Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

Conceição Evaristo

RESUMO

Lino, T. (2014). *O lócus enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de Gloria Anzaldúa e bell hooks*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O presente trabalho busca investigar a fala/silêncio de mulheres de cor na produção científica, tendo como objetivo estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do *lócus* enunciativo do sujeito subalterno na vida social contemporânea, principalmente, no campo científico. Escolheu-se falar com maior ênfase de mulheres negras, mestiças, lésbicas, latino-americanas e de origem popular por serem, na modernidade, rapidamente e repetidamente, nomeadas como subalternas. Quando essas mulheres supracitadas se tornam acadêmicas, professoras universitárias e pesquisadoras, elas continuam sendo reconhecidas como subalternas? O que as tornam ou não subalternas? Quem é subalterno? Quem nomeia quem de subalterno? Qual a relação entre subalternidade e produção científica? No caminho para algumas respostas e no desenvolvimento de novas perguntas, foram analisados os textos “Intelectuais Negras” de bell hooks e “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo” de Gloria Anzaldúa. Foram tomadas como foco deste trabalho as contribuições de Gayatri Spivak (2010) no texto “Pode o subalterno falar?”, onde a autora afirma que os subalternos são aqueles que não participam, ou participam de modo muito limitado, sendo sujeitos mudos pelo imperialismo cultural e pela violência epistemológica. Tendo como aporte teórico as teorias feministas, questionou-se sobre estes novos sujeitos da produção científica. Esse campo teórico apresentou-se como uma importante contribuição tanto para o campo científico quanto para este trabalho, pois traz o “outro” para a cena, o não falante, o silenciado, o que sempre ocupou o lugar de sujeito na ciência e, poucas vezes, o de sujeito da ciência. As análises apontaram que as teóricas estudadas buscam novas estratégias epistemológicas, estabelecem um diálogo crítico com distintas correntes do pensamento, a fim de explicitar as redes de poder que invisibilizam a aparente objetividade do conhecimento científico. Dessa forma, este outro desenho demonstra que os subalternos só conseguem fazer suas falas ecoarem quando falam a partir da língua do outro. As mulheres, que até agora haviam sido produzidas como objetos do saber, reclamam a produção de um saber local, um saber sobre si mesmas, um saber que questione o saber hegemônico. Assim, elas transitam entre o silêncio e a fala, entre a ausência de uma produção audível e a denúncia de uma história invisível numa ciência imperialista.

Palavras-chave: Mulheres, Ciência, Subalternidade, Feminismo, Análise da Experiência.

ABSTRACT

Lino, T. (2014). *The enunciative locus of the subaltern subject: an analysis of the scientific production of Gloria Anzaldúa and bell hooks*. Master's Thesis, Department of Psychology, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The present thesis seeks to investigate the speak/silence of colored women on the scientific production, having as its objective to establish a discussion around the complex debate about the enunciative locus of the subaltern subject on the contemporary social life, mainly, on the scientific field. It was chosen to speak with emphasis about black women, half-breed, lesbians, Latin-Americans and from popular origins because they are being, on the modernity, quickly and repeatedly nominated as subalterns. When these above mentioned women become academic, university teachers and researchers, do they continue being recognized as subaltern? What it is that turn (or don't turn) them into subaltern? Who are the subaltern? Who nominate who as subaltern? What is the relation between subalternity and scientific production? On the search for some answers and on the development of new questions, the text "Black Intellectuals" written by bell hooks and "Speaking in tongues: a letter to the women writers from the third world" written by Gloria Anzaldúa were analyzed. The contributions from Gayatri Spivak (2010) text "Can the subaltern speak?" were focused on this essay, where the author affirms that subalterns are those who doesn't participate, or participate on a very limited way, being subjects muted by the cultural imperialism and by the epistemological violence. Having the feminist theories as a theoretical support, questions were made about those new subjects on scientific production. This theoretical field presented itself as an important contribution for the scientific field and for this essay, because it brings the "other" to the scene, the non-speaker, the silenced, the one who always occupied the place of subject to the science and few times the place of the scientific subject. The analysis points out that the studied writers are seeking new epistemological strategies, establishing a critical dialogue with distinct fields of thought, intending to explicit the power networks that sustains the apparent objectivity on the scientific knowledge. This way, this other drawing demonstrates that the subaltern can only make their speak resonate when they speak by the language of the other. The women, that until now have been produced as "knowledge objects", claim the production of a local knowledge, about themselves, a knowledge that questions the hegemonic knowledge. So, they transit between the silence and the speak, between the absence of an audible production and the uncovering of an invisible history in an imperialist science.

Keywords: Women, Science, Subalternity, Feminism, Experience Analysis.

RESUMEN

Lino, T. (2014). *El *locus* enunciativo del sujeto subalterno: un análisis de la producción científica de Gloria Anzaldúa y bell hooks*. Trabajo de Maestría, Departamento de Psicología, Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

El presente trabajo busca investigar el habla/silencio de mujeres de color en la producción científica, se tiene como objetivo como reto establecer una discusión alrededor del complejo debate sobre el *locus* enunciativo del sujeto subalterno en la vida social contemporánea, principalmente, en el campo científico. Eligió hablarse en profundidad de mujeres negras, mestizas, lesbianas, latino-americanas y de origen popular en cuenta de que, en la modernidad, rápidamente y repetidamente, son nombradas como subalternas. ¿Cuándo las mujeres mencionadas se convierten académicas, profesoras universitarias e investigadoras, continúan siendo reconocidas como subalternas? ¿Qué las convierten o no en subalternas? ¿Quién es subalterno? ¿Quién nombra quién es o no subalterno? ¿Cuál es la relación entre la subalternidad y la producción científica? A lo largo del camino hasta algunas respuestas y en la formulación de nuevas preguntas, desarrolló el análisis de los textos “Intelectuales Negras” de bell hooks y “Hablar en lenguas: carta a las escritoras del Tercer Mundo” de Gloria Anzaldúa. Las aportaciones de Gayatri Spivak (2010) en el texto “¿Puede hablar el sujeto subalterno?” son fundamentales para este trabajo, donde la autora afirma que los subalternos son aquellos que no participan o participan de forma muy limitada, siendo sujetos sin voz por responsabilidad del imperialismo cultural y la violencia epistemológica. Indagase sobre estos nuevos sujetos de producción científica, a partir de las contribuciones teóricas de las teorías feministas. Este campo teórico presentase como una relevante confluencia tanto para el campo científico como para el presente trabajo, puesto que visibiliza el “otro”, el no hablante, el silenciado, el que siempre estaba presente como el objeto de la ciencia y, pocas veces, como el sujeto de la ciencia. El análisis apuntan que las teóricas estudiadas buscan nuevas estrategias epistemológicas, establecen dialogo crítico con distintas corrientes del pensamiento, con fines de aclarar las redes de poder que invisibilizan la simulada objetividad del saber científico. De esta manera, este otro diseño señala que los subalternos sólo logran ampliar y repercutir sus voces cuando hablan a partir del lenguaje del otro. Las mujeres, que hasta el momento eran objetos del saber, reivindican la producción del saber local, un saber acerca de sí mismas, un saber que se contrapone con el saber hegemónico. Así, ellas transitan entre el silencio y el habla, entre la ausencia de una producción oíble y la denuncia de una historia invisible en la ciencia imperialista.

Palabras clave: Mujeres, Ciencia, Subalternidad, Feminismo, Análisis de Experiencia.

LISTA DE SIGLAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Crub	Conjuntos Habitacionais
Conexões	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Inep/MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Nead	Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural
PQ	Produtividade em Pesquisa
RN	Resolução Normativa
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EU E O PROBLEMA	14
Construindo o problema: Delimitando objetivos, teorias, sujeitos e desejos	18
1. SUBALTERNIDADES E A LUTA POR RECONHECIMENTO: FALA E EMUDECIMENTO.....	24
1.1 Mas afinal quem é subalterno?: aproximações teórica sobre a subalternidade	24
1.2 Pode o subalterno falar?.....	28
1.3 Posições de subalternidade: desnaturalizando lugares.....	39
2. O REINO DA PALAVRA: AS MULHERES COMO SUJEITO DA CIÊNCIA.....	49
2.1 O campo científico: um campo de Batalhas	50
2.2 Feminismos no plural: a história da sociedade a partir das mulheres.....	53
2.3 As mulheres na história da Ciência.....	66
3. A CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA HEGEMÔNICA: POR UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DE CIÊNCIA	85
3.1 Pensamento Feminista: uma luta por reconhecimento científico-político.....	92
3.2 Reflexividade, criticidade e posicionamento: um olhar a partir da experiência	96
3.2 Procedimentos metodológicos: Dos caminhos da pesquisa.....	99
3.3.1 Não sou eu uma mulher? : Gloria Jean Watkins - bell hooks (1952 -).....	102
3.3.2 “La mestiza”: Gloria Evangelina Anzaldúa (1942 - 2003).....	108
3.3.3 Histórias de duas Intelectuais Negras: aproximações e distanciamentos	112
3.3.4 As estratégias de análise	114
3.3.5 As categorias analíticas.....	116
4. E QUANDO ELAS FALAM?: ENUNCIÇÕES DE UM CAMPO CIENTÍFICO INJUSTO.....	118
4.1 Questionando a Categoria Mulher: uma reflexão sobre o sujeito universal	120
4.2 Ser escritora, ser intelectual: uma fala posicionada	131
4.3 Na contramão da neutralidade: uma fala a partir da experiência.....	137
4.4 Enunciações: por uma ciência local.....	140
4.5 Tornar-se sujeito: a reivindicação da escrita como direito à fala	145
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO: EU E O PROBLEMA

Em uma carta direcionada às "mulheres escritoras de cor", uma reconhecida teórica feminista diz que escrever é mostrar-se, é se expor. Começo, então, por fazer o que habitualmente não faço em textos acadêmicos. Nem mesmo tenho o hábito de escrever sobre mim, talvez, porque eu tenha aprendido a falar a partir do lugar de um sujeito sem cor, sem gênero, sem sexualidade, sem classe social, sem origem, de um lugar vazio. Esta escolha torna as primeiras linhas mais difíceis. O "como" se torna uma questão que teima em aparecer numa constante negociação com o que é "academicamente relevante".

Neste movimento de localização, opto por me apresentar nos meandros do texto, na exposição do processo que me conduziu ao tema a ser pesquisado. Abordar a dinamicidade da constituição do tema tem tudo a ver com a forma como tenho sido tocada, teoricamente e pessoalmente. Penso: será que começo como tantas outras mulheres, apresentando a "corrente" feminista como aporte teórico? Este permitirá que eu ouse escrever de forma mais próxima à literatura? Isso torna o meu texto menos palpável academicamente? O começo, certamente, explicita algumas escolhas teóricas, metodológicas e epistemológicas.

O processo que me conduziu à problemática do sujeito da produção científica é marcado por aproximações no campo do saber acadêmico com os feminismos, os estudos subalternos e os pós-coloniais (hooks¹, 1995; Anzaldúa, 2000, 2005; Curiel, 2007, 2009; Spivak, 1999, 2004, 2010). Ao longo deste processo reflexivo de escolha do tema, uma pergunta se manteve: Quais experiências merecem ser vividas? (Taylor, 2007).

Início meu percurso, no programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, interessada em investigar as tensões em torno da construção da mulher lésbica como sujeito coletivo a partir da compreensão da identidade coletiva de mulheres lésbicas no Brasil. Esta me parecia uma forma de compreender como alguns angariam o lugar de cidadãos e cidadãs, enquanto outros têm que se tornar "sujeitos falantes", no que se refere à esfera pública, a fim de (re)organizar certo conjunto social para que sejam compreendidos e compreendidas como humanos.

Calcada na hipótese da invisibilidade de mulheres lésbicas no movimento LGBT, nas críticas feitas pelos "feminismos das margens" à heterossexualidade compulsória e no questionamento de quem poderia ser o sujeito do feminismo, me aproximei das produções teóricas referentes à temática da lesbianidade. Foi notório o aumento do interesse científico pelas questões ligadas às vivências da sexualidade de mulheres lésbicas no Brasil nos últimos

¹ O nome é grafado em letras minúsculas por escolha da intelectual.

dez anos (Swain, 1999; Perucchi, 2000, 2001; Brandão, 2010; Melo, 2010a; Toledo, 2010). Em contrapartida, pouco se tem notícia sobre a organização coletiva/política deste segmento (Almeida, 2005; Selem, 2007; Lessa, 2007, 2008; Camilo, 2010). Ao me inserir nestes estudos, com lentes que, invariavelmente, têm a ver com ser uma mulher latino-americana, me inquietei com as constantes referências a teorizações de feministas do hemisfério norte.

Duas teóricas são apresentadas de forma recorrente nesses estudos: Monique Wittig e Adrienne Rich. Elas discordam sobre a relação entre ser feminina e ser lésbica. Enquanto Rich (1980) associa a existência lésbica à experiência feminina, Wittig (1992) afirma que as lésbicas não são mulheres. Rich (1980) afirmava o caráter não natural da heterossexualidade imposta às mulheres por diversos constrangimentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, que asseguravam a apropriação das mulheres pelos homens. Já Wittig (1992) considerava a heterossexualidade como um regime político, sobre o qual todas as mulheres vivem, fundado nas relações de exploração, opressão e apropriação das mulheres pelos homens. Contudo, ambas dão uma importante contribuição ao situar a heterossexualidade como uma questão pertencente à esfera política e ao abordar a sua centralidade na constituição das relações hierárquicas entre os sexos. A localização destas autoras como importantes na construção de um pensamento feminista lésbico me conduziu a uma pergunta: há acadêmicas feministas latino-americanas que problematizam as lesbianidades?

A procura pela existência destas teóricas me levou à investigação da história do Movimento Feminista no ocidente e de sua relação com a ciência. Ao largo das afirmações de unicidade de alguns movimentos, o Movimento Feminista evidencia uma multiplicidade de práticas e teorias em seu interior (Keller, 1985, 2006; Alvarez, 1998; Azarrola, 2002; Alvarez, Freidman, Beckman, Chinchilla, Lebon, Navarro & Tobar, 2003; Pinto, 2003; Sardenberg, 2004; Costa, 2005; Ribeiro, 2006; França, 2013). Afastando-se de um conjunto homogêneo, a teoria feminista aponta para a pluralidade, em uma dinâmica que permite dizer Feminismos e Teorias Feministas. Foi este percurso, manifesto de forma assimétrica, não linear e descontínuo, que me dirigiu à busca pelas vozes que compõem este movimento. É neste momento que verifico a existência das "outras" que procurava, e me pergunto sobre elas: se é fato que distintas vozes ecoam na constituição da história, por que algumas são consideradas mais legítimas do que outras? Em um momento sócio-histórico, que se convencionou chamar de terceira onda² do feminismo, as lógicas que produzem mulheres mais "aptas" passam a ser motivo de reflexão e de denúncia: o movimento feminista crítico questiona a universalidade

² A terceira onda do feminismo instaura o debate sobre igualdade e diferença no interior do movimento e em distintas esferas sociais assim como na constituição da subjetividade de homens e mulheres. Esta onda mantém constante interação entre ação política nas ruas e a produção acadêmica. Atentam-se a análise das diferenças, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.

da mulher; as mulheres negras evidenciam as hierarquias raciais que se reproduzem no movimento; as mulheres lésbicas denunciam a hierarquização de bandeiras de luta e o caráter compulsório da heterossexualidade; as latinas explicitam a invisibilidade das marcas do processo colonizador.

As desigualdades sociais, resultado da subalternização e inferiorização se tornam alvo de análise nos entremeios do movimento. Isso faz com que o Feminismo se (re)pense. As subalternizações que se apresentam no movimento também se fazem presentes nas teorizações, manifestando-se sob a forma da invisibilidade. Ainda com a centralidade da sexualidade, me pergunto o que torna a sexualidade uma questão pública, mais precisamente: Quais argumentos são proferidos na publicização da sexualidade não-heterossexual nas teorias feministas lésbicas latino-americanas?

As críticas a um feminismo branco, colonial, heterossexual, do norte e das camadas mais abastadas da sociedade, lançam meu olhar sobre quem é o sujeito do feminismo e quem pode falar no movimento (Azerêdo, 1994; Costa, 2002; Mariano, 2005). Estas se tornam ruídos na produção científica. As feministas ocupam a ciência e questionam o modelo de produção científica hegemônica. Sob o pano de fundo da neutralidade, da objetividade e da universalidade, são elaborados conhecimentos centrados no homem e para homens. Ao questionar a neutralidade científica, as feministas rompem "não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denunciam que essa forma de produzir conhecimento é egocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes" (Pelúcio, 2012, p.399). Nestes termos, afirmam que o sujeito da produção científica hegemônica é sempre um ausente no que se refere a sua pertença étnica, racial, sexual e de gênero, a serviço do mito de uma verdade universal.

Assim, a crítica feminista à ciência *mainstream* e *manstream* é acompanhada pela reivindicação das feministas a lugares de fala. Denuncia-se que a ciência está ancorada em um sistema patriarcal, de supremacia masculina, onde a "vida da mente" (hooks, 1995, p.268) não cabe às mulheres. Nestes termos, o espaço científico é apresentado como um lugar interdito (hooks, 1995), uma esfera do público negada às mulheres. Neste momento, me interrogo sobre quem é o sujeito da ciência, quem pode alcançar o lugar de intelectual e ainda quais questões são possíveis de existirem neste modelo científico.

Aqui encerto o meu encontro com minha pergunta de pesquisa. Um caminho longo, tortuoso e doloroso exigiu rearranjos ao mesmo tempo em que possibilitou encontros teóricos, aqui me refiro a Aurora Morales, bell hooks, Gayatri Spivak, Gloria Anzaldúa, Ochy Curiel, Patrícia Collins e outras mulheres, que agora passam a fazer parte da minha história. Minhas perguntas se tornam outras e, sob a forte influência de teóricas feministas das margens, digo:

minha proposta é refletir sobre a produção científica das subalternas a partir do diálogo com elas.

A constatação feminista de que o campo científico foi extirpado das mulheres é evocada por hooks (1995) ao afirmar que para algumas mulheres a esfera científica é ainda mais distante, a intelectualidade é racializada e generificada. No mesmo caminho, encontro as reflexões de Anzaldúa (2000) que apontam como o escrever é difícil especialmente para mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas. Mulheres que em toda a existência foram colocadas em outro lugar que não o da escrita e, conseqüentemente, o da ciência, da literatura, da história. Nas palavras de Anzaldúa (2000), a mulher de cor iniciante no processo de escrita "é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. *A lésbica* de cor não é somente invisível, ela não existe" (p.229).

Duas outras dimensões são apresentadas por Anzaldúa (2000), a orientação sexual e a origem da produção, como categorias que determinam a possibilidade ou não de inteligibilidade das suas proposições e afirma que "nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos" (p. 225). Nestes termos, nós, mulheres que falamos em línguas, línguas estas que foram tornadas ininteligíveis, não porque são incompreensíveis, mas porque deveriam, e devem, ser tratadas como ausências.

A minha aproximação das teorizações feministas sobre quem é sujeito na política, na ciência, e em todas as outras esferas sociais, me conduziu a Gayatri Spivak (2010). Fui à procura de resposta para sua famosa pergunta: Pode o subalterno falar? No caminho para esta resposta, Spivak (2010) afirma que a mulher preenche todos os requisitos para ser considerada como numa condição subalterna, especialmente as mulheres negras e pobres.

A partir da situação de subalternidade dessas mulheres pela ótica das "feministas das margens", como nos apontamentos de Spivak (2010) sobre a fala das subalternas para "surdos" e na possibilidade de compreensão da escrita das mulheres por falarem em línguas (Anzaldúa, 2000), coloco-me a investigar a marginalização da mulher no cenário da produção acadêmico-científica, dominado pelos homens.

Desejo dialogar com aquelas que historicamente têm sido as faltantes nos holofotes da ciência. Não estou falando aqui em trazer para o centro o que é considerado e tratado como subalterno. Mas, sim, em trazer o centro para as margens. Neste momento, percebo que o que me interessa é compreender se falam, como falam, onde falam, o que falam e quando falam as teóricas feministas que estão fora do centro.

Os deslocamentos causados no diálogo com teóricas feministas negras, terceiro-mundistas, lésbicas, pós-coloniais, me colocou diante de perguntas sobre minha relação com o

"fenômeno" alvo da pesquisa, a subalternidade impressa em meu corpo, o processo de escrita e o que me trouxe ao lugar de sujeito que fala. Em outras palavras, inquietar-me com quem pode falar na ciência é também perguntar se eu posso falar nesta esfera.

Estas questões trazem para a cena a importância da problematização dos falantes na ciência e dos impactos na produção científica e na vida pessoal. Nestes termos, Lima (2002) assinala que:

Na trajetória profissional das cientistas, a complexidade estrutura e perpassa a teia de relações estabelecidas entre elas e o mundo circundante, dado este revelado pela representação nelas presente, seja de si mesmas, como mulheres e cientistas, seja da ciência, seja da relação entre homens e mulheres na sociedade (p.55).

Pergunto-me, então, na tentativa de compreender o sentido da presença das mulheres no espaço acadêmico e da produção científica: quem são as mulheres da ciência? Como estas mulheres estão inseridas na prática científica? Como se dá a inserção destas mulheres nos espaços acadêmicos-institucionais? Dada a importância da produção científica e os pertencimentos sociais de quem a produz, sugiro que compreender os meandros da produção teórica de feministas pertencentes à terceira onda é também conhecer as tensões entre campo científico e experiência de subalternidade. A intenção é compreender a relação estreita entre ciência e poder, atentando-me para o fato de "as mulheres não terem sido mencionadas em grande parte da história do conhecimento" (Calvelli & Lopes, 2011, p.352).

Construindo o problema: Delimitando objetivos, teorias, sujeitos e desejos

Enfim encontrei um problema e me encontrei nele. Mas ainda haveria um longo caminho na busca de possíveis respostas. O decorrer do percurso exigiu a delimitação de objetivos, a escolha de teorias e/ou explicitação das escolhas que não fiz. Passei por distintas correntes teóricas no diálogo sobre o fenômeno da subalternidade, pela enunciação de métodos e metodologias. Nenhuma destas são tarefas simples. Dizer deste percurso a partir de um viés feminista, para alguns, expõe o/a pesquisador/a. Este é um trabalho tão marcante quanto interessante.

Dizem que quem escreve sempre tem um desejo. O meu é o de que talvez possamos compreender as relações de subalternidade no campo científico em diálogo com o reconhecimento da agência, escuta e fala das mulheres cientistas. Mas o que isso quer dizer? Esse desejo diz do reconhecimento do campo científico como uma instância que vive em constante interação com os problemas sociais e que pode e deve resultar na construção de uma

sociedade mais justa e igualitária, sendo que as cientistas podem ser, dentre outros, sujeitos imbricados nos processos de mudança social.

Assim, deste lugar, de quem ousou pesquisar as relações entre ciência e subalternidade, é que proponho a hipótese de que o campo científico é, historicamente, um *locus* enunciativo de sujeitos na luta por reconhecimento e legitimidade. Na tentativa verificar esta hipótese, me propus a investigar alguns escritos de teóricas reconhecidas e de bastante expressão no mundo acadêmico. São eles: Intelectuais Negras de bell hooks e Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo de Gloria Anzaldúa, dois textos traduzidos e publicados na Revista *Estudos Feministas*.

Bell hooks (Gloria Watkins) é uma mulher negra nascida em 1952, professora de inglês no City College, em Nova York. Graduada pela Universidade de Stanford, em 1973, fez mestrado em 1976 na Universidade de Wisconsin e seu Ph. D. em 1983 pela Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Hooks é uma pensadora feminista, que dedica seus escritos a uma ampla gama de temas, sendo eles: gênero, raça, ensino e a importância da mídia para a cultura contemporânea. Para tanto, sempre trabalhou estas temáticas de forma articulada. Ela acredita firmemente que esses temas não podem ser tratados separadamente, mas, sim, devem ser entendidos como sendo interligados.

Gloria Evangelina Anzaldúa, por sua vez, foi escritora e teórica cultural, faleceu no ano de 2003. Versátil, publicou poesia, ensaios teóricos, contos, narrativas autobiográficas, entrevistas, livros infantis e antologias de vários gêneros. Foi uma das primeiras autoras americanas, de origem mexicana, assumidamente lésbica. Teve considerável relevância na redefinição de identidades chicanas, lésbicas e *queer*. Anzaldúa desempenhou um papel vital no desenvolvimento de um movimento feminista de inclusão.

As duas teóricas apresentam perfis e lugares institucionais distintos, ocupam ou ocuparam lugares hierárquicos importantes nas universidades e em outros espaços científicos. Essas teóricas problematizaram quem e como o conhecimento é produzido. Para elas, a escrita é a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos e como parte de um grupo capaz de realizar transformações importantes da estrutura social.

As autoras questionam quem angaria lugar de sujeito na produção científica e a hegemonia do modelo científico cartesiano e positivista. Esta interpretação do campo científico propicia a emergência das seguintes questões: quem regula o espaço acadêmico e as organizações a ele confinadas e o que se regula concretamente? Quais as consequências de um modelo científico único e excludente para as mulheres?

O caminho analítico desta dissertação tem como pano de fundo os seguintes questionamentos: Há ciência ou ciências? A produção de teóricas fora do *mainstream* é

reconhecida como ciência? Existe uma ciência feminista? Ou existem várias? Como elas se legitimam epistemologicamente? É certo que não consigo responder a todas estas perguntas ao longo desta dissertação. Essas questões serviram como motivadoras para a minha busca pelo *locus* enunciativo do sujeito subalterno na ciência.

Várias são as possibilidades teóricas para que o pesquisador ou a pesquisadora possa se relacionar com o problema da produção científica das mulheres. Escolher uma parecia ser o caminho mais aceitável. Alocar-me no campo de estudos sobre mulheres e ciência parecia óbvio, afinal, não é sobre isso que se trata este trabalho? Mas, não foi. Em negociação com os estudos pós-coloniais, os estudos subalternos, os feminismos nos campos das lutas sociais e da política me auxiliaram a desenhar os meus caminhos.

Em uma tentativa de localização teórica, é certo dizer que os estudos subalternos sul-asiáticos e a teoria feminista, em especial, as proposições teóricas das intelectuais Gayatri Spivak e Donna Haraway, dão corpo e forma às reflexões encontradas neste estudo. Vale ressaltar que não é intenção apresentar um resumo das obras destas autoras, o que seria demasiadamente pretensioso, mas dialogar com conceitos de maneira a levantar uma tese no que se refere às dinâmicas de subalternização e a produção de ciência por mulheres.

Atentar-me para a subalternidade da mulher na ciência não é uma busca por associação direta e correlata entre gênero e sexo, mas pelos mecanismos de produção e de manutenção das desigualdades de gênero nos espaços acadêmicos. Vale dizer que a ciência e a categoria "mulher" são compreendidas como construções sociais, culturais, históricas e discursivas em meio às relações de poder e saber.

Reivindico este trabalho como parte dos estudos feministas pós-coloniais. A expressão pós-colonial se trata de uma operação de reconstrução do campo discursivo da ciência e da história, no qual as relações hierárquicas ganham roupagem, signos e significado. Colonial, vai muito além do colonialismo e produz situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. É importante ressaltar que, delimitar o campo teórico em que se insere o pós-colonialismo não é uma tarefa simples. Alguns afirmam ser uma tarefa impossível, pois, este grupo deseja estar nas fronteiras entre distintas vertentes teóricas, com uma produção que mescla ciência e política.

Um dos mais conhecidos trabalhos de Gayatri Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?*, que se debruça sobre a agência dos sujeitos a partir da possibilidade de fala dos subalternos – em outras palavras, de autonomia, de reconhecimento e legitimidade – explicita aproximações e distanciamentos da autora com o grupo de teóricos pós-colonialistas e dos Estudos Subalternos. Isso, principalmente, no que diz respeito à agência, resistência, ação política e mudança social. Reconhecida como uma teórica pessimista, que não "oferece uma saída" para

os subalternos, Spivak³ (2010) afirma que o subalterno não pode falar. Na contramão desta proposição, reivindico o lugar de fala do subalterno. Este lugar só pode se dar em uma análise das relações entre dominador e subalterno. Estas relações não são compostas por sujeitos fixos, mas, ao contrário, por sujeitos que podem mudar sua posição de acordo com a nomeação de quem é outro. Esta proposta complexifica o olhar sobre a subalternidade e exige que historicizemos sobre quem se mantém durante mais tempo em posições desprivilegiadas ou de subalternidade.

O debate com a autora foi longo e árduo e resultou na proposição da ideia de posições subalternas. Esta ideia contribuiu para traçar um caminho, em que mantive o olhar atento a possíveis essencializações deste estudo.

Com estas questões em mente os feminismos oferecem ferramentas metodológicas apropriadas e arcabouço teórico para problematizar de maneira crítica o fenômeno da enunciação das mulheres no campo científico, ao mesmo tempo em que admite que eu integre minhas impressões, questionamentos, emoções, dúvidas e certezas enquanto investigadora inserida em um espaço científico.

O Campo científico é abordado neste estudo como o resultado de disputas entre agentes e posições por capital simbólico, por legitimidade e reconhecimento como produtores de verdades. Nos termos bourdieusianos, a posse de capital resulta em autoridade intelectual e científica. A ciência é entendida como produto do meio social, assim sendo, envolve relações de poder e interesse, o que explicita a não neutralidade e combate à ideia de que a ciência é um espaço para todos e todas. Esta afirmação tem como pano de fundo o reconhecimento de que o campo científico não é um espaço de "concorrência perfeita", mas, sim, um *locus* em que as desigualdades se fazem presentes.

O tipo de discussão e análise a qual me dedico é situada, parcial, em conjunção com o espaço-tempo e com as dinâmicas sociais vigentes, que produzem um conhecimento feminista crítico acerca das mulheres na ciência.

Aventurei-me na investigação do *locus* enunciativo do sujeito subalterno. Para tanto, tracei um caminho em que me aproximei das teorizações do grupo de investigadores da subalternidade e fiz um percurso analítico que visou compreender como o conceito de subalternidade contribuía para a interpretação das desigualdades sociais. Ao elaborar reflexões sobre a subalternidade, me inquietei sobre como as mulheres foram produzidas como subalternas. Em seguida, me enveredei para o campo "mulheres e ciência" na busca por entender o lugar da mulher na produção de conhecimento e os efeitos dos imaginários sociais

³ É imprescindível pontuar que o texto *Pode o subalterno falar?* é parte de uma produção muito mais extensa de Spivak, mas, neste estudo, me detenho, mais profundamente, nesse texto específico.

sobre as mulheres na ciência. Os lugares das mulheres na ciência me conduziram ao sujeito da ciência e às suas bases epistemológicas.

Os principais pressupostos da ciência hegemônica moderna foram acompanhados das críticas que as feministas desenvolveram a este modelo científico. À luz destas críticas, refleti sobre as produções de bell hooks e Gloria Anzaldúa, interessei-me pela proposta científica das autoras e por suas enunciações no campo da ciência. Esse percurso resultou em quatro capítulos e alguns tópicos, os quais passo a apresentar agora.

No primeiro capítulo, instigada por Spivak (2010), lancei-me de imediato a uma pergunta, qual seja: o que significa falar? Esta não é uma pergunta simples e exige uma resposta que abarque a sua complexidade. Na busca por uma definição do que significa falar, percorri vários caminhos, bebi em diferentes fontes. Refleti sobre a possibilidade de agência do subalterno, sobre a subalternidade como condição ou posição. Busquei ir além do pensamento de Spivak (2010) e a despeito da afirmação de que ao subalterno cabe o silêncio, pensei a subalternidade como uma posição passível de agência e de transformação.

No capítulo subsequente, O reino da palavra: a luta por reconhecimento, construo uma reflexão sobre a história da sociedade e das ciências a partir das mulheres. Para tanto, teço um breve resgate histórico da participação das mulheres na ciência e exponho o conceito de campo científico que subsidia a pesquisa. Atento-me às dificuldades apresentadas pelas mulheres cientistas em relação ao acesso e à permanência na ciência e aos imaginários que circulam as mulheres como produtoras de conhecimento científico relevante.

No capítulo três, apresento as críticas feministas à ciência e como estas influenciam no caminho metodológico escolhido na produção desta dissertação, apresento os textos investigados e as categorias analíticas. Traço o percurso bibliográfico – teórico, pessoal e político – das intelectuais bell hooks e Gloria Anzaldúa, bem como as estratégias analíticas empregadas na elaboração dos "dados" narrativos. O capítulo busca evidenciar uma discussão de conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento feminista que orienta este estudo: reflexividade, criticidade e posicionamento.

No quarto capítulo apresento as análises dos dois textos Intelectuais Negras e Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo das autoras bell hooks e Gloria Anzaldúa, respectivamente. As análises apontam que as autoras propõem um salto no que se refere à epistemologia. É inegável que estas autoras entram em questões que integram o debate sobre a legitimidade científica e as suas consequências políticas e sociais. Estas discussões se arrastam há décadas e, para muitos, ainda não mereceu uma consideração como objeto científico no cenário de uma luta por reconhecimento. As autoras ratificam que as teorias hegemônicas modernas do conhecimento são profundamente marcadas por valores e

interesses engendrados e racializados. Terminei discorrendo sobre a multiplicidade de mulheres apontadas pelas autoras e sobre a reivindicação do direito à fala por mulheres de cor.

Para darmos início ao percurso reflexivo encerro com a retomada dos meus desejos com esta dissertação: é através e a partir da ciência que eu espero/desejo/escolho contribuir para – como aponta Said em seu texto *Orientalismo* – a desconstrução de narrativas coloniais, masculinas, a partir das tensões das minhas e das experiências das intelectuais com as quais dialogo, a experiência colonial e pós-colonial, produtora de conhecimento e silenciada pelo conhecimento, situação híbrida que, ao invés de subtrair meu lugar de mulher do sul, inscreve marcas em minha escrita, fundamentais para constituir uma posição de fala que deseja romper com o modo dominante de produção científica.

Dessa forma, esta é uma dissertação sobre o poder de enunciação das mulheres, especialmente daquelas que ousaram falar, mesmo que quase nada tenha sido perguntado a elas. Este trabalho se configura em um diálogo com Anzaldúa e hooks. Assim, em alguma medida, não é um estudo sobre elas ou sobre mim é uma dissertação sobre minha relação teórica com elas. Sobre um campo de pesquisa, sobre nós.

Por fim, apresento as conclusões do trabalho em que recupero algumas ideias para reiterar meu argumento e aponto algumas considerações sobre como a investigação do *locus* enunciativo do sujeito subalterno na ciência aponta para o meu futuro científico.

1. SUBALTERNIDADES E A LUTA POR RECONHECIMENTO: FALA E EMUDECIMENTO

No black woman writer in this culture can write "too much". Indeed, no woman writer can write "too much". No woman has ever written enough⁴.

bell hooks

1.1 Mas afinal quem é subalterno?: aproximações teóricas sobre a subalternidade

Originária do latim *subalternus*, o termo subalterno é definido, segundo dicionário Aurélio, como "daquele que está sob as ordens de outro; inferior; subordinado" e ganha grande circulação no meio acadêmico a partir das proposições do cientista político Antônio Gramsci (Gramsci, 2002; Figueiredo, 2010; Simionatto, 2010). Como afirma Roio (2007), muitos conceitos desenvolvidos e elaborados por Gramsci caíram no uso popular e científico na atualidade. Não foi diferente com a ideia de subalterno. Vê-se que os termos subalterno e subalternidade têm sido utilizados, principalmente, na análise de acontecimentos sociais, culturais e políticos na contemporaneidade "normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna" (Simionatto, 2010, p.36).

Muito tem sido dito acerca desses conceitos. Diferentes aproximações com as proposições de Gramsci – considerado o primeiro a cunhar esses termos na ciência moderna – desenham e redesenham formas de compreensão destes "outros" na sociedade ocidental e oriental. Distintas correntes teóricas têm trabalhado com tais termos, são elas: estudos subalternos, estudos culturais, estudos pós-coloniais etc. Se algumas vezes estes campos aparecem como formas complementares para olhar a realidade, em outras, marcam rupturas, o que torna o mapeamento teórico da subalternidade imprescindível, da mesma forma que é imprescindível à delimitação do modo de abordagem do termo "subalterno" neste estudo.

Galgado pelo italiano Antônio Gramsci no século XX, as primeiras noções sobre o termo vão aparecer ainda nos seus escritos pré-carcerários, sendo empregado para referir-se inicialmente aos que deviam se submeter a outros "no contexto da hierarquia militar" (Simionatto, 2010, p.35). Já nos primeiros volumes dos Cadernos do Cárcere, o termo "subalterno" é apresentado, em vários momentos, associado ao proletário. Em seus estudos e

⁴ Nenhuma escritora negra nesta cultura pode escrever "demais". De fato, nenhuma mulher escritora pode escrever "demais". Nenhuma mulher jamais escreveu o suficiente. (Tradução nossa)

investigações da classe operária, com frequência, a classe subalterna foi abordada como sinônimo de classe operária.

É, no entanto, no texto intitulado *Nos Confins de História*, que compõe o sexto volume dos *Cadernos do Cárcere*, que Gramsci dá uma nova roupagem ao termo ampliando largamente o seu significado (Gramsci, 2007; Simionatto, 2010; Neves, 2010). O termo classe subalterna passa a ser usado com a finalidade de se referir a grupos que estão fora da estrutura estabelecida de representação política (Neves, 2010). Assim, o termo foi ampliado e passou a se referir a qualquer pessoa ou grupo de categoria inferior e de estação, seja por causa de raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia ou religião. O alargamento do conceito de subalternidade, no pensamento de Gramsci, tenta recuperar os processos de expropriação a que os subalternos foram submetidos (Pelúcio, 2012).

Segundo Simionatto (2010) para a compreensão da proposta gramsciana, é necessário tratar as classes subalternas a partir da (re)construção dos processos de dominação presentes na sociedade moderna, avaliar os nexos de legitimidade que eles produzem, desvendando "as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos" (Buttigieg, 1999 citado por Simionatto, p. 36, 2010). Para Gramsci (2002) a superação da condição de subalternidade exige uma vitória permanente sobre as classes dominantes, requer a construção de outros modos de ser e pensar, outra concepção de economia, política, ciência, enfim, de mundo. Trocando em miúdos, seria identificar o potencial contra-hegemônico e "tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia" (Simionatto, 2010, p. 38).

O que vemos hoje é que o significado exato do termo, no uso filosófico e crítico atual, é contestado. Não há um consenso em torno de como se nomeia o outro como subalterno. Mas há certo acordo quanto a sua finalidade, a dominação de sujeitos e grupos em detrimento da supervalorização de outros. Alguns pensadores usam o conceito em um sentido mais geral para se referir a grupos marginalizados, às classes menos abastadas, enfim, a pessoas e grupos sem agência ou possibilidade de representação por seus status sociais (Young, 1990). Outros, como o Guha (1982), Bhabha (2005) e Spivak (2010), usam o conceito em um sentido mais específico.

É na década de 1970, na Índia, que estes pensadores passam a teorizar sobre o termo "subalterno" e as relações de subalternidade na sociedade indiana, introduzindo o que hoje conhecemos como "Estudos Subalternos". Foi a partir das proposições de Gramsci (2002) no texto *Nos confins da história* que teóricos como Eduard Said, Stuart Hall, Ranajit Guha e Gayatri Spivak, entre outros, começam "trabalhar sobre o conceito e a história dos subalternos" (Neves, 2010, p. 62).

Os Estudos Subalternos reinauguram o uso do conceito de subalterno. Nesta corrente, os subalternos são vistos como grupos marginalizados, com ausência de voz ou representatividade, em decorrência de seus status sociais. O termo começou a ser usado como referência para povos colonizados no sul-asiático. O grupo de teóricos enunciam estes sujeitos como subalternos – vale ressaltar que eles são teóricos de origem indiana – e se debruçam em um esforço teórico político que possibilite um novo ponto de vista na história dos locais dominados que apenas era apresentada na perspectiva dos colonizadores. Neste pensamento, a subalternidade se trata de, segundo Figueiredo (2009), "um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho" (p.20). É fornecida uma nova perspectiva sobre a história do lugar colonizado a partir da perspectiva do colonizado, ao invés da perspectiva de poder hegemônico.

Para Ranajit Guha (1982) o subalterno é idealizado como alguém que carece de poder e de autorrepresentação, a ele é negado todo e qualquer reconhecimento de sujeito da história. Não há, nesta definição, a construção de uma história própria e singular, o projeto de sociedade e de futuro são restritos aos subalternos (Figueiredo, 2010). O subalterno, nesta perspectiva, é um não, um irregistrável, incapaz de agir como sujeito da própria história, um ausente.

Já, Homi Bhabha (2005), enfatiza a importância da compreensão das relações sociais como relações de poder em sua definição dos "subalternos". Percebe-os como grupos minoritários, cuja presença foi fundamental para a auto definição do grupo majoritário. Os grupos sociais subalternos, para este autor, têm um potencial transformado, estando em posição para subverter a autoridade de quem tem o poder hegemônico.

Para Gayatri Spivak⁵ (2004) o uso do termo subalterno não é apenas um sinônimo para oprimidos ou para os "outros". Os subalternos são sujeitos e grupos sem autonomia, submetido a outro grupo social, não possuindo posição própria legítima e se afastando de uma posição hegemônica, "os que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente" (Figueiredo, 2010, p.85). Assim o subalterno é aquele que tem a fala impedida de reconhecimento e conseqüentemente escuta.

Sobre a influência do pensamento gramsciano, Spivak, em recente entrevista a Gago e Obarrio (2013), afirma que "a agrada a palavra "subalterno" por uma razão. É situacional"⁶

⁵ Gayatri Spivak é uma teórica crítica de origem indiana, cujo trabalho tem sido particularmente influente no campo do pós-colonialismo. Entre seus interesses de pesquisa estão o feminismo, o marxismo, a desconstrução e a globalização. Desconstrucionista, Gayatri Spivak sofreu grande influência do pensamento de Jacques Derrida. A autora questiona o colonialismo e a forma como este sistema condicionou a forma de pensar sobre literatura, ciência e sociedade. Pode o subalterno falar? Publicado em 1988, parece ser uma das obras mais importantes de seu percurso intelectual. O texto foi traduzido e discutido, debatido e criticado.

⁶ "me gusta la palabra 'subalterno' por una razón. Es verdaderamente situacional"

(tradução nossa). Ao contrário de várias críticas (Maggio, 2007; Figueiredo, 2010; Pelúcio, 2012) ao caráter estanque de sua teoria, Spivak afirma o caráter de mobilidade do termo, o historiza e contribui para o não essencialismo dos fenômenos sociais. A subalternidade aqui não é vista como um caráter imutável, mas como resultado de relações de poder em que todos se encontram ora em lugares de "colonizador" ora em uma posição "subalterna". Vale ressaltar que alguns sujeitos encontram-se, em múltiplas esferas sociais, em uma posição subalterna, em outras palavras, há sujeitos que transitam pouco entre estas posições.

Em sua proposição teórica, o subalterno é aquele que tem limitado ou nenhum acesso às instâncias de fala, resultado de um imperialismo cultural. Gayatri Spivak sugere que ao subalterno é negado o acesso a ambas as formas miméticas e política de representação. A autora afirma que o "subalterno" descreve "as camadas inferiores da sociedade constituída por modos específicos de exclusão de mercados, político-legal de representação, e a possibilidade de adesão plena em estratos sociais dominantes" ⁷ (Spivak, 2000, p. xx, tradução nossa).

Os subalternos são, nas proposições de Spivak, todos aqueles que não participam, ou que participam de modo muito limitado. São sujeitos mudos pelo imperialismo cultural e pela violência epistemológica, sendo a mulher subalterna, nesse sentido, duplamente colocada na sombra (Spivak, 2010). Desse modo, ao dizer que esse subalterno não pode falar, a autora não afirma necessariamente que não haja "clamor" ou protesto, mas que não chega a se estabelecer uma relação dialógica, ou melhor, não há um trânsito da voz entre falante e ouvinte, não há enunciação.

É imprescindível ressaltar que uma prerrogativa para estes estudiosos da subalternidade é o direito a recontar a história do seu país. Esta parece ser uma resposta ao processo imperialista (Guha 1982; Guha & Spivak, 1988; Spivak, 2004, 2010; Bhabha, 2005). Visto como uma forma de superação da subalternidade, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático reescreve a história propondo uma "história alternativa com relação ao discurso oficial dos historiadores que se inscreviam na ideologia de suas alianças políticas com a *raj* inglesa" (Figueiredo, 2010, p.85).

Com isso os/as autores/as deixam clara a perspectiva política pano de fundo das suas proposições teóricas. Convocando:

(...) para um processo de descolonização que vai além dos rompimentos de laços de dependência político administrativos. Passava pela crítica da própria ideia de cultura, inscrita na superfície do corpo com as tintas de um cientificismo que fala de raça como desigualdade, como patologia e degeneração. (Pelúcio, 2012, p. 399)

⁷ The "subaltern" describes "the bottom layers of society constituted by specific modes of exclusion from markets, political-legal representation, and the possibility of full membership in dominant social strata." (Spivak, 200, p. xx).

Outro ponto que não posso deixar de evidenciar é que as definições e teorizações acerca do conceito de subalternidade e do subalterno são resultado da passagem do lugar deste, que é considerado o "outro" na produção científica, o objeto de pesquisa para o lugar do pesquisador de sujeito, "do falante" como fica explícito a seguir:

(...) as críticas que emergem do feminismo, dos estudos culturais e do movimento negro àquelas que geraram um questionamento da legitimidade da representação (tanto estética quanto política) ao "interrogar os sistemas de poder que autorizam certas representações enquanto que outras são obstaculizadas, proibidas ou invalidadas". Dito de outro modo, o que vai ser produzido a partir dos anos 60 é um deslocamento do sujeito da enunciação científica. Aqueles que até agora haviam sido produzidos como objetos abjetos do saber médico, psiquiátrico, antropológico, os "subalternos" (Guha, Spivak), os "anormais" (Foucault), vão reclamar progressivamente a produção de um saber local, um saber sobre si mesmos, um saber que questiona o saber hegemônico. É o que Foucault denomina em 1976 "a insurreição dos saberes sujeitados". (Carrilo, 2007, p. 61)

Nesses termos, tomo o "subalterno" como um conceito que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão à margem na disputa por poder da estrutura hegemônica. Este enfoque se recusa a pensar a subalternidade a partir de uma perspectiva essencializadora, relacionado apenas com o colonial ou o pré-moderno. Ao contrário, compreende a subalternidade como "um conceito para designar o novo sujeito que emergia nos interditos da globalização" (Beverley, 2003, p. 337, tradução nossa)⁸. A Subalternidade é aqui abordada como uma posição subjetiva relacional de complementaridade, não uma identidade, mas uma resultante e uma produtora de relações de poder que regem uma sociedade injusta.

1.2 Pode o subalterno falar?

As inquietantes reflexões de Gayatri Spivak sobre a (im)possibilidade de fala dos subalternos e das subalternas formam uma trama de sentidos que, em muito, tem a ver com o meu objeto de estudo, mulheres que produzem ciência. Por este motivo, me proponho aqui a trazer as principais ideias apresentadas pela autora no texto *Can the subaltern speak?*⁹,

⁸ "un concepto para designar el nuevo sujeto que emergía en los intersticios de la globalización" (Beverley, 2003, p. 337).

⁹ Pode o subalterno falar?

publicado em 1988 e recentemente traduzido para o português por Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa (2010).

Com um título sugestivo e provocador, a intelectual indiana, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), aborda, a partir da "paisagem" da colonização da Índia pela Inglaterra e do ritual de *Sati* praticado pelas mulheres viúvas, a possibilidade de atuação de uma intelectualidade periférica e/ou a possibilidade de fala do subalterno. No ensaio Spivak (2010) tece um emaranhado de elementos para se aproximar de respostas sobre se e como os subalternos foram forçadamente calados, silenciados.

A intelectual tem estruturado seu pensamento na interface com os feminismos, a corrente marxista, a perspectiva desconstrucionista e pós-colonial. É certo que todas estas vertentes reunidas tem resultado em um pensamento pós-colonial complexo e alcançá-lo tem sido um desafio. Mais do que somar perspectiva a autora coloca-as em diálogo explicitando suas aproximações e distanciamento, assim como, propondo novos caminhos (Spivak, 1994). Gayatri foge de classificações fáceis, e exige que complexifiquemos a relação entre subalternidade, oriente, raça e gênero.

Spivak (2010) traz para o centro da discussão a produção intelectual não hegemônica que tem sido produzida no interior da academia. Reconhece "a quase" inexistência da possibilidade de um potencial contra-hegemônico e mostra-se disposta, ainda que sem uma saída explícita, a aventurar-se na busca de uma "outra ciência", uma ciência contra-hegemônica (Verçoza, 2012).

Em um texto complexo e denso, Gayatri reflete sobre a supremacia masculina na produção científica colonial. Discorre sobre o silêncio das mulheres, enfatizando que a "mudez" feminina – termo usado pela autora – configura-se na necessidade do reposicionamento das mulheres no espaço social, dizendo da importância do exercício de fala. Spivak (2010) conclui que o subalterno não pode falar, e que a posição da mulher subalterna é ainda mais grave.

Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino. (Figueiredo, 2010, p.87)

O que está em jogo nas proposições de Spivak é o que é tido como verdade, e quem teve que perder a voz para que as verdades se tornassem "a verdade". A autora propõe uma

releitura sobre a verdade ao transportar esse debate para outro lugar: a capacidade do subalterno de representar-se (Figueiredo, 2009).

Spivak (2010) se lança em busca da pergunta tema de seu texto por diversas vezes, em um movimento de crítica a teorias e teóricos que vão falar pelo subalterno e com o subalterno, mas não irão constituir um espaço para que o subalterno fale. Afirma que produções deste tipo estão pactuando com um modelo hegemônico de ciência e com um projeto imperialista de sociedade, realizando, dessa forma, críticas a Foucault, ancoradas em uma forte influência de Derrida. "Spivak aponta a 'violência epistêmica' à que a ciência, aquela mesma que Foucault critica, submeteu os saberes gestados fora de seus cânones e, assim, os sujeitos produtores desses saberes" (Pelúcio, 2012, p.402). Violência esta, em que a tática de neutralização do Outro, seja ele subalterno ou colonizado, consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, silenciando-o. Igual erro incorreu Foucault em suas teorizações sobre os saberes sujeitados, reproduzindo a mesma lógica imperialista e eurocentrada, tão questionada e contestada pelos estudiosos pós-coloniais (Spivak, 2010). Para Spivak (2010) Foucault permaneceu exercendo uma função, que tradicionalmente era desempenhada por intelectuais imperialistas, ser porta-voz e orientadores das massas subalternas.

Ao nomear a violência imperialista produtora do silêncio dos subalternos, Spivak (2010) discorre tanto sobre suas consequências epistêmicas quanto suas consequências sócio-políticas. No campo epistemológico a autora discorre sobre o projeto de ciência que impede que os subalternos se autorrepresentem, em outros termos, os subalternos não angariam lugar de sujeitos no campo científico hegemônico moderno, não sendo reconhecidos como autores de um discurso que represente a própria vivência social.

Assim diante do reconhecimento, do que Spivak (2010) nomeou como violência epistemológica, onde é retirada a possibilidade de alguns sujeitos colocarem em disputa a história sobre a sociedade a partir de sua cultura, a autora aponta que uma tarefa do intelectual é, justamente, de reescrever a história, se atentando à experiência do seu país de Origem, a Índia (Neves, 2010). Nesse sentido o objetivo dos Estudos Subalternos é relatar o que foi ocultado pela historiografia oficial. Proponho aqui pensarmos um pouco mais além: Quais os efeitos de poder da ausência da história? Dois caminhos se delineiam na busca de uma possível resposta. O primeiro diz respeito ao não reconhecimento de alguns como sujeitos, e não sendo sujeito não há enunciação. O segundo é a manutenção de um certo *status quo*, dito de outro modo, o desejo da imutabilidade do presente.

Segundo a teórica Gayatri Spivak, a "resposta" à violência epistemológica é, justamente, uma prática rigorosa de desconstrução histórica, o que é, muitas vezes, dificultado

pela ausência de fontes atendíveis, precisamente pela falta de legitimidade das vozes de povos a quem nunca se permitiu que falasse (Neves, 2010). Mas o grupo de teóricos dos Estudos Subalternos desejava, no entanto, ir além da noção da "história dos subalternos", ou dito de outro modo, da história descrita a partir da perspectiva das classes dominadas, propondo uma autorreflexão acerca do lugar social do subalterno e de suas consequências políticas. O projeto de reelaboração da história, que tudo tem a ver com o desejo de libertação nacionalista, contribui para a construção de uma teórica crítica, o questionamento da neutralidade da ciência, a partir da consciência da condição de subalternidade em que grupos e sujeitos de encontram. Nesse sentido, as teorizações se detêm nos processos a partir dos quais os sujeitos, no espaço e na história, transformam-se em categorias e se circunscreve nos processos indenitários e nas identidades coletivas.

Para Spivak (2010), a ideia de "consciência subalterna", que representa uma "consciência coletiva", constitui um dos temas fundamentais dos Estudos Subalternos. Os estudiosos da "corrente subalterna" desenvolveram suas teorias a partir da construção do que podemos nomear como a historiografia do outro e o conceito de consciência subalterna esta perspectiva confronta-se diretamente com a teoria marxista (Spivak, 1999). Spivak (2004) recusa a consciência de classe do subalterno pré-capitalista, sobretudo no cenário do imperialismo, a "consciência subalterna" não é natural, nem parte da essência dos integrantes deste grupo, ao contrário, é uma construção coletiva do seu lugar como subalterno, as relações de poder que produzem e reiteram o lugar destes como subalternos e o desenvolvimento de respostas diante destas constatações. Assim a "consciência subalterna" implica no reconhecimento da agência do subalterno.

No campo sócio-político, Gayatri (2010) pondera sobre o *Sati* e afirma que a mulher viúva, no contexto indiano, é duplamente impedida de se representar, por um lado, por ser mulher e, por outro, por sua condição de viuvez. O antigo ritual praticado pelos hindus, e atualmente proibido pelas leis indianas, obrigava as viúvas a se sacrificarem na fogueira da pira funerária de seu marido morto. Mesmo que na contemporaneidade a prática do *Sati* não seja, frequentemente praticado, as mulheres viúvas indianas ainda são penalizada, já que são, indiretamente, responsabilizadas pela morte dos maridos sendo as "portadoras da má sorte para a família que passa a fazer parte apos o casamento". Nestes termos a viúva:

(...) no desempenhar de sua função enquanto esposa, deve abdicar de sua própria vida, submetendo-se ao sacrifício 'por vontade própria' e diante da morte de seu marido, pois do contrário não se libertará de seu corpo feminino e de sua função biológica, segundo os preceitos desse rito. (Enedino & Sousa, 2014, p.372)

Spivak (2010) ao apresentar o ritual *Sati*, o faz, para salvar seu próprio corpo em futuras encarnações, a autora apresenta o viés colonizante e múltiplo das experiências de ser mulher (Cruz, 2011). Dispondo-se de detalhes deste exemplo da cultura indiana tradicional, a autora afirma que a situação de marginalidade e inferiorização dos subalternos é mais duramente imposta aos corpos de mulheres, posto que a "mulher como subalterna não pode falar e, quando tenta fazê-lo, não encontra os meios para se fazer ouvir" (Spivak, 2010, p.15). A mulher viúva não pode ser ouvida nem pelo discurso colonizador nem pela sociedade *hindu*. Assim, Spivak (2010), mais uma vez, conclui que o subalterno não pode falar, e que a posição da mulher subalterna é ainda mais grave.

Por fim, Spivak, através do exemplo do *Sati*, tenta ouvir a voz da mulher pobre e indiana. Se em um primeiro momento o *Sati* parece apontar que não há saída, a religião, a sociedade hindu e os colonizadores, condenam as viúvas a serem mulheres de um morto mantendo-se mortas em vida. Em outro o suicídio pode ser vistos, ao mesmo tempo como fala e silêncio ao contemplar a possibilidade de uma re-apropriação do corpo em um ato de livre vontade e o silêncio perpétuo de sua voz. Ao afirmar que as mulheres, assim como outros subalternos, não podiam falar, o faz como uma conclusão relativa, já que, apresenta o silenciamento, ao mesmo tempo em que, a enunciação. Há uma livre vontade no autoextermínio no *Sati*.

Assim, nas suas proposições, a condição subalterna é o silêncio. O subalterno, nestes termos, são aqueles que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente. O subalterno carece, fundamentalmente, de alguém que o represente por sua condição de silenciado (Figueiredo, 2010). Para Spivak (2010), há uma relação direta entre falar por e representar, onde ambos podem cair no vazio da invisibilidade do subalterno. Tanto o "falar por" quanto o "representar" exigem um falante e um ouvinte, o que caracterizaria um diálogo. Para a autora, este espaço dialógico não existe para o subalterno, que termina invariavelmente no silêncio, ou melhor, na surdez do outro. Ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de criar, por parte dos intelectuais, formas de deixar os subalternos se fazerem ouvir.

Para usar uma conhecida metáfora de Gayatri Spivak, o que começou como um *portrait* — representação, no sentido de "falar" — tornou-se *proxy* — representação, no sentido de falar por — e que apareceu como que algo interrompia ou ultrapassava a lógica capital do estado moderno — a proliferação de heterogeneidade cultural para além dos limites da "cidade letrada" e pedagógico hegemônico de cultura tornou-se novamente um problema da razão de Estado e com a colaboração da instituição acadêmica com a razão. (Beverley, 2003, p. 337, tradução nossa) ¹⁰

¹⁰ "Para usar una conocida metáfora de Gayatri Spivak, lo que comenzó como *portrait* —representación en el sentido de "hablar de"— se convirtió en *proxy* —representación en el sentido de hablar por—y lo que apareció

Ao discutir as implicações da representação do sujeito, Spivak (2010) dialoga com Deleuze e Foucault – a partir do texto *Os Intelectuais e o Poder* (Foucault, 2004) - e tece duras críticas à noção de intelectualidade apresentada por eles. Nestas reflexões que se alocam no campo epistemológico, Spivak (2010) assume uma postura em que chama para si, e para os demais produtores do conhecimento, o dever de combater a subalternidade. Para ela, isso se torna efetivo quando se deixa de falar pelo e se cria mecanismos para que o subalterno se articule e seja ouvido (Verçoza, 2012).

Três pontos merecem destaque dentre as inúmeras críticas realizadas por Spivak (2010), são eles: a concepção de sujeito subalterno, dando especial atenção ao sujeito subalterno terceiro mundista; o *locus* de fala ocupado pelo intelectual e, em consequência, o estabelecimento da relação entre o saber hegemônico e o subalterno; e, por fim, o papel do intelectual, no contexto científico imperialista (Verçoza, 2012). Em consonância com Verçoza (2012) afirmo que estes elementos apresentam o contraponto entre o pensamento desenvolvido por Spivak (2010) e Foucault (2004).

No que se refere ao sujeito subalterno, o maior questionamento de Spivak (2010), é sobre quem fica de fora desta definição, em outros termos, a autora, em um caráter de denúncia, questiona se os subalternos de Foucault e Deleuze não seriam apenas os subalternos da Europa Ocidental. Spivak indaga sobre como o sujeito subalterno é também efeito de uma perspectiva intelectual ocidental europeia. Estes, por sua vez, seriam os melhores representantes dos outros, dos subalternos. O que está em jogo é a concepção de subalterno (Verçoza, 2012).

No que diz respeito ao fato de o intelectual falar pelo subalterno, Deleuze, em conversa com Foucault afirma que este foi o precursor em apontar a desumanidade em falar pelo outro (Foucault, 2004). "Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência desta conversão 'teórica', isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias" (Foucault, 2005, p.72). E, é aqui, que Spivak entra em acordo com Foucault e Deleuze. Há uma indignidade em falar pelo outro. Para ela não existe possibilidade do subalterno ser representado nos textos dos intelectuais imperialistas, e é assim que Spivak (2010) compreende Foucault. Para ela não há intermediação do intelectual, já que, não se estabelece um diálogo com subalterno, não há

como algo que interrumpía o excedía la lógica del capital y del estado moderno —la proliferación de heterogeneidades culturales más allá de los límites de la "ciudad letrada" y la cultura pedagógica hegemónica— de nuevo se volvía un problema de la razón del estado y de la colaboración de la institución académica con esa razón". (Beverly, 2003, p. 337)

enunciação (Verçoza, 2012). Mas, apesar de Spivak concordar com Foucault e Deleuze no que se refere à fala do subalterno, divergências se mantêm quanto ao pensamento destes.

Spivak concorda que o intelectual deve ter uma atitude "de analisar todos os mecanismos de poder da ciência" (Idem), mas acha que Foucault e Deleuze não fizeram uma análise radical que os levassem a enxergar a sua própria cumplicidade com esses mecanismos de poder, com o hegemônico e com a colonização epistemológica. (Verçoza, 2012, p.6)

A autora acrescenta que Deleuze observa o sujeito a partir de uma concepção deste como sujeito soberano e que Foucault o universaliza à ideia de que o subalterno pode falar (Verçoza, 2012). Assim, para Gayatri os autores universalizam seu lugar social ao não mencionarem a posição geopolítica da qual falam e ao não discorrer como este lugar influencia seu papel como intelectual. Em uma tentativa de desconstrução da história, inclusive da história da ciência, Spivak (2010) afirma a existência de uma narrativa imperialista da história e que esta ocupou o lugar de única história legítima. Com, *Pode o Subalterno Falar?*, a autora oferece um relato sobre o como uma dada explicação do real se estabelece como norma. É imprescindível pontuar que Spivak reconhece que Foucault é um importante pensador no que se refere à busca por entendimento dos mecanismos de institucionalização e da disciplinarização, em outras palavras, entender a constituição do colonizador. Mas o faz a partir de um lugar social privilegiado que não é posto em discussão em sua teoria. Spivak, ao pensar a relação entre os subalternos e as subalternas e os intelectuais e as intelectuais pontua que o confronto entre estes sujeitos, em outras palavras, entre o intelectual e o outro, não angaria o intelectual ao lugar de representante, mas, sim, passa por uma intensa aprendizagem de como representar a si mesmo.

Ao tratar do papel do intelectual Spivak (2010) trás como um horizonte uma ciência politicamente engajada. Para tanto, coloca no centro da discussão a produção intelectual contra-hegemônica feita no interior da academia. Mesmo reconhecendo as diversas limitações desta prática, Spivak não se furta desta tarefa (Verçoza, 2012). Para ela mais do que discorrer sobre a permissão de fala do subalterno por parte dos intelectuais, os cientista devem discutir os cânones de uma ciência imperialista que recusa permitir que alguns falem.

Segundo Patrocínio (2010), uma contribuição inovadora para a concepção de Spivak (2010) acerca do papel do intelectual é a ideia de que resta ao intelectual falar por si, acrescentando que o papel do intelectual "é investigar o quanto seus métodos de análise carregam privilégios institucionais e favorecem a manutenção do subalterno como objeto e, por conseguinte, silenciado" (Patrocínio, 2010, p. 2).

Vale ressaltar que os estudos subalternos estão no cerne da discussão sobre a representação do colonizado e/ou do subalterno. Este grupo de estudiosos não se atém apenas em compreender o lugar do subalterno, mas se debruça em compreender de que forma as narrativas históricas são construídas e representadas. Associadas a discussões tais como as discussões de gênero, raça, classe e sexualidade, eles buscam estranhar as dicotomias entre o colonizador e o subalterno (Quijano, 2005; Spivak, 2010; Said, 2011).

Toda esta discussão fez com que o "representar a voz do outro" torne-se uma questão. Não há aqui uma afirmativa de que as teóricas mulheres investigadas não se autorrepresentam, o que há é uma inquietação: trazê-las como sujeito de análise me coloca no lugar de representante?. Mas, eu também não seria uma silenciada nas proposições de Spivak? Ela mesma não seria uma silenciada? Hooks e Anzaldúa não seriam silenciadas? Eu, ela e as teóricas as quais me propus a estudar, deixam de ser subalternas? Suas experiências de subalternidade influenciam na produção destas? Eu falo pelas subalternas? Ou ainda, elas são subalternas? Elas falam pelos subalternos.

Estas perguntas se fizeram presentes em todo o processo analítico desta pesquisa. Caminhei em direção a possíveis respostas e na configuração de novas perguntas. Vale ressaltar que as reflexões realizadas aqui explicitam o começo de um diálogo com a teórica Spivak, principalmente, a partir do texto *Pode o Subalterno Falar?*. O pensamento de Spivak tem trazido perguntas instigantes quanto à representatividade das subalternas e a possibilidade de fala destas. Longe de encontrar respostas fáceis, Gayatri traz apontamentos intrigantes sobre o lugar "dos outros" nas esferas sociais. Assim, busquei me manter atenta as suas reflexões, ao mesmo tempo em que procurei construir um percurso crítico e conectado com a realidade latina.

Se a condição de subalternidade é o silêncio, silêncio este que exclui a possibilidade de autorrepresentação dos sujeitos e o que resta a eles é serem representados por outrem, a afirmativa nos conduz novamente para a instigante pergunta da autora: pode o subalterno angariar o lugar de fala? (Figueiredo, 2010). Alguns diriam que tenho uma leitura muito otimista da resposta dada por Spivak, mas, se associada ao grupo teórico em que ela compõe, a minha leitura é "menos romantizada": a fala só é possível a partir do momento em que propormos, tal como ela faz, a produção – científica, política, social e econômica – de uma história em que a narrativa dos subalternos esteja em foco.

O certo é que a possível maneira de colocar o subalterno para falar não é "doando-lhe voz", ou falando por ele, mas problematizando como diferenças se tornam desigualdades sociais e desvelando relações de poder que constituem normativas sobre os sujeitos. Nesses termos, o subalterno passa a falar quando encontra na esfera pública reconhecimento e

legitimidade de fala. Compreendendo a produção científica como uma forma de linguagem e o campo científico como uma esfera pública, atentar-se à relação entre sujeito e objeto parece ser um caminho reflexivo possível. Em alguns momentos da leitura dos textos de bell hooks e Gloria Anzaldúa desejei que elas falassem através de mim e me vi, assim, alvo da mesma crítica que Spivak (2010) fez a Foucault e Deleuze, estava desejando representá-las, antes mesmo, de construir um argumento para identificá-las como subalternas, em outras palavras a subalternidade deste corpo estava dada *a priori* para mim naquele momento. Mas em um momento posterior, mudei de desejo e queria que as vozes delas, a minha voz e de tantas outras teóricas mulheres ecoassem nesta dissertação. Eu pretendia que falassem comigo e que pudessemos dialogar como em uma comunidade. O que poderia fazer era dialogar com elas, em uma produção, de certa forma, conjunta, um conhecimento co-construído em que todas somos sujeitos na interpretação sobre aquele objeto pesquisado. Portanto, a relação entre mim (pesquisadora) e elas (pesquisadas) foi compreendida como uma relação entre sujeitos que podem apresentar distintos saberes sobre a realidade e que estes conhecimentos se equivalem no processo de significação da realidade.

Pelúcio (2012) aponta que Spivak dá uma resposta pouco promissora à pergunta título de sua obra: *Pode o subalterno falar?*. Segundo referida autora:

A autora mostra que é ilusória a referência a um sujeito subalterno que pudesse falar. O que ela constata, valendo-se do exemplo da Índia, é uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré- ou pós-colonial, trata-se de "subjetividades precárias" construídas no marco da "violência epistêmica" colonial. (Pelúcio, 2012, p.402)

Com esta afirmação, para Pelúcio (2012), o que Spivak nomeia é que alguns sujeitos têm sua faculdade de enunciação, sobre si e sobre o mundo, roubada, são sujeitos desqualificados *a priori* do lugar de fala. Ao refletir sobre as mulheres como um sujeito subalterno, Spivak (2010) explicita a marginalidade destas, como na cena científica colonial, que segundo ela e em consonância com muitas teóricas feministas, é dominado pelo masculino. A autora não aponta caminhos para que as mulheres libertem-se do estigma da subordinação, sendo intensamente crítica, sob justificativa da impossibilidade de mudança social e a incoerência entre seu lugar social e sua produção intelectual.

Spivak (2010) conclui seu texto afirmando:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (p.126)

Sandra Almeida (2010), ao discorrer sobre a conclusão a que Spivak (2010) chega em sua obra, considera que a autora vai além de uma resposta rápida e objetiva. Para ela, sua conclusão "refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a)" (p.26).

Não há um consenso sobre o cunho propositivo ou sobre a resignação nas teorizações de Spivak (2010). Se por um lado alguns vão nomear as proposições de Gayatri como uma teórica que não propõe nenhuma saída da condição de inferiorização dos subalternos (Muylaert, 2005; Maggio, 2007; Pelúcio, 2012). Outros vão pontuar que ela assume uma postura firme e corajosa ao afirmar que a responsabilidade pelo combate à subalternidade é papel dos intelectuais (Almeida, 2010; Carvalho, 2011). Inúmeras críticas são feitas ao pensamento da intelectual. Alguns questionam a sua legitimidade e seus objetivos políticos, outros interrogam seus pressupostos teóricos e suas implicações sócio-históricas (Eagleton, 2003; Maggio, 2007). Talvez o ponto central do debate deste ensaio seja a busca por estruturas teóricas, textuais, sociais e políticas que possam propiciar a emergência de vozes que foram silenciadas por forças políticas imperialistas (Almeida, 2010; Patrocínio, 2010; Cruz, 2011).

Enquanto, para alguns teóricos, Gayatri Spivak apontou para um horizonte de apagamento sistemático da voz dos subalternos, Chandra Mohanty e Jacqui Alexander (1997), em resposta à afirmação do silêncio dos subalternos, propuseram o seu reconhecimento como sujeito. Dessa maneira, o subalterno não está condenado ao silêncio, mas, ao contrário, se encontra nas fraturas entre os discursos hegemônicos e os discursos das minorias. Para estas autoras, aí está a dificuldade de escuta destes atores. Assim, contrariamente a Spivak, Mohanty e Alexander (1997) se dedicam em mostrar como o sujeito subalterno produz linguagens, ainda que minoritárias.

Maggio (2007), ao realizar duras críticas a Spivak, afirma que dentre os vários erros nas proposições da autora está a sua pergunta (pode o subalterno falar?). Para o autor, o questionamento certo a se fazer é referente à possibilidade de escuta do subalterno. Assim, questiona-se se o subalterno pode ser ouvido, já que para ele é óbvio que o subalterno fale.

Para Maggio (2007) o subalterno não consegue ser ouvido, em contrapartida Mohanty e Alexander (1997) apontam que além de falarem são ouvidos. Falam numa língua dos subalternos, língua esta que só pode existir a partir de um alocamento de toda linguagem como fronteira passível de "tradução, de contaminação, de deslocamento, negando o caráter originário e puro da linguagem e, por extensão, da identidade nacional, mas também de

gênero e sexual" (Carrilo, 2007, p. 61). Assim, questiona-se a concepção de uma língua una e indivisível que exclui qualquer variação social inerente. Os subalternos, ao falarem, a partir de uma língua não dominante, não produzem apenas distorções de sentido, mas redesenham significados e linguagens.

Se por um lado teóricos tentam esculpir negociações positivas com a lógica epistêmica do imperialismo Spivak (2010) rompe com os limites de compatibilidade (Mellucci, 2001), com o sistema imperialista. Há um caráter radical em seu pensamento. É difícil ver como qualquer um pode escrever.

Muitas vezes acusada de vitimizar os subalternos e colocá-los em uma posição sem uma saída possível Spivak (2010) instaurou um debate, colocou em xeque interpretações e produziu um conhecimento local e limitado. Ao lançar luz sobre uma possível agência do sujeito Spivak (2010) parece ser uma subalterna que passa a ver, ouvir e falar sem o manto da subordinação. Nomeou, a partir de uma consciência subalterna, relações sociais como relações de poder. Utilizou-se da ciência como campo simbólico (Bourdieu, 1983) na constituição de uma outra história ou da história dos outros.

Evidenciar a subalternidade como situacional e partir de posições mutáveis possibilita enxergarmos saídas e romper com a dicotomia entre sujeito consciente e sujeito subalterno. A consciência subalterna emerge nas relações e instaura *contínuos* entre o sujeito audível e o silenciado.

Spivak (2010), assim como teóricos dos Estudos Subalternos e Pós-coloniais, tenta mostrar como diferenças culturais se transformaram em assimetrias de poder, de acesso à esfera pública. A autora o faz, explicitando o discurso imperial a que indianos, mulheres e negras estão submetidos. O que Gayatri parece fazer é questionar a assimetria entre subalternos e "senhores", nomeando a desigualdade que se estabelece nesta relação como "colonial", antes que "cultural". Ou seja, é a diferença que justifica a exploração, o controle e a dominação de um setor da população sobre outros. A desigualdade de gênero, a racialização, entre outros são consequências da diferença colonial. A produção desta diferença colonial remete à libertação dos poderes imperiais epistêmicos. A descolonização epistêmica define, silencia e hierarquiza grupos e povos.

Também, não há uma resposta fácil ao questionamento sobre o caráter emancipatório ou resignado das teorizações de Spivak (2010). Muitos estudos se posicionam nesta seara (Mohanty & Jacqui, 1997; Muylaert, 2005; Dewulf, 2006; Maggio, 2007; Carrilo, 2007; Durão, 2009; Figueiredo, 2009, 2010; Almeida, 2010; Carvalho, 2011; Cruz, 2011; Pelúcio, 2012). Durante parte considerável do meu processo reflexivo acerca da subalternidade me posicionei ao lado dos que reconhecem a impossibilidade de agência do subalterno nos ditos

de Spivak. Após uma imersão em textos posteriores como *Quem reivindica alteridade?* (1994), o original publicado em 1989, *El desplazamiento y el discurso de la mujer* (1994), *A Critique of Postcolonial Reason: towards a history of the vanishing present* (1999), e em autores que tentam interpretá-la me direcionei para outro caminho, que recusa a resignação e vislumbra saídas possíveis. Mas, mesmo sabendo que em vinte anos o pensamento da autora tem alterações, a pergunta sobre a possibilidade de fala dos subalternos se mantém em voga, não há uma resposta pronta da autora, mas a pergunta sobre a transformação da realidade vigente, a mudança social, a agência possível. Minha hipótese é a de que, possivelmente, o ponto mais importante deste ensaio, *Pode o subalterno falar?*, seja a procura por meios teóricos e textuais que favoreçam a manifestação de vozes que foram sulcadas por forças políticas dominantes (Mohanty & Jacqui, 1997; Almeida, 2010; Patrocínio, 2010; Cruz, 2011). Esta hipótese aponta para um combate à ideia de um apagamento sistemático da voz dos subalternos.

Dessa forma partilhamos dos argumentos de Chandra Mohanty e Alexander Jacqui (1997) que defendem a ideia que de o subalterno não está fadado ao silêncio, mas, ao contrário, tem resistido às dinâmicas de silenciamento. Para os autores, os subalternos, certamente, falam, mas como aponta Anzaldúa (2000), falam em línguas, em outras palavras, a fala dos subalternos encontram-se nas fraturas entre vários discursos, entre os discursos hegemônicos e minoritários, e aí se aloca a dificuldade de escuta. Nesses termos, o sujeito pós-colonial, as mulheres, os negros, os trabalhadores e outros falam e produzem linguagens específicas.

O ensaio, *Pode o subalterno falar?*, instaurou um debate acerca da possibilidade de agência dos subalternos. Desde então, uma polêmica tem perdurado: se o subalterno não pode falar, e quando fala deixa de ser subalterno? Como se dá a passagem entre fala e silêncio? A partir de quais dinâmicas alguns se tornam falantes e outros mudos? O que significa falar?

1.3 Posições de subalternidade: desnaturalizando lugares

O falar que compõe a pergunta de Spivak (2012) não se resume apenas ao seu significado no "estrito senso", mas também, a ele. De fato, apesar dessa noção não ser diretamente abordada no texto, os estudos sociológicos de Pierre Bourdieu (1996) e linguísticos de Eni Orlandi (2007) evidenciam que a linguagem sempre foi um instrumento de poder nas relações entre as pessoas, nas relações de dominação. Assim, da mesma forma em

que a linguagem é o meio pelo qual se dá o diálogo, ela também exclui da comunicação aqueles que não compartilham o seu léxico.

O que significa falar não é um questionamento carregado de originalidade. No campo sociológico, Pierre Bourdieu (1996) já o fez em 1982, no *A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*, obra traduzida recentemente para o português. Bourdieu se pergunta sobre o significado do evento da comunicação e suas consequências sócio-políticas. Para ele a comunicação é o resultado de trocas linguísticas, estas, por sua vez, são, antes de tudo, relações carregadas de poder simbólico. É na linguagem que relações de força entre os locutores ou os seus ouvintes se estabelecem.

Bourdieu (1996) pondera sobre a linguagem em seu sentido sociológico e elabora uma teoria do poder simbólico a partir de uma crítica aos postulados da linguística. O autor busca construir os sistemas de disposições sociais dos diversos grupos e seu traquejo com a língua como parte de um domínio particular e distintivo do corpo. Nomeia as trocas linguísticas como relações de comunicação e de poder simbólico, onde se (re)atualizam relações de força entre os locutores ou seus ouvintes. Pontua que todo ato de falar implica em uma relação entre disposições socialmente modeladas do *habitus*¹¹ linguístico e as estruturas do mercado linguístico. Este, por sua vez, se impõe como um sistema de normas, sanções e censuras específicas a cada grupo. Sendo assim, o que circula no mercado linguístico não é "a língua", mas discursos sobre a língua. A luta pela autoridade linguística evidencia que a palavra só existe imersa em situações, na disputa se estabelece o que é legítimo e o que não o é.

É certo que o falar é parte de uma competência biológica, comum a todos os seres humanos, portanto, não distintiva. Mas a legitimidade da fala é construída socialmente e, portanto, capaz de propiciar a distinção. Assim o reconhecimento da fala está no falar uma língua legítima (Bourdieu, 1996). Dito de outro modo, as práticas linguísticas são resultado de disputas por reconhecimento. Buscam tornar práticas de linguagem em práticas de legitimidade. Nesta perspectiva, os falantes são os portadores das mudanças sociais. Na mesma direção, Gnerre (1985) aponta que "a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder" (p.22).

No campo linguístico a teórica Eni Orlandi (2007), pesquisadora da linguagem, em uma investigação sobre o silêncio, em seu sentido literal, se atenta à composição deste na

¹¹ O Conceito de *habitus* para Bourdieu (1996) diz de sistemas de posições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada instante como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas. Em outras palavras diz respeito às disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização. Segundo o autor: "*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa" (Bourdieu, 2002, p. 83).

linguagem. A autora entende a linguagem como uma construção social de sentidos e do silêncio, em outros termos, a ausência da fala, do som, compõe a linguagem tanto nas lacunas nas quais ele se insere quanto no "som que o silêncio produz". Orlandi (2007) distingue o silêncio fundador; a política do silêncio, subdividido em silêncio constitutivo e silêncio local; e, por último, o silêncio e a resistência.

O silêncio fundador é aquele que existe nas palavras, "que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar" (Orlandi, 2007, p. 24). O silêncio constitutivo aponta que para dizer é preciso não-dizer um outro conjunto de coisas, e que é a inserção dos sujeitos nas formações discursivas que dá sentidos ao dizer. Assim, o dizer é um construto sócio-histórico. No silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que deseja, produzindo uma diminuição das possibilidades de sentidos, o que a autora vai nomear como censura, ou cerceamento da possibilidade da fala em sua integralidade, produzindo efeitos de fala e de silenciamento, adquirindo materialidade linguística e histórica. Por último, a teórica analisa os mecanismos usados por vozes sociais, subalternizadas por uma hegemonia dominante, vozes estas que buscam significar em silêncio.

Percorrer os caminhos entre o dizer e o não-dizer é, sem sombra de dúvida, um dos maiores méritos das proposições de Orlandi (2007). A autora busca identificar as maneiras pelas quais os sujeitos podem estabelecer sentido estando em silêncio. Orlandi (2007) afirma que "o silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras" (p. 37). Assim, nesta perspectiva, o silêncio está representado em qualquer enunciação. O sujeito muitas vezes sugere sem dizer, se posiciona sem palavras. E, aqui, apresento uma divergência com a autora. Considero esta uma afirmação arriscada, silêncio é uma possibilidade de existência, mas, não uma forma de expressão. O silêncio é uma forma de objetificação. Acredito que as produções de silenciamento estabelecem sentidos para os corpos e define projetos sociais e de mundo, baseados em hierarquias que se transformam em desigualdade, porém, a fala reorganiza sentidos atribuídos aos corpos e possibilita reconhecer corpos subalternizados como sujeitos agentes no processo enunciativo.

Pode parecer simplório pensar o silêncio em sua expressão comum, mas serve de alicerce para a significação do que significa falar. Pensar sobre quem se mantém em silêncio, na maior parte das vezes, quando um "diálogo" é estabelecido me remete às mulheres na relação com os companheiros, em um matrimônio heterossexual, às crianças na relação com os pais, aos negros nas relações com os brancos, aos empregados na relação com os patrões. Não coincidentemente estes são sujeitos nomeados, historicamente nomeados como

subalternos. Os efeitos de poder do silêncio "real" contribui para pensarmos o "silêncio simbólico", proposto por Spivak (2010).

Na tentativa de encontrar caminhos para o fim do silêncio de grupos subalternos, Spivak (2010) apresenta um projeto de fala a partir da reescrita da história, em outras palavras, reescrever o desenvolvimento da consciência da nação indiana. A autora denuncia a criação do não falante através do ato de "tornar visíveis os mecanismos médicos e jurídicos que permeiam a história" (Spivak, 2010, p. 61), a esses mecanismos podemos acrescentar os científicos. Spivak procura encontrar meios para que o subalterno seja ouvido. Nestes termos o silêncio que invade o diálogo é, de fato, um paradoxo. Um silêncio que precisa ecoar, que deseja passar pela linguagem e se transformar em uma forma de discurso. Passar do não-dito para o dito, para Spivak (2010), é mais do que gostar do som. Isso não significa necessariamente saber falar. É se tornar sujeito, é ter um interlocutor. Assim, a ruptura com a subalternidade é o tornar-se sujeito, entendendo o sujeito como uma singularização dos aspectos mais amplos da sociedade e, a linguagem, como uma forma de ação política no mundo.

Dessa maneira, me encontro, novamente, com a pergunta cerne das reflexões de Spivak: pode o subalterno falar? A resposta a essa questão não é simples, nem baseada em uma resposta linguística, mas, nas consequências sociopolíticas da enunciação. A analogia feita pela autora em relação à fala trás a enunciação para o campo do político. A fala aqui é entendida como reconhecimento social, legitimidade de sujeitos na construção de signos, símbolos e representações sociais, em outras palavras, o reconhecimento de alguns corpos como sujeitos e a participação destes na construção de sentidos na esfera pública.

Muitos se aventuraram na pergunta de Spivak. Alguns, sem sucesso, questionaram a impossibilidade de agência em suas proposições teóricas (Eagleton, 2003; Muylaert, 2005; Maggio, 2007; Pelúcio, 2012), outros abordaram a subalternidade como parte de uma essência dos sujeitos (Figueiredo, 2010). Há ainda os que questionaram a impossibilidade de fala dos subalternos.

No percurso da pesquisa sobre a subalternidade da mulher na ciência, encontrei vários pesquisadores e pesquisadoras, interlocutores e interlocutoras que me questionaram acerca de minha própria subalternidade. Alguns se sentiam felizes com a afirmação de que me sinto indiretamente uma pesquisada. Outros afirmavam que eu não sou nem posso, de maneira nenhuma, me identificar como subalterna. Outras se inquietavam com a afirmação de que possivelmente seriam subalternas. Mas, por que escrever sobre isso, que pode ser entendido

como a "cozinha da pesquisa"¹²? Acredito que os questionamentos e as posteriores inquietações dessas interlocutoras me fizeram refletir sobre a subalternidade e sua correlação com a identidade: Há marcas que me tornam subalterna? Se, sim quais são elas? Será o meu corpo que dirá o espaço terei?

Poderia (eu) dizer que a despeito das proposições de Spivak, alguns subalternos têm falado, em uma relação, ainda que complexa, de fala e escuta. Que eu, assim como ela e muitas outras mulheres temos falado. Que as mulheres estão cada vez mais presentes no cenário científico e têm problematizado a ausência de outras ou a inclusão secundarizada das presentes. Mas, Gayatri Spivak, certamente, argumentaria que estas deixaram o lugar subalterno quando angariaram lugar na produção teórica e nos espaços institucionais de poder intelectual. Parafraseando a autora, "o subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é" (Spivak, 2010, p.12). Nesse contexto, me propus a deixar a célebre pergunta de Spivak em "em aberto", melhor dizendo, transformei esta pergunta em um dos porquês da minha análise. Meu desejo foi saber se as teóricas por mim investigadas falavam; se se consideravam subalternas; se falam a partir do lugar de subalternidade; se são ouvidas. Mas, ao contrário do que propõe Figueiredo (2010) e do que parece defender Beverly (2004), a subalternidade é aqui percebida como uma posição relacional baseada em relações de poder e não como uma característica identitária. A subalternidade não é estanque e nem permanente. Por isso passei a pensar em características que são colocadas em cena no jogo das desigualdades no que se refere as relações de poder.

No caminho investigativo muitas perguntas se tornaram alvo de reflexão e interesse. Algumas ganharam forma e me suscitaram novos caminhos, outras foram descartadas ou deixadas de lado, devido às impossibilidades de aproximação de respostas. Ao me perguntar sobre a experiência de intelectuais na ciência, a fala e o silêncio povoaram meu imaginário. Queria entender se estas deixavam de ser subalternas, se passavam a ser falantes e se, um dia, foram subalternas. Na realidade, o que me intrigava mesmo era a pergunta se há agência/resistência e transformação social na ciência. Mas, para esse propósito, até esse momento, havia feito perguntas de forma inadequada. Logo eu que tenho caminhado por uma vertente teórica pós-estruturalista, em que qualquer tipo de especialização dos sujeitos me faz levantar suspeitas, que aprecio mais as perguntas suscitadas por um determinado fenômeno do

¹² O termo cozinha da pesquisa é, comumente, utilizado como uma expressão que marca o que deveria ficar fora do que considerado academicamente relevante. Nesta dissertação o termo, tudo tem a ver, com a reapropriação do que é tido como público e privado. Eu cresci em meio a panelas, temperos e sabores, foi lá, na cozinha, que muitas vezes as mulheres da minha família negociavam ideias, construíam verdades e reafirmavam redes de solidariedades. Para mim a cozinha da pesquisa é, justamente, o tempo e o momento em que me encontro com minhas ideias, onde me posiciono, me estranho e me encontro. É onde vivencia, experiência e ciência se encontram, onde produzo "escrevivências"(Evaristo, 2005).

que as respostas. Mantive sempre em suspeição o que torna o sujeito fixo, preso, mesmo que provisoriamente.

Todo o aparato teórico que tenho acionado me trouxe uma outra possibilidade interpretativa, em outras palavras, uma nova pergunta. O que procurei foi a compreensão dos mecanismos de subalternização, o como e o por quê de alguns ocuparem o lugar de subalternos. E é neste sentido que há uma mudança significativa nas minhas lentes analíticas. Passo a me interessar pelo processo, pela forma e pelo conteúdo dos mecanismos de subalternização. A pergunta sobre quem é o subalterno foi substituída por quais mecanismos de legitimidade e deslegitimação são acionados para identificar corpos como subalternos ou não. E, ainda, quais as consequências na estruturação de um campo de pensamento científico. Assim, interessa-me compreender como os corpos se tornam matéria. Vale ressaltar que esta mudança não me distancia da resposta à pergunta de Spivak (2010), somente dá a ela uma nova roupagem, isto é, redesenha caminhos para se pensar a fala subalterna.

As teorizações propostas pelo grupo de pesquisadores indianos que integram os "Estudos Subalternos" nos levam a questionar se eles próprios não seriam exemplos de subalternos que ganham o *locus* enunciativo. Seriam eles sujeitos subalternos que conseguiram falar? Tornarem-se intelectuais os tiram do lugar de subalternos?

Opto pela ideia de posição subalterna, o que, como dito, constitui o lugar subalterno como um vazio que é ocupado no jogo das relações de poder. Há, nesta perspectiva, a possibilidade de agência dos sujeitos e grupos para se lançarem fora e dentro desta posição. Se a posição subalterna é o resultado de um processo histórico, político e social, uma pergunta se fez necessária: como alguns sujeitos e grupos passam a ser identificados como subalternos? E, ainda: como passar a nomear este espaço vazio como único e exclusivo de alguns sujeitos?

Diante destas novas perguntas e me atentando às implicações sociais, políticas e científicas da impossibilidade de fala, voltei ao texto de Spivak (2010). A definição de Spivak (2010) de que a condição subalterna é o silêncio se baseia na constatação de que, como objeto, o subalterno possui uma voz que é ausente de uma mediação do código linguístico e cultural colonial/hegemônico (Patrocínio, 2010). Nestes termos o silêncio do subalterno é a condição de não participação na esfera social. Assim a posição subalterna é a impossibilidade do reconhecimento do subalterno como sujeito. A saída da posição de subalternidade, nesta proposta, é, justamente, a nomeação da agência.

As teorizações de Enerst Laclau e Chantal Mouffe (1985) auxiliam na compressão de que o rompimento com uma posição subalterna representaria a passagem de uma relação de subordinação para uma relação de opressão. Nesse ponto, reconheço o caráter eminentemente político da posição subalterna, questiono os porquês do estabelecimento dessas desigualdades

e seus pressupostos. Vale ressaltar que a passagem do *locus subalterno* para o *locus enunciativo* se dá na produção do que Spivak (2010) vai nomear como consciência subalterna, e, mais tarde, bebendo na mesma fonte gramisciana, Paulo Freire (1980) chamará de processos de conscientização. Mas, como esses dois autores podem contribuir para o pensamento aqui proposto?

A passagem para o *locus enunciativo* é também interpretada como a consciência da situação de opressão e o estabelecimento de antagonismos sociais. O antagonismo entre subalterno e "colonizador" não é inerente à relação social, ela é proveniente desta.

Nesse sentido, a consciência subalterna se faz possível mediante ao reconhecimento de uma injustiça social que resulta na vivência de uma posição subalterna, desvelando relações de poder e resultando na passagem de uma relação de subordinação para a condição de opressão (Costa, 2010). A condição de opressão possibilita a agência dos sujeitos, podendo resultar no enfrentado pela ação mobilizadora de demandas por equivalência, sejam elas coletivas ou individuais (Prado, 2002). Assim a consciência subalterna resulta na percepção de fronteiras vividas e experienciadas, não como diferenciações sociais entre grupos, mas como impedimentos sociais e políticos na conquista da equivalência de direitos (Mouffe, 1995; 1988).

Laclau e Mouffe (1985) acreditam que os sujeitos estão posicionados no interior de sistemas hierárquicos que os antecede e que limitam as possibilidades destes interpretarem o mundo, sendo que a percepção dessas restrições possibilitam a instauração de conflitos sociais e lutas por redefinições de si e do mundo. A lógica de equivalência acarreta na disputa de direitos e na redefinição dos antagonismos democráticos na construção de um projeto contra-hegemônico (Laclau, 1993). Com isso, o subalterno pode emergir como um sujeito político e afirmar uma nova positividade do social (Costa, 2010). Assim, a consciência subalterna resulta em lutas por equivalência e justiça social.

As teorizações de Freire (1980a) também contribuem para um aprofundamento da discussão sobre a consciência subalterna. O conceito de consciência, nos termos propostos por Freire (1980) é antes de tudo uma postura epistemológica diante do mundo. Trata-se da elaboração de questionamentos em relação às coisas da vida, às relações de poder, às regras e às normas, aos papéis, às definições, etc. O autor assenta-se na ideia de que os "dominadores" anseiam apresentar uma realidade naturalizada. Para manter o *status quo*, mitificam o mundo, as razões de ser do que constitui o mundo. Não há o que indagar sobre o estado das coisas: é o mito dado, a verdade imposta.

A "conscientização" não é o processo de construção de uma percepção comum das relações e definições da vida, mas uma postura epistemológica e política. Ela diz da forma

como os sujeitos aproximam-se do mundo para apropriá-lo (Freire, 1980). Neste sentido, a pergunta sobre a causalidade das coisas, suas razões de funcionamento e existência fazem com que os subalternos percebam-se capazes de vislumbrar outras opções de modos de existência, propiciando um deslocamento e um agenciamento frente à subalternidade.

Assim a "consciência subalterna" é a capacidade de denunciar o estado das coisas. Não se trata de um estado natural, mas de algo que pode ser construído de maneiras diversas, atendendo a razões coloniais e desiguais. Ou dito de outro modo, diz da capacidade de os subalternos se tornarem sujeitos. Para tanto, estes adquirem, a partir da indagação, outras possibilidades nas relações com o mundo. O processo de "conscientização" caracteriza-se por uma postura crítica do sujeito frente às relações em que está inserido. O sujeito critica na medida em que é capaz de indagar-se. Essa indagação, por sua vez, devolve as possibilidades de existência para além daquela que os dominadores oferecem.

Spivak (2010) aponta para o caráter eminentemente político das relações de subalternidade. Assim, em uma perspectiva de ampliação do conceito, recorro às proposições de Chantal Mouffe (1999), ao afirmar que a função da política é visibilizar relações conflituosas na esfera pública. Dessa forma, a consciência da subalternidade seria a explicitação, na arena pública, das desigualdades. As relações de poder são inerentes à disputa pela instauração de novas inteligibilidades acerca do subalterno. A consciência de uma posição subalterna é, justamente, o movimento de colocar em jogo os interesses de alguns que se sobrepõe ao interesse de outros. Uma consciência do lugar subalterno baseia-se na passagem de uma relação de subordinação para uma consciência de opressão. Em outras palavras, publiciza as relações de poder e estabelece as fronteiras políticas, havendo, assim, a possibilidade de mudanças sociais (Prado, 2002).

Nestes termos as noções de relações de opressão e de subordinação são importantes para pensarmos a condição de subalternidade e a posição subalterna. Nas relações de subordinação não há a percepção histórica da ordem social, sendo a inferiorização e a subalternização naturalizadas (Mouffe, 1998; Prado, 2002). Já nas relações de opressão há reflexão e percepção da historicidade das construções sociais, que possibilitam o estabelecimento de antagonismos entre os agentes (Prado, 2002).

Na subordinação, as relações são vistas como funcionais, ainda não são reconhecidas como subversivas, pois para haver subversão destas relações faz-se necessário a relação com uma exterioridade, com uma corrente de equivalências historicamente construídas que permita o reconhecimento de que, nas relações de subordinação, há um impedimento. Ou seja, não há uma consciência de que a inferiorização seja algo correspondente a posições de subalternidade historicamente construídas. Já nas relações de opressão, as relações de

subalternidade estabelecem antagonismos entre colonizadores e subalternos. Nesse momento o impedimento de fala passa a ser a possibilidade da constituição do político e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de se homogeneizar alguma das posições (Prado, 2002). É a consciência da posição de subalternidade que possibilita uma interpretação em que ora alguns estão em uma posição subalterna e ora rompem com ela.

A conscientização da condição de opressão proposta por Mouffe (1998) e abordada por Prado (2002), aponta para a demarcação de fronteiras políticas, o que implica no reconhecimento de que o *eles* e o *nós* são irreconciliáveis. Em diálogo com a “consciência subalterna” de Spivak (2010), é possível afirmar que o reconhecimento de que o colonizador impede a fala do subalterno e de que a conscientização é o direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas, na tentativa do estabelecimento das relações de reciprocidade (Melucci, 1996), sejam elas de reconhecimento negativo ou positivo, há sustentação da necessidade de se definir o consenso do *nós*. O que significa redefinir o conjunto de valores, crenças, interesses e significados de que este *nós* é portador, e há, também, a necessidade de reconhecer o caráter precário deste consenso, desde que o *eles* é um constitutivo exterior internalizado pelo *nós*, e que garante a continuidade de suas relações de pertença.

Ao me direcionar para a parte da produção científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa e para as relações de subalternidade no campo do saber, não desejei estabelecer uma correlação direta entre corpo e subalternidade e entre sexo e gênero. Mas pretendi me debruçar sobre como sexo e gênero vão se articulando na construção de lugares subalternos e construindo regimes de verdade, que por vezes parecem inquestionáveis ou de irrelevância científica. Em outros termos, me atentar para a subalternidade da mulher na ciência é uma busca pelo entendimento dos mecanismos de produção e manutenção das desigualdades de gênero no espaço acadêmico.

Dessa maneira, ao pensar nas posições de subalternidade, sem ocupar uma condição subalterna, busco romper com a estaticidade, muitas vezes, destinada aos corpos e propor uma investigação sobre as regulações normativas (Butler, 2000) que materializam desigualdades e produzem imaginários acerca das mulheres.

Ocupar a posição subalterna é a impossibilidade do reconhecimento do subalterno como sujeito. Nesta abordagem, a saída da posição de subalternidade é, justamente, a nomeação da agência do subalterno e conseqüentemente o reconhecimento do mesmo como sujeitos (Taylor, 2007). Romper com a posição subalterna seria, portanto, a passagem de uma relação de opressão para uma consciência de subordinação (Mouffe, 1998; Prado, 2002).

Compreender a subalternidade como uma posição e não como uma condição social me coloca em um lugar de análise das falas e dos silenciamentos. Há de se ressaltar que estes lugares não estanques possibilitam pensar no trânsito entre lugares, posições subalternas e lugares de agência. Nestes termos a história tem demonstrado que alguns sujeitos parecem manter-se durante muito tempo em posições de subalternidade. Os negros, as mulheres, os pós-coloniais, entre outros.

Nesse sentido, é imprescindível resgatar a história das mulheres a fim de compreender como estas se tornam sujeitos subalternos. Para tanto, passo, a partir do diálogo com os feminismos, a elucidar sobre a história das mulheres por meio de sua participação na ciência.

2. O REINO DA PALAVRA: AS MULHERES COMO SUJEITOS DA CIÊNCIA

You may write me down in history with your bitter, twisted lies, you
many trod me in the very dirt but still like dust, I'll rise¹³

Maya Angelou

Os feminismos têm atuado de modo a desvelar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas na ciência, na política e no contexto social moderno. Para tanto, esses movimentos têm ocupado as distintas esferas sociais e investigado as experiências existentes por detrás da produção de saberes e poderes. Quais verdades tem angariado status de universal e qual projeto de sociedade está em jogo (Diniz, 2013).

As reflexões que se seguem buscam contribuir para uma reinterpretação da histórica da sociedade a partir das mulheres, se atentando principalmente à presença destas nas ciências e nas organizações políticas em torno do acesso à esfera pública no ocidente.

Apresentar pontos desta história diz do meu desejo por reconhecimento das mulheres, como sujeitos ativos, na construção da sociedade, e insere na cena política as contribuições das múltiplas feministas para a transformação social (Mouffe, 1995). Há nesta proposta a recusa do lugar de vítima para as mulheres e, em contrapartida a interpretação da história como uma luta por reconhecimento social, político e científico.

O movimento feminista, no século XX, na defesa do direito à autonomia e à participação na esfera pública, tem expressão através da constituição de distintas associações: o anticolonialismo, o antirracismo, a não discriminação baseada no gênero, na origem social ou na orientação sexual. A percepção por parte das mulheres da impossibilidade de ser sujeito na e da história foi percebida a partir do compartilhamento de vivências que se configuram no que Honneth (2003) nomeou como formas de lesão moral. As mulheres, até então, percebidas como individuais e destinadas ao campo do privado, passam a ser interpretadas como pertencentes a um grupo, o que trará consequências intersubjetivas, sociais e políticas. A percepção de si e a produção de sentidos são, justamente, a "luta coletiva por reconhecimento" (Honneth, 2003), o tornar-se sujeito, o que foi evidenciado em distintas esferas sociais, tal como a ciência com a emergência do campo teórico feminista.

O campo teórico feminista tem atuado com o fim de construir estratégias de reivindicação política que colocam as mulheres em uma posição de negociação em torno de

¹³ Você pode me riscar da História
Com suas mentiras amargas e distorcidas,
Mas ainda assim, como a poeira, eu me levantarei. (Tradução nossa)

direitos sociais pelas lutas por reconhecimento (Honneth, 2003). Sob o mesmo ponto de vista a denúncia das barreiras impostas às mulheres no campo mais amplo da escrita são aqui entendidas como inscritas em processos de visibilidade de injustiças sociais que marcam a trajetória de mulheres na sociedade.

O que pretendi deixar em voga com a investigação dos elementos que constituem a historiografia da participação da mulher no campo científico é que, em uma sociedade em que o saber torna-se cada vez mais importante, resultando na instituição de um espaço privilegiado de poder e decisão, a vida do intelectual caracteriza-se como um campo que pode intervir e transformar a sociedade.

Reconhecendo a ciência como um espaço de construção de verdades e, conseqüentemente, imbuída de muito poder sobre a vida em sociedade, as feministas travaram uma luta para poder fazer parte deste *corpus*. O desejo era adentrar nesta mesma ciência que há muito tempo esteve a serviço da desqualificação e da inferiorização das mulheres (Silva, 2008), e, além disso, buscar equidade entre os gêneros para se tornarem exceções à regra ou mesmo expressarem sua paixão e talento em alguma área. É certo dizer que nem todas as mulheres desejaram mudar a ciência, mas a ciência teve que se revisar com a entrada delas.

Os tópicos a seguir buscam se aproximar do modo pelo qual as mulheres reivindicaram o reino da palavra, ou seja, a fala e a escuta social.

2.1 O campo científico: um campo de Batalhas

O Campo científico é abordado neste estudo como o resultado de disputas entre agentes e posições por capital simbólico. Em outras palavras, o campo científico é uma arena em que distintos sujeitos lutam por legitimidade e reivindicam reconhecimento destes como produtores de verdades. Nos termos bourdieusianos, a posse de capital nesta proposta resulta em autoridade intelectual e científica.

O campo científico é nomeado por Pierre Bourdieu (1983) em oposição à ideia de "comunidade científica" proposta por Tomas Kuhn (Cruz, 2008). Cruz (2008) em referência ao pensamento de Tomas Kuhn aponta que:

(...) a comunidade científica é caracterizada, por Kuhn (1962/2006), pela adoção de um paradigma – ‘aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.’ (Kuhn, 1962/2006, p. 201). Dessa forma, a comunidade científica é constituída por pessoas que aderem ao paradigma formando o que ele chama de 'ciência normal'. (Cruz, 2008, p. 33)

Para Bourdieu (1983), a ideia de comunidade científica mascara práticas que vão além da concepção, herdeira de uma tradição, que entende a ciência como fora da sociedade e acima de sua influência (Cruz, 2008). Se Kunh (2006) trás para o centro do debate científico a subjetividade do pesquisador, Bourdieu (1983) se debruça sobre as relações de poder presente no mesmo espaço. Bourdieu (1983) mantém a seguinte pergunta no cerne de seu pensamento: qual a relação entre ciência e sociedade? Para ele, a sociedade é produzida pelo conhecimento e produtora do mesmo. Sendo assim, o que esta trás da ciência é a sociedade (Cruz, 2008).

Ao olhar bourdieusiano, a área científica é vista como um campo de disputa, o que resulta na construção de uma definição hegemônica de ciência, e, desta maneira, instaura um "paradigma". A partir disso, todo conhecimento que se pretende legítimo deve se aproximar do padrão científico hegemônico moderno. Nesta perspectiva, o campo científico constrói uma história em que alguns serão vencedores e outros vencidos. Vale ressaltar que os sujeitos não entram para esta "batalha" com o mesmo "potencial ofensivo", dito em outra maneira, os sujeitos que disputam a legitimidade na construção de um conhecimento científico não entram de forma igual nesse campo.

Por analogia, os sujeitos se organizam hierarquicamente no interior do campo de poder a partir do capital simbólico. O capital simbólico é o poder atribuído aos que obtiveram "reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento" (Bourdieu, 2004, p.166). O capital simbólico confere poder simbólico ao cientista, sendo este um poder invisível, ou seja, atribui-se poder e legitimidade ao agente que o possui a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo.

No que se refere ao "potencial ofensivo", as mulheres têm estado em desvantagem ao longo da ciência moderna. O homem, tido como medida de todas as coisas, historicamente, tem ganhado esta "batalha" por legitimidade científica, no questionamento das ideias e conceitos que dizem respeito à sociedade e tem criado teorias totalizantes. Ao passo que, às mulheres, constituídas nesta relação como "o outro", "aquilo que não se deve ser", restou uma posição menos privilegiada neste campo: a de dedicar-se nas investigações de temas mais específicos e menos relevantes para uma ciência geral (Carvalho, 2006). Estas, por sua vez, tem desvelado a máscara da neutralidade que manter e facilita a "aplicação" da violência simbólica.

A violência simbólica, nesta perspectiva, é "uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também com a frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la" (Bourdieu, 1997, p.22). Sendo exercida por agentes ou instituições dominantes, estabelecem o que é

reconhecido como legítimo no campo. Assim, a violência simbólica proposta por Bourdieu (1997) pode ser pensada em analogia com a violência epistemológica teorizada por Spivak (2010). Ambas impossibilitam a construção de relações horizontais de comunicação, há sempre o que no jogo de poder não pode ser ouvido. Spivak (2010) complexifica a análise sobre a fala se atentando às implicações sociais da impossibilidade de fala. A eficiência dessas violências é o seu baixo poder de contestação, já que ela é produzida de maneira a não ser notada e com a função de manter a dominação (Carvalho, 2006).

(...) as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção. Esta eficácia depende de dois elementos: da posse de um capital simbólico, já indicada acima, e 'do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade'. (Bourdieu, 2004, p.166)

Bourdieu (1983) afirma que os dois principais fatores em jogo no "campo de batalhas" da ciência são, por um lado, os sujeitos que visam à conservação do estado de coisas o nomeando como natural, e, por outro lado, os que buscam a subversão da ordem científica dada, questionando uma suposta essência da ciência. Em outras palavras o primeiro grupo tem por objetivo manter a ordem científica vigente, pois este grupo se encontra em uma posição dominante, são os que ditaram e definiram o que é e o que não é cientificamente legítimo. Essa legitimidade foi construída através de uma autoridade historicamente estabelecida. Em contrapartida, o outro grupo, ou o grupo "dos outros", são os que angariam um "lugar ao sol" no espaço da ciência, denunciando que são historicamente subestimados e subalternizados como sujeitos não apitos à intelectualidade.

Ao se referenciar a um "campo de batalhas" para substancializar o "campo científico" fica explícito que o "campo científico" é uma luta concorrencial, onde, o que está em jogo é o monopólio da autoridade, ou seja, a exclusividade sobre a capacidade técnica e o domínio do poder social. Dessa maneira, o cientista passa a ser dono de um certo capital social. Dito de outro modo, a autoridade científica se converte em uma espécie bastante particular de capital social, o que significa ser reconhecido, ter um nome que o diferencie do homem comum.

Em suma, a ciência é um produto do meio social que envolve relações de poder e interesse, o que torna explícita a sua não neutralidade e combate à ideia de que a ciência é um espaço para todos e todas. Esta afirmação tem como pano de fundo o reconhecimento de que o campo científico não é um espaço de "concorrência perfeita", mas, sim, um *lócus* em que as desigualdades se fazem presentes. Nestes termos, a ciência é um campo social revestido de relações de força, poder e monopólio, lutas e estratégias, desigualdades e luta por reconhecimento. Dessa maneira, Bourdieu (1983) contesta a ideia de que o campo científico

seja um campo neutro. Ao contrário, ele é revestido de disputas constantes por legitimidade de falar e agir a partir da ciência. Assim:

O universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas. (Bourdieu, 1983, p. 122)

Nos termos propostos por Bourdieu (1983), os conflitos explicitados por hooks (1995) e Anzaldúa (2000) no que se refere ao campo científico envolvem uma dimensão dupla: a política e a epistemológica. Anzaldúa (2000) e hooks (1995) se encontram no lado "subversivo" do campo de batalhas e vão desenvolver suas estratégias científicas de modo a romper com uma posição de conservação do modelo dominante e denunciá-lo como sexista, racista e lesbofóbico.

As estratégias que visam à subversão partem de um questionamento da legitimidade da ordem científica dominante e vislumbram a superação através de uma ruptura com os padrões hegemônicos. Não há nestas autoras a possibilidade de uma reforma moderada, o que está em pauta é uma mudança em relação a como se define o que é ciência e quem pode falar a partir dela.

Nestes termos as autoras corroboram com a afirmativa de Bourdieu (1983) de que:

(...) a ideia de ciência neutra é uma ficção, uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social. (p. 148)

2.2 Feminismos no plural: a história da sociedade a partir das mulheres

Voltar o olhar para a história do feminismo no ocidente não é um fato novo nos estudos sociais. Contar e recontar a história do movimento feminista é resultado de um constante exercício de contextualização, localização e apresentação de um aporte teórico nas produções científicas. Ao contextualizar, reiteramos, na prática discursiva, uma história, que mesmo depois de dois séculos de reflexões, ocupa um lugar secundário na constituição do pensamento sobre a ciência – meu foco de estudo. São nos entremeios desta história, que tem um caráter de luta epistemológica, teórica, política e social, que indivíduos emergem como sujeitos sociais, políticos e "científicos", interpelando certa ordem na disputa por novas inteligibilidades sociais na cena pública. Desse modo, a produção de uma prática articulatória

sobre elementos principais da história do feminismo, contribui para a compreensão das desigualdades sociais presentes no ocidente.

Seria ingênuo pensar que esta prática articulatória se dá a partir de um olhar linear, simétrico e contínuo (Ribeiro, 2006). A constituição da trajetória feminista no mundo é contada por diversas feministas ao longo da história: feministas negras reivindicam a marcação da presença das mulheres negras na constituição de demandas sociais; feministas lésbicas exigem a explicitação das questões ligadas ao questionamento de heterossexualidade como norma social; feministas latinas entrelaçam a história ao contexto específico do processo de colonização vivenciado em seus países; feministas terceiro-mundistas anunciam as hierarquias norte-sul; feministas orientais, as hierarquias ocidente-oriental. Todas essas são histórias que compõem a complexa história do feminismo, o que explicita a existência de uma disputa pela ampliação dos sujeitos da história e, conseqüentemente, que a história é um campo de disputas políticas. Sendo assim, é impossível pensar em uma só história do feminismo, já que são histórias, no plural.

O que me leva, desde o início, a afirmar que o termo "feminismo" comporta distintas interpretações é o fato de que ele é composto por múltiplos e variados discursos, dificultando sua definição. Para Alves e Pitanguy (1895), "este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não possui um ponto predeterminado de chegada" (p.7). Essas autoras trazem, para o centro da discussão, a dinamicidade do pensamento feminista, refletindo que todo o processo de construção de novas possibilidades de ser e de estar no mundo é dotado de contradições, avanços, retrocessos, re-desenhos e revisões de si mesmo. Essa multiplicidade explicita que o feminismo pode ser definido a partir de distintos lugares. Entretanto, todos buscam um certo conjunto de teorias que visem a interpretação da sociedade a partir das mulheres.

A reivindicação de uma historiografia feminista é uma luta por reconhecimento nos termos propostos por Honneth (2003), em outras palavras, uma luta pelo estabelecimento de uma comunicação em que haja fala e escuta e que a mudança se estabeleça. A busca feminista é por uma história própria da sociedade, numa direção contrária a da história imperialista oficial, uma história de dominação, a partir do olhar histórico dos dominantes. Para Selbach (2005) o olhar histórico hegemônico se alicerçaria, de certa forma, a reafirmar a dominação masculina. Na contramão desta "história oficial", o movimento feminista tem apresentado uma história que denuncia a opressão a que as mulheres têm sido submetidas, denunciando também como esta submissão é baseada na construção de redes de sentido que foram se configurando e angariando o *locus* de verdade na construção das mulheres como "o outro", o oposto do inteligente, do racional, do legítimo, do reconhecido.

Se na atualidade falamos de feminismos, é porque avanços e rupturas históricas foram sendo produzidos por inúmeras mulheres em suas lutas e experiências diversas. A estruturação e a orquestração desta multiplicidade (Ribeiro, 2006) ao longo da história se manifestam em diferentes feminismos que, problematizando as relações entre mulheres e homens, promoveram a desnaturalização dos contextos a partir dos quais emergiam e politizaram as relações em diferentes esferas da vida (Sardenberg, 2004).

A pluralidade, já anunciada é sentida nas teorizações e estudos feministas, nas demandas sociais por equivalência, nas críticas ao modelo hegemônico de ciência, e nas formas de construção de ações coletivas. Esta afirmação torna relevante apontar que o meu interesse "nesta história" é, mesmo que de forma breve, apresentar três elementos que corporificam o caminho das feministas na construção de uma história da sociedade, quais sejam: a desnaturalização das desigualdades sociais, o tensionamento da relação público *versus* privado e o paradoxo da tensão igualdade e diferença (Mayorga & Prado, 2010). Tendo em mente os limites desta divisão o intuito não é apresentar as principais reivindicações a partir de uma história total, única ou verdadeira. Tenho plena consciência de que toda divisão é redutora. No entanto, acredito que os valores explicativos que estes três elementos apresentam são válidos para a compreensão dos feminismos como uma prática contestatória do sujeito universal (Mayorga & Prado, 2010).

A desnaturalização das desigualdades sociais é marcada pelo questionamento de uma ordem patriarcal/machista vigente. Os feminismos denunciam uma sociedade que transforma distinções sexuais em hierarquias de gênero. Vale marcar que os feminismos tanto em seu campo político quanto no campo teórico-epistemológico se mantêm em constante construção (Keller, 1985; Harding, 1986, 1987). As diversas perspectivas e interações construídas pelos feminismos explicitam que eles têm assumido diferentes orientações políticas, pode-se citar o feminismo radical, o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista. Já no campo teórico-epistemológico, encontra-se o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-estruturalismo feminista (Harding, 1996; Butler, 2003). Podem ser classificados pela localização geopolítica de suas proponentes, os quais constituem diferenças significativas em suas produções, a saber: feministas anglo-norte-americanas, francesas, do Sul, do Norte, anglo-saxônicas, ocidentais, etc. (Canavate, 2009).

As sufragistas envolvidas principalmente na luta abolicionista dos Estados Unidos da América enfatizam e afirmam as distinções sexuais, denunciam que estas distinções têm sido tratadas socialmente como a justificativa para a inferiorização das mulheres. Estas teóricas dão ênfase ao subglorificar que as mulheres ocupam no campo político, tendo parte de suas reivindicações ligadas ao direito ao voto. Direito concedido aos homens e que marcava a não

cidadania das mulheres na primeira metade do século, assim como as lutas em torno do direito à propriedade, ao voto e outras garantias de igualdade entre homens e mulheres.

É salutar ressaltar que as pautas se deram de formas distintas nos diversos países, resultado das diferenças culturais, políticas e sociais. No contexto latino americano, a luta sufragista, também conhecida como feminismo bem-comportado, estava sob a condução das mulheres das classes alta e média que, através de ações junto aos aparelhos legislativos, lutavam pelo direito ao voto (Costa, 2005). Neste momento, a luta parecia estar mais centrada na conquista do direito ao voto, passando também pelo direito à educação e pelos direitos civis. Caracterizado como conservador, esse primeiro momento do movimento feminista apresenta pouca interpelação no que se refere à divisão sexual dos papéis de gênero, reforça estereótipos e tradições. Compreende a mulher como maternal, sentimental, uma cuidadora nata, corroborando com um essencialismo no olhar sobre a mulher. Esta foi uma das principais críticas feitas a esse conjunto de feministas. Utilizavam "as virtudes" como justificativa para suas demandas. Um importante marco para a desmobilização do movimento feminista na América Latina foram as insurgências das ditaduras militares que acabaram por silenciar vozes dissonantes aos ideais da ditadura (Sarti, 2001, 2004; Pinto, 2003).

A luta pelo direito a votar e a ser votada trouxe consigo outras indagações e outras ações coletivas na busca por cidadania. Desvelar a existência de diferenças entre ser homem e ser mulher nas ruas fez com que as mulheres se perguntassem também sobre o doméstico. As feministas questionam a compreensão dicotômica entre público e privado (Bairros, 1995) como uma estratégia de ocupação de espaços de decisão e poder. Neste momento, um conjunto de reflexões se fortaleceram com o pensamento de Beauvoir (1976) sobre a construção social das diferenças, que começam a caracterizar os estudos de gênero. Tem-se uma problematização sobre o caráter político nas relações entre sujeitos sociais.

Nestes termos o *slogan* "o pessoal é político" questiona os parâmetros conceituais do político, a lógica do público e do privado e amplia a ideia do que é considerado o político, o que é da esfera pública (Varikas, 1996). As ruas e as teorias pensam sobre os espaços sociais relegados às mulheres, até então consideradas como pertencentes à esfera do lar – casa, família, educação dos filhos. As feministas exigem que esta esfera passe a ser passível de questionamento público, ao mesmo tempo em que as instâncias tradicionais do público, o mundo da rua – trabalho, ciência, política – sejam tidas como espaços, também, da mulher (Pedro, 2005).

Nesse sentido, ao afirmar que a esfera do pessoal também é política, as feministas trazem para o espaço da discussão pública as questões que até então eram tidas como específicas do privado. Ao questionar o hiato entre público e privado, as feministas desvelam

a construção social da diferença e as consequências na produção de saberes sobre a sociedade, propondo a compreensão de indivíduo e sociedade, público e privado a partir de um contínuo em que os campos se constituem em mútua cooperação (Costa, 2005). A luta pela mudança nas relações domésticas e trabalhistas, o direito ao uso do próprio corpo, a busca pela ruptura da dominação masculina nos matrimônios, são importantes questões e bandeiras do movimento (Pedro, 2005). Assim, parafraseando Costa (2005, p.11):

Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal.

Ao retirar questões do espaço privado para o âmbito do público, cria-se a necessidade de repensar condutas, práticas, conceitos, dinâmicas e sujeitos (Costa, 2005). As reinterpretções de normas sociais são marcadas por intensos debates e questionamentos que ultrapassam as preocupações sociais, políticas e econômicas alcançando a produção de conhecimento com o objetivo de produzir explicações científicas para a subordinação e a invisibilidade política que as mulheres vivenciavam. A luta por uma maior inserção das mulheres na vida buscava visibilizar desigualdades e produzir estratégias de intervenção e transformação de tais condições. Dois sujeitos são anunciados: o sujeito do público, o homem, o que pertence à esfera de decisão acerca dos caminhos da sociedade, e o sujeito do doméstico, a mulher submetida às decisões do espaço público com o dever da escuta e do silêncio.

No que se refere à produção de conhecimentos científicos, foram questionados estudos que subsidiaram a formulação de estereótipos acerca da participação das mulheres na esfera pública, que tinham como finalidade a inferiorização e o questionamento da racionalidade feminina. No decorrer do século, autoras como Michelle Perrot (1992) e Ruth Hubbard (1993) denunciaram o importante papel do pensamento positivista, que através de ciências como história, sociologia, medicina e biologia, elaborou e divulgou teorias naturalistas, que realçavam a fragilidade inata das mulheres (Tosi, 1998). Essas teorias caracterizavam as mulheres a partir de aspectos biológicas, construindo-as como não aptas para realizar esforços intelectuais e físicos fora do âmbito doméstico.

Foi através da denúncia do sujeito da ciência como masculino que vimos nascer à interpelação pública das feministas à ciência. Segundo estas teorias feministas, a universalidade, objetividade e neutralidade imposta à produção científica escondem a produção de uma ciência masculina para homens, que reafirma desigualdades entre os gêneros. O nomeado "feminismo da diferença", ao revelar a falácia da neutralidade, da

objetividade e da universalidade, refuta a neutralidade de gênero nas ciências e revela que o feminino foi sempre mantido fora da ciência, o que explicita as desigualdades de gênero na estrutura do conhecimento (Arrazola, 2002).

As feministas almejavam mudar a condição das mulheres nas distintas esferas sociais e:

(...) a partir do projeto abertamente político logo surgiu um projeto intelectual – acadêmico mesmo: a teoria feminista. A teoria feminista foi em geral entendida, pelo menos por suas primeiras autoras, como em si mesma uma forma de política – isto é, como 'política por outros meios'. (Keller, 2006, p. 15)

No contexto latino, as feministas lutam em meio a um contexto de autoritarismo e repressão da ditadura militar (Pinto, 2003). Como resultado da resistência à ditadura, as mulheres começam a se organizar num contexto muito ligado à esquerda (Sarti, 2004). O movimento lutava contra a opressão das mulheres ao mesmo tempo em que exigia a redemocratização das sociedades latinas. Mesmo não mantendo vínculo direto com a esquerda, o movimento conserva propostas ideológicas e políticas ao mesmo tempo em que lutam contra o sexismo no interior dos movimentos de esquerda. Grupos começam a surgir em toda a América, sendo o combate à violência de gênero e doméstica, os direitos reprodutivos, e a livre vivência da sexualidade, caracterizadores das novas bandeiras (Alvarez, 1998; Sarti, 2001; Costa, 2005; Matos, 2010).

Internamente à organização política e teórica, as feministas se interpelam sobre como o público e o privado se manifestam. Muitas vão pontuar que as questões que se tornam públicas são construídas a partir de opressões vivenciadas por mulheres brancas, heterossexuais, do norte e das classes mais abastadas, enquanto as questões das negras, pobres, terceiro-mundistas ocupavam o campo do privado e assim sendo estava submetida à decisão de mulheres da esfera pública.

Estas nomeações tatuaram nos feminismos o questionamento da homogeneização da mulher no interior do movimento feminista, que se reflete nas demandas sociais do grupo, na luta por direitos, na produção intelectual e no questionamento da ciência hegemônica. Há, por parte das feministas não brancas, não heterossexuais, não pertencentes à classe operária, o questionamento de que a forma de organização do movimento tem tido como resultado a caracterização deste como um movimento de mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas (Azerêdo, 1994). Nesse cenário de conflitos internos e de denúncia da reprodução de desigualdades sociais no interior do movimento, começam a ganhar força produções teóricas que marcam a localização geográfica, social, racial, entre outras, passando a nomear diferenças e igualdades entre as mulheres.

As críticas ao feminismo até então não se dão de forma individual, ao contrário, revelam elementos de um momento em que tensões e antagonismos internos ganharam força política para ocupar discussões extragrupos, deixando interrogações importantes para um projeto feminista que contemple as mulheres em sua multiplicidade (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013).

Feministas, sobretudo negras, lésbicas e latinas, denunciaram os processos de invisibilidade que sofriam no movimento e apresentaram demandas pela ampliação da plataforma de ação feminista. O tratamento secundarizado das questões destas outras feministas (Bordo, 2000) é questionado nas ações e na produção teórica onde aparecem como "sujeitos implícitos". As questões de igualdade e diferença se ampliam para além das diferenças entre homens e mulheres, alcançando a multiplicidade de mulheres inseridas na categoria mulher e como essas diferenças tem se apresentado como desigualdade no contexto social e no próprio movimento.

As feministas brancas foram bombardeadas, dentro e fora da academia, por críticas das feministas não-brancas. Essas críticas pressionavam para que a teoria feminista incorporasse em seu discurso a diferença entre as mulheres (Santos, 1995). Em outras palavras, a emergência política das mulheres negras como sujeito político exige que se reorganize a agenda feminista, os espaços das relações cotidianas, as teorias feministas e que se leve a público as divergências e hierarquias internas (Cardoso, 2012). As mulheres negras devem se posicionar de forma contrária às supostas unidade e igualdade entre as mulheres na esfera pública.

As diferenças se manifestavam nas percepções das feministas como um corpo constituído de experiências ligadas as vivências da cor, da classe, da origem da sexualidade, entre outros.

Segundo Oliveira (2010) o feminismo negro, assim como o chicano e o latino-americano são campos bastante ativos, principalmente a partir década de 80, tanto em sua produção teórica quanto no ativismo político-social, o que marca a reflexão feminista a partir de então. Estes "novos" feminismos possibilitaram trabalhar com a categoria mulher a partir de noções mais inclusivas, introduzindo distintos aspectos para pensar e para integrar a construção de um pensamento feminista. (Oliveira, 2010)

Oliveira (2006) em referência ao pensamento de Caldwell (2002) afirma que:

(...) os paradigmas de gênero utilizados pelas feministas brancas de classe média dos anos 60 e 70 foram desafiados pelas mulheres não-brancas na terceira onda do feminismo, décadas de 80 e 90. Passou-se a questionar mais as diferenças entre as mulheres do que as supostas similaridades. As feministas não-brancas criticaram o enfoque que o feminismo dava ao gênero até então, sem conectá-lo a outras formas de

dominação. Além do mais, evidenciaram como a forma de “tornar-se mulher” se define em relação às mulheres de outras raças, etnias, classes, culturas e regiões, não somente em relação aos homens. (Oliveira, 2006, p.53)

Estas outras feministas (Bordo, 2000) colocam em discussão as relações desiguais de poder entre as mulheres, o que resultou em novas vertentes de feminismos que enfatizavam o caráter plural e heterogêneo das mulheres (Oliveira, 2006). A percepção de contradições levou estas mulheres, entre muitas outras, a buscar outras estratégias políticas que colocavam em relação tanto a intensa contestação das hierarquizações internas quanto a criação de espaços exclusivos de militância política e acadêmica. Estas outras mulheres "passaram a reclamar um olhar feminista sobre suas especificidades e suas inclusões nas pautas políticas" (Oliveira, 2006, p.39). Segundo Oliveira (2006), os vínculos estabelecidos entre integrantes do movimento feminista como o movimento negro, LGBT, entre outros, resultou em reorganizações organizacionais, políticas e culturais, o que tem se mostrado uma estratégia útil e importante para a ampliação de bandeiras políticas.

Para o autor, com a expansão dos feminismos veio a proliferação de novos sujeitos cujas trajetórias político-pessoais-acadêmicas diferiam de modo considerável daqueles das primeiras feministas. Dessa maneira, vale destacar a fala de Oliveira (2006):

(...) a criação do que se tornou um slogan atual - de que existem tantos feminismos quantas forem as feministas - não surgiu num vazio, mas como resultado de lutas, rupturas e contestações das mulheres que não se sentiam contempladas pelos discursos e agendas políticas feministas e procuraram novas formas de feminismo para transformar a sua situação social, política, econômica e cultural. (p.43)

Nestes termos, a universalização da mulher foi denunciada por mulheres negras, lésbicas, latinas, indígenas como um dispositivo de poder que normatizava o corpo feminino e excluía tudo o que estava fora desta concepção. Com esta exclusão, as mulheres supracitadas se tornavam inassimiláveis e invisíveis.

Atentando-se à diversidade de mulheres, hooks (2004) afirma que historicamente, as mulheres de cor, muitas vezes, se encontraram em um duplo vínculo. Ao apoiar o movimento feminista, as mulheres negras teriam de ignorar o aspecto racial da feminilidade e se apoiou o movimento dos direitos civis de negros, as mulheres negras estariam sujeitas à mesma ordem patriarcal que perseguiu todas as mulheres (hooks, 2004).

Contribuindo para a formulação de críticas à sociedade e ao feminismo, Anzaldúa (2000) elabora reflexões em torno do questionamento a uma cultura etnocêntrica e androcêntrica. "A autora complexifica o olhar sobre as opressões às quais as mulheres são submetidas e invoca outros sistemas simbólicos e mitos em que a experiência da mulher não

seja negada" (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013, p.471). A autora pontua que regras sociais, definidas como organizadoras da sociedade, na verdade, estipulam lugares sociais inferiores para as mulheres e mantêm hierarquias sociais como destinos naturais. Assim, as hierarquias entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres resultam em desigualdades sociais que ganham status de natureza. Nesta relação, alguns possuem o poder da fala, em sua maioria, homens e mulheres brancas, em detrimento das mulheres negras, lésbicas, terceiro mundistas, entre outras (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013).

As proposições de Gloria Anzaldúa, teórica feminista lésbica e chicana, trazem à tona conflitos internos ao movimento e à hierarquização de demandas sociais, ao afirmar que "é preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis" (Anzaldúa, 2000, p. 231).

Na mesma direção, Mohanty (2003) e Spivak (2004) discorrem sobre o etnocentrismo constitutivo de uma concepção de mulher universal, concepção forjada desde o olhar das feministas ocidentais, recusando sua premissa de que as mulheres seriam um grupo transcultural singular e homogêneo, portador, *a priori*, de interesses, perspectivas e objetivos comuns, criticando, assim, as noções essencializadoras da identidade feminina.

Uma consideração importante a se fazer sobre a construção do pensamento feminista parte da premissa de que os consensos teóricos que prevaleciam entre as feministas, fornecem as bases sobre as quais se construiu seu projeto intelectual da época que não se sustentam na atualidade. O primeiro consenso dizia respeito à pretensão de definir uma única causa para a opressão feminina. Essa pretensão marcou o feminismo ainda que suas diferentes vertentes não encontrassem acordo sobre qual seria essa causa: o sistema patriarcal, o capitalismo, as psicologias do poder. O segundo surge em decorrência desse primeiro. Assim a crença de que se poderia apontar uma origem única e própria da opressão feminina levava à ideia de que esse universo, o universo feminino, seria homogêneo nos seus interesses.

Collins (1990), hooks (1995), Anzaldúa (2000), Mohanty (2003), Spivak (2004) e Curiel (2007) entre tantas outras trouxeram para o feminismo questões relevantes ao apresentar vozes dissonantes do feminismo hegemônico da segunda onda, atuando de maneira a exigir a escuta destas mulheres, de suas demandas sociais, políticas, científicas e culturais. Travaram um embate com mulheres feministas brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média a fim de fazer ecoar outras vozes no feminismo, pelo direito à fala pública.

Assim, as críticas delineadas por pensadoras feministas tinham como base distintas experiências de opressão a mulheres que explicitavam aproximações e distanciamentos entre elas. A perspectiva universalista tinha como consequência a desconsideração e a

desqualificação da pluralidade e da diversidade dessas mulheres (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013).

As feministas de cor têm atuado sob os mecanismos históricos que são responsáveis pela historicização das desigualdades de gênero, a partir do questionamento sobre os processos que estão a serviço de normatização e de eternização do patriarcado, do racismo, do machismo, da homofobia e do classismo. Nos termos dessa discussão, as teóricas feministas deste grupo tem se colocado ao lado da busca pelos fatores históricos, científicos, sociais e políticos que fizeram com que as mulheres não figurassem entre os grandes cânones da produção científica hegemônica moderna.

No âmbito científico, duras críticas são feitas a um sujeito feminino da produção científica. A denúncia de que as mulheres (negras, lésbicas, terceiro-mundistas, latinas, do oriente) continuam a ocupar o lugar subalterno na ciência e de que as teorizações científicas reiteram condutas racistas, homofóbicas, coloniais, entre outras, trás questionamentos ao modo de pensar das feministas na ciência.

Assim, mesmo com duras interpelações às teorizações que tomaram como sujeito e objeto paradigmático o homem, um homem essencial e universal, as feministas incorreram igual risco ao transformar as mulheres em uma "mulher universal". Se o feminismo trouxe para a cena a impossibilidade de um universal masculino, as teóricas negras, lésbicas, latinas etc. trouxeram a impossibilidade de uma homogeneização do sujeito do feminismo. Dessa forma, o humano é constituído da multiplicidade, não existindo nem um homem nem uma mulher "universal", "e sim homens e mulheres que as relações sociais de gênero, de classe, de raça e a cultura tornam social e politicamente desiguais" (Arrazola, 2002, p.70).

Os estudos sobre a interseccionalidade, propostos pelo movimento feminista negro, discorrem justamente sobre as hierarquias que também são internas ao movimento, e que é imprescindível que nos atentemos a estas diferenças nas análises e teorizações da realidade social. Estes se mostram como uma saída das feministas negras à invisibilidade e à secundarização. Os sujeitos passam a ser abordados em uma relação direta entre classe, de gênero, de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de origem.

Para Patrícia Collins (1990), a produção de conhecimento por mulheres negras pode contribuir para a articulação entre diferentes categorias, tais como gênero, classe e raça. Neste caminho, propõe-se que se coloque lentes interseccionais na compreensão de problemas sociais. Vale ressaltar que a busca não é por uma sobreposição de categorias sociais, mas, sim de pensar como estas categorias se relacionam na produção de sujeitos e quais suas implicações sócio-políticas.

Para esta autora raça, classe e gênero são os principais eixos de opressão que afeta profundamente as experiências das mulheres negras na sociedade e afirma que as matrizes de dominação são estruturadas a partir destas categorias. Essas categorias se materializam em sistemas de opressão que compartilham uma concepção ideológica apoiada nas noções de superioridade em detrimento da inferiorização e da dominação de outros. Estar atento a como os sistemas de dominação se organizam contribui para a complexificação do olhar, além de possibilitar uma produção científica comprometida com a transformação da realidade.

É imprescindível pontuar que, por muitos momentos, a luta das mulheres por reconhecimento na ciência tem sido nomeada como vitimização por parte dessas mulheres que não se esforçaram o suficiente para se adequarem ao modelo científico hegemônico. Este argumento acaba por apagar a responsabilidade dos sujeitos que produzem o conhecimento. Assim, a identidade de vítima alocada às mulheres é perigosa porque restringe e insiste em uma condição subalterna das mulheres. Para hooks (1995), a retórica da vítima pode ser um instrumento "perigosamente desempoderador" que exime o que subalterniza de qualquer responsabilização. Operado pela retórica da vítima, um sistema de cumplicidade entre subalternos e "subalternizadores" se coadunam em uma estrutura de dominação na qual a possibilidade de agência não existe. Neste sentido, nomear alguém como vítima é negar agência (hooks, 1995).

Na contemporaneidade, uma característica que tem estado cada vez mais presente nos movimentos sociais é a constante autocrítica e reflexão interna, os lugares de privilégio, hierarquias e opressões vividas internamente são alvo de contestação especialmente no que se refere à diversidade de sujeitos que os integra e como as categorias de gênero, raça, classe, geração e orientação sexual se articulam na construção da diferença. Neste movimento de visibilizar problemas internos e externos ao movimento de mulheres "fora do centro" – negras, lésbicas, latinas, terceiro-mundistas, entre outras resulta na reflexão acerca da sociedade e o movimento feminista.

Estas abordagens feministas se distanciam de concepções que cristalizam a imagem de uma mulher dominada ou culpada por sua condição social de subordinação. O que fica exposto neste percurso é a necessidade de pensar o feminismo como uma política de localização. Ou seja, "a teoria feminista deixa de querer habitar apenas nesse espaço da «mulher» e passa a querer entender as imbricações das várias multitudes contidas nessas mulheres" (Oliveira, 2010, p.15).

Dessa maneira, contar a história da sociedade a partir do lugar das mulheres não coloca as mulheres em um lugar de vítimas de um sistema desigual, mas, de possíveis agentes de transformação da mesma sociedade que tem se articulado para a criação de posições

subalternas. Assim, ao contrário da ideia de vitimização, o Movimento Feminista explicita desigualdades, desnaturaliza relações e emerge como uma forma de interpelação das relações do poder estrutural com fins à superação de uma situação de opressão. Ou seja, deslocando de uma relação de hierarquia subalternizada dentro do contexto social para uma relação de opressão que deve ser superada com novas demandas sociais advindas do grupo oprimido.

O feminismo, assim revisitado, tem assumido variadas tendências e vem problematizando a estrutura social e a si mesmo, ao longo dos tempos, em permanente (des)construção. Não há dúvidas de que mudanças significativas aconteceram do século XIX até os dias atuais. Sem o anseio de nomear uma como mais significativa que outra, afirmo que as mudanças no processo reflexivo se fizeram sentir tanto no âmbito social quanto teórico. A passagem dos estudos sobre a mulher para a problemática das relações de gênero muito contribuiu para a percepção de um sistema de opressão de gênero. Como aponta Costa e Sardenberg (2002), essa transformação teórica tem estabelecido novas fronteiras, permitido novos espaços discursivos e uma profunda reflexão sobre a "mulher".

É inegável que o movimento feminista caminhou bastante, principalmente no sentido das reflexões teóricas rumo ao desenvolvimento de um campo de estudos amplo e útil, que visa produzir saberes que contemplem as lutas das mulheres por um outro mundo possível (Costa & Sardenberg, 2002). Nas palavras de Keller (2006), "a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver mesmo as coisas comuns; abriu novos espaços cognitivos" (p.30).

A busca por tecer os fios que compõe a história do movimento feminista, abarcando a pluralidade de mulheres, perspectivas e teorias, mostrou-se bem desafiadora, e exigiu um deslocamento dos centros para as periferias do movimento.

Os feminismos, ao denunciar que a história, que havia angariado status de verdade, era uma história dos homens e reivindicavam uma história contada a partir do lugar das mulheres. Há ao mesmo tempo a reivindicação de um lugar na história, a contestação de que as mulheres fazem parte desta história, dita universal e, ainda, a interpelação da ideia de que as mulheres não desejaram fazer parte da história. Elas foram subalternizadas na construção da história, dito de outro modo, as mulheres foram, nas relações com os outros sujeitos sociais, se constituindo como o "outro", o não legitimado a falar. Esta ideia resulta de um certo conjunto de discursos que desconstruem a narrativa da "história universal" tal como foi escrita pelos homens brancos, e tenta substituí-la por narrativas escritas sob o ponto de vista das mulheres no plural. Nestes termos, a ausência das mulheres na história é reinterpretada como a não presença de mulheres em momentos que mereciam ser lembrados, sendo elas as responsáveis por não participarem da história.

O que queremos dizer é que a história das mulheres é um exercício da luta por autonomia, um caminhar no sentido de produzir uma ideia de cidadania que questione e coloque em xeque os limites sociais vigentes. Neste sentido, a história do feminismo é a história de como as mulheres foram e são produzidas, a partir de relações sociais baseadas em lógicas de poder, são entendidas como uma condição social inerente à mulher, busca desvelar e desnaturalizar o lugar social que a mulher ocupa.

O maior desafio deste capítulo foi contar a história, questionar a ciência, reivindicar reconhecimento e espaço na esfera pública, a partir das lentes destes outros sujeitos sem que estes sejam vistos a partir do manto da vitimização e, sim, atrair a atenção no âmbito público a respeito da necessidade de terminar com o sexismo, exploração e opressão sexistas (hooks, 1995) a partir de um campo de disputas políticas.

Os diferentes caminhos traçados pelas feministas dificultam a elaboração de uma única perspectiva sobre uma teoria feminista (Gergen, 1993). Isso porque não há um feminismo no singular, existem várias linhas, assim como várias mulheres. Mas, apesar das diferenças internas ao feminismo, suas teorias têm atuado de maneira a recontar a história da sociedade. Vale lembrar que essa diversidade e multiplicidade não questiona o potencial de organização do feminismo, seu impacto político e muito menos sua capacidade de estabelecer antagonismo social, ao contrário, amplifica o seu raio de ação e faz com que pensemos em feminismos.

Contar a história da sociedade a partir do lugar social das mulheres, não as coloca em um lugar de vítimas de um sistema desigual, mas de possíveis agentes de transformação da mesma sociedade que tem se articulado no combate à perpetuação dessas mulheres em posições subalternas. Neste sentido, a história dos feminismoS é a história de como as mulheres foram e são produzidas, a partir de relações sociais, baseadas em lógicas de poder. Assim, compartilhar a história de como estas passaram a ocupar em um suposto caráter de destino posições subalternas, assim como "identificar a experiência que existe por detrás da produção de saber, da construção de verdades e da prescrição de projetos de sociedade é também do que tratam os feminismos" (Diniz, 2013, p.28).

Os feminismos contribuíram para a transformação de normas, valores e práticas sociais naturalizadas a partir do questionamento de signos, símbolos e significados internalizados sobre as mulheres (Oliveira, 2006).

2.3 As mulheres na história da Ciência

A história da participação das mulheres na ciência, assim como das teorias feministas não é uma linha linear com marcos teóricos bem definidos e irrefutáveis. A busca por uma historiografia explicitou aproximações e distanciamentos entre as proposições, o que me faz, novamente, pontuar que o conhecimento produzido nunca é uma verdade absoluta, ele aponta um dos lados deste contar e recontar. Assim, pontuo que na procura por uma outra história, algumas escolhas foram feitas com o objetivo de introduzir o assunto. Atentei-me, em grande medida, às produções de sentido criadas por teóricos e teóricas sobre o corpo feminino e sua relação com a capacidade investigativa necessária para a participação de um campo científico, além do processo de inserção das mulheres na ciência desde seus primórdios, apresentando as dificuldades vivenciadas pelas mulheres cientistas, e os mecanismos de poder e saber que fizeram parte da produção da ciência como um espaço masculino. Minha investigação visou menos às biografias e mais ao resgate da trajetória das pioneiras da ciência. Nesta perspectiva, ao buscar biografias específicas, buscava os efeitos da participação das mulheres no campo da ciência.

Não há um consenso entre as autoras e autores sobre o controverso tema "Mulheres e Ciência". Se de um lado, há um corrente (Tosi, 1998; Leta, 2003; Costa, 2006) que afirma a ausência de mulheres na ciência, de outro existe um conjunto de acadêmicos (Lopes, Sousa & Sombrio, 2004; Luca, 1999; Silva, 2012; Sedeño, 2003; García & Sedeño, 2006) que relatam a presença de mulheres na ciência e se debruçam sobre os mecanismos de invisibilização destas na historiografia. Mas, é certo que todas afirmam que a ciência é um campo de poder e que as mulheres têm estado em desvantagem.

Mais do que escolher um dos lados ou estabelecer divisões *a priori*, me proponho a estar na zona fronteira (Anzaldúa, 2000) desses estudos, percorrer pontos de aproximação e distanciamento entre uma reflexão e outra em um caminho que possa subsidiar a busca por entendimento sobre a participação das mulheres nas Ciências. A discussão acerca da ausência das mulheres ou a invisibilidade destas na ciência foi, segundo Menezes (2013), discutida durante grande parte da segunda metade do século XX. O percurso analítico mostrou que um combinado entre ausência e invisibilidade tem atuado como dispositivo de poder que reitera a ciência como um campo masculino.

Para Lopes, Sousa e Sombrio (2004) a história como um campo de estudos também é uma construção de verdades e a invisibilidade das mulheres nas ciências, é uma construção historiográfica. Nesta direção, afirmam que tanto no cenário internacional quanto no caso brasileiro, muitos estudos sobre a historiografia das ciências têm contribuído para a

manutenção do falso mito de que a ciência é um espaço quase que inteiramente masculino. A partir desta afirmativa questionam o mito da invisibilidade das mulheres nas ciências e afirmam que elas sempre estiveram neste campo de atuação, sendo que o que estava em voga nesta proposição era o não reconhecimento da participação das mesmas. No mesmo caminho, Silva (2012), em referência à Eulalia Pérez Sedeño (2003) e Marta García e Eulalia Pérez Sedeño (2006), afirma que a invisibilidade da mulher na história da ciência é consequência de uma distorção histórica presente no fato de que estas não aparecem como protagonistas na história da produção de conhecimento científico.

Outros estudos de caráter biográfico sobre a vida e a obra das pioneiras nas ciências têm seguido o mesmo caminho ao apresentar os perfis monográficos das cientistas, contestando a ausência de mulheres acadêmicas (Melo, 2013; Varella, 2013; Minela, 2013) e o resgates das mulheres ganhadoras de Nobel em um movimento de reapropriação e reinterpretação da história das ciências no combate ao mito da invisibilidade feminina na ciência (Lopes, Sousa & Sombrio, 2004; Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2004). Assim, para estas autoras, a produção de indicadores de produtividade, o exame das trajetórias de vida, entre outros, têm muito a contribuir para a discussão deste mito.

Na direção oposta, diversos estudos têm procurado explicações para a baixa participação das mulheres em determinados setores científicos (Tosi, 1998; Leta 2003, entre outras). Estas autoras buscam, também, a partir da investigação histórica, apresentar argumentos que dizem da ausência das mulheres no campo científico. Segundo Silva (2012), Costa (2006), entre outras, a ciência sempre foi vista como um campo masculino com pouca participação das mulheres, que ficavam restritas à esfera doméstica.

Leta (2003) pontua que os séculos XV, XVI e XVII foram significativos para a elaboração da ciência no molde atual e contaram com pouca participação de mulheres, quando estavam presentes, eram aristocratas que exerciam a função de interlocutoras e tutoras de filósofos naturais experimentalistas.

A revolução científica trouxe consigo a convicção de que o universo estava sujeito a leis naturais, o que resultou na descrença da eficácia de fórmulas de inspiração mágica e na desvalorização do conhecimento popular, alocado no campo do misticismo e da bruxaria. Principalmente as mulheres das classes populares foram consideradas bruxas e submetidas a penalidades por isso (Tosi, 1998).

A mudança drástica ocorrida a partir do fim do século XV comportava a demonização da mulher, principalmente da mulher sábia. Aqueles conhecimentos empíricos, que as mulheres dominavam e praticavam desde épocas ancestrais, foram considerados suspeitos. Afirmava-se que dada sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência,

sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era a vítima privilegiada de Satã. (Tosi, 1998, p.375)

Esta definição do conhecimento científico marcou o retorno da caça às bruxas, sendo que uma das características mais marcantes deste processo foi à criminalização das mulheres (Tosi, 1998). Incorporada nos estudos acerca da relação entre mulheres e ciência, Tosi (1998) apresenta um caráter eminentemente político e aborda a repressão de saberes, tradicionalmente, atribuídos ao campo empírico e praticado por mulheres velhas que dominavam um saber ancestral (Tosi, 1998).

A forte repressão aos saberes populares das mulheres no século XV teve repercussões na arena acadêmica com a reivindicação das mulheres do direito à educação. Segundo Tosi (1998), a polêmica iniciada por Christine de Pizan na França¹⁴, neste século, durou mais quatro séculos e ficou conhecida como a *Querelle des Femmes*¹⁵. E resultou em uma série de estudos que visavam, de um lado, mostrar a supremacia ou equivalência feminina na aquisição de conhecimento e, de outro, os que insistem em afirmar que a fisiologia feminina, supostamente, condicionaria as mulheres ao desempenho de atividades ligadas ao espaço doméstico e familiar, além de evidenciar uma inabilidade para conhecimentos específicos, tais como física, matemática e biologia (Tosi, 1998).

No século seguinte, como pontua Tosi (1998), no período da Revolução Francesa, os planos de educação mantinham o confinamento das mulheres ao saber doméstico, a leitura, a escrita básica alguma noção de cálculo para o bom andamento da vida familiar e a leitura da bíblia. No que se refere às mulheres das classes mais altas era dado o direito da prática de "artes recreativas, música, canto, dança, etc. excluídas de toda função política, as mulheres só podiam pretender adquirir uma educação de nível primário" (Tosi, 1998, p.380).

A chegada do Iluminismo e o avanço técnico-científico evidenciou o grande poder da educação, da ciência e da cultura para a construção de uma outra imagem acerca da mulher. A mulher passou de bruxa a uma das únicas responsáveis pela criação dos filhos, o aspecto maternal foi associado à natureza biológica das mulheres. Filósofos como John Locke e Rousseau afirmavam esta perspectiva e pontuavam que a educação das mulheres precisava estar voltada para a maternidade. Mulheres como Catherine Macaulay e Mary Wollstonecraft continuavam a defender a igualdade no ensino para homens e mulheres (Tosi, 1998).

¹⁴ Em 1405, na França, Christine de Pizan publicava a obra *La Cité des Dames* onde discute a questão da educação das mulheres, colocando a temática no cerne do debate da época. Em seus escritos a autora põe-se contra a noção da fraqueza física, intelectual e moral da mulher. Acrescentando que a disparidade de conhecimento entre homens e mulheres não tem a ver com a natureza, mas sim com cultura, ao afirmar que se as meninas tivessem acesso ao mesmo tipo de educação que os meninos, aprenderiam e compreenderiam da mesma maneira que eles. Argumenta ainda que o corpo mais delicado e frágil da mulher demonstraria inteligência mais viva e mais penetrante que a dos homens (Tosi, 1998).

¹⁵ Querela das Mulheres

Para Leta (2003) o século marca alguns avanços na participação de mulheres em atividades científicas, mas elas ainda estavam longe dos grandes centros investigativos e da profissionalização que acompanhava cada vez mais a ciência. Uma mudança considerável acontece, em meados do século XX com a luta das mulheres por espaço público, pela publicização do privado e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dentre as reivindicações estava o acesso à educação científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens (Leta, 2003).

Já para Tosi (1998), as mulheres deste século participaram de múltiplas atividades científicas e/ou técnicas e tiveram seus conhecimentos amplamente aproveitados. "No entanto, salvo contadas exceções, só puderam penetrar na fortaleza do saber pela porta dos fundos" (p.380). Estas mulheres, majoritariamente, pertencentes às classes mais abastadas, tiveram suas descobertas apropriadas por homens e foram relegadas à condição subalterna de assistentes ou colaboradoras. No mesmo caminho, Lopes, Sousa e Sombrio (2004), o século XVII foi motivo de inusitado entusiasmo de homens e mulheres pela ciência em ascensão e pelo método experimental presente. O número de cursos teórico-práticos se elevou e as mulheres participaram ativamente deste processo. Entretanto, as autoras não deixam de dizer que estas mulheres foram relegadas a posições inferiores e suas produções permaneceram, muitas vezes, fora do *locus* científico.

É possível notar sobre a intensidade da participação da mulher na ciência na revolução científica no século XVII que há divergências: algumas autoras vão pontuar uma baixa participação feminina como Leta, 2003, outras, como Tosi (1998) e Lopes, Sousa e Sombrio (2004), afirmam que se multiplicaram os cursos teórico-práticos sobre as novas ciências, principalmente, sobre o seu caráter experimental, e a participação ativa de mulheres nesse movimento. Uma postura geral é quanto à secundarização da contribuição destas na ciência em emergência. As mulheres ou são apresentadas como auxiliares na produção de conhecimento (Leta, 2003) ou permanecem ignoradas e obliteradas neste campo (Tosi, 1998).

O século XIX é marcado pela profissionalização da ciência. A instauração de um código, constando normas de conduta e escala de valores e hierarquias. Com estas mudanças, as mulheres experimentaram novas dificuldades para se inserirem nessa instituição de caráter masculino, elitista e estratificada. Elas tiveram que desenvolver novas estratégias de enfrentamento, uma delas foi à participação silenciosa nas pesquisas através de familiares e companheiros (Tosi, 1998).

No século posterior, a primeira obra que apresenta com riqueza de detalhes a participação e realização de mulheres na ciência foi publicada no ano de 1913 e intitulada *Women in Science*, escrita por H. J. Mozans, um padre (Leta, 2003). De lá pra cá há um

interesse crescente na temática. Leta (2003), ao se referir aos estudos sobre as mulheres na ciência, no contexto da literatura brasileira, pontua que "ela ainda é incipiente e, em geral, de difícil acesso e muito dispersa" (p. 272). No mesmo caminho, Lopes (1998) afirma que os estudos históricos sobre mulheres e as ciências naturais ainda são incipientes no Brasil e com poucos dados sistemáticos.

Tal afirmativa tem caminhado por duas hipóteses, a primeira diz do pouco interesse de pesquisadores e pesquisadoras brasileiras sobre a participação da mulher na produção de conhecimento e, a segunda, diz da ausência destes estudos nas grandes ferramentas de dados (Leta, 2003), o que torna as informações menos circulantes no meio acadêmico e aponta para o menor prestígio acadêmico do tema.

Em uma retomada histórica sobre a inserção da mulher nas escolas de ensino superior, as autoras Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi, (2007) sublinham que:

(...) no momento em que a ciência moderna se institucionaliza e se legitima, a mulher é dela excluída, repetindo uma dupla norma: a mulher é admitida na atividade científica praticamente como igual até que esta atividade se institucionalize ou se profissionalize; e o papel de uma mulher em determinada atividade científica é inversamente proporcional ao prestígio dessa atividade. Conforme o prestígio da atividade aumenta, diminui o papel da mulher. (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007, p.172)

As mulheres só começam a ser amplamente aceitas nas instituições de ensino superior a partir do final do século XIX (Schienbinger, 2001). Dessa forma, a inserção em grande número de mulheres em instituições de ensino superior se deu há cerca de um século, o que pode indicar um motivo pelo qual somos poucas na história da ciência pregressa a este momento. Mesmo assim, o número de mulheres que ingressavam nestas instituições era bem inferior ao número de mulheres que estavam se dedicando à vida doméstica, sendo que, ainda assim, as que estavam nas universidades tinham dificuldade de se inserir em núcleos de pesquisa (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007).

No contexto brasileiro, as primeiras escolas de ensino se erguiam na segunda metade do século XVI, sendo de responsabilidade dos jesuítas, elas eram voltadas, em sua maioria, para a formação cultural de homens brancos. As mulheres ficaram fora do sistema escolar estabelecido no princípio da colônia, em alguns casos frequentavam a catequese (Stamatto, 2002). No século seguinte, o acesso à educação foi restrito ou nulo às mulheres, havendo poucos casos de educação domiciliar e alguns de vida religiosa em conventos (Stamatto, 2002).

Segundo Lopes (1998), no Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao ensino superior a partir de 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, que garantia no o artigo 24 do regulamento do Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, garante a liberdade e o direito da mulher frequentar as faculdades e obter um título acadêmico. Neste século, como aponta Stamatto (2002) há um aumento gradual do número de alunas na rede escolar pública, sendo uma menina para cada três meninos ao final do referido século. São criadas as turmas mistas de discentes e as professoras mulheres ingressam como docentes nas escolas no final do Império. O que culminou como a regulamentação da carreira do magistério, sendo esta se tornou uma profissão majoritariamente feminina.

Ainda sobre a inserção em maior escala das mulheres no ensino universitário Velho e León (1998) revelam, a partir do estudo da UNESCO (Harding & Mcgregor, 1996), que acontece de forma mais expressiva na década de 1970. Neste período, há um crescimento significativo da participação destas na educação superior nos países da América Latina, Ásia e Europa Ocidental. As autoras apontam também que a mudança neste quadro não garantiu às mulheres igualdade de participação na sala de aula, já que elas ainda são menos de 34% do público que alcança o sistema universitário público, em 2003 (Velho & León, 1998).

Ao investigar a relação entre ciência, tecnologia e sociedade, e os movimentos feministas, Estébanez (2003) trás um elemento novo para a interpretação deste momento. A autora afirma que a incidência política do Movimento Feminista nos anos 60 e 70 do século passado se dá ao mesmo tempo em que feministas invadem os espaços científicos, resultando em um aumento considerável de estudos que associam as mulheres aos processos de produção científica na sociedade e na incorporação do enfoque de "gênero" na ciência contemporânea.

Mesmo após o desenvolvimento do percurso histórico da inserção das mulheres nas universidades, núcleos de estudos e na docência, uma pergunta persiste: por que as mulheres não puderam estar na ciência por tantos anos? Diversas respostas me parecem possíveis.

Quando se busca caracterizar a Ciência, há algo que aparece muito naturalmente e que não necessita de muitos esforços para ser evidenciado: o quanto a Ciência é masculina. Talvez o que seja muito mais complexo é explicar – ou pelo menos aceitar – o porquê dessa situação. (Chassot, 2004, p.11-12)

Para Tosi (1998), a construção de um imaginário em que a mulher era portadora de uma fraqueza física e moral, proferia a ideia de que a inteligência feminina era limitada, e, assim, a mulher apresentava uma carência de raciocínio. Outro fator que contribuía para o distanciamento da produção de verdades científicas era sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, por esse motivo era uma vítima privilegiada de Satã, o que, mais uma vez, a afasta da natureza pura e neutra da ciência (Tosi, 1998).

Em busca de uma resposta à antiga pergunta sobre a inteligência das mulheres: seria a inteligência um atributo masculino? Borges (2005) passeia por distintas interpretações filosóficas acerca da beleza, da inteligência e das diferenças entre os sexos, desde a idade antiga, apontando que para Kant a beleza e a inteligência são atributos que dificilmente se articulam num mesmo corpo. A beleza era compreendida como um atributo feminino e a inteligência como um atributo eminentemente masculino, sendo que as mulheres inteligentes perderiam o que mais agradaria aos homens: "beleza e leveza". Para Kant, o relacionamento amoroso está baseado em uma desigualdade porque para ele é impossível amar um superior. Sendo assim, as mulheres precisavam ser inferiores para que houvesse uma "família". Vê-se aqui uma divisão entre público e privado, o pessoal e o político (Borges, 2005).

Retomando pensamentos oriundos da Grécia Antiga, Borges (2005) afirma que a beleza nem sempre foi atributo nomeadamente feminino nem a inteligência masculina. Afirma que a resposta à possibilidade de mulheres serem inteligentes e de os homens serem bonitos foi a propositiva de que "as mulheres usam a ciência para o mal, por isso dela devem ser desprovidas. A deserotização da inteligência feminina talvez não tenha razões biológicas, mas culturais. A mulher é o outro" (p. 674).

Moreira, Gravonski, Carvalho e Kovalski (2010) afirmam que a representação das mulheres como intelectualmente incapazes de entenderem as ciências mais abstratas, como a matemática, a física, a filosofia se fez presente em distintos períodos da história e foi usada como uma maneira de deixá-las fora do campo de poder da ciência. Esse distanciamento retirava das mulheres a fala científica e as colocava em desvantagem na construção de verdades sobre a sociedade e sobre as dinâmicas sociais. A mulher era interpretada como submissa ao homem.

As autoras pontuam que embora esse imaginário esteja mudando e as mulheres estejam presentes em distintas áreas de atuação, a herança de determinadas representações e discursos se mantêm no discurso dos filósofos iluministas, na Revolução Francesa, dentre outros. Ao analisar os discursos do século das luzes, constata-se que as mulheres eram a metade dos homens e por isso deveriam viver em função desta outra metade.

Ainda em busca de respostas, Chassot (2004), na investigação sobre os porquês da masculinização da ciência, mesmo correndo o risco de simplificar o problema, propõe que a predominância masculina tem uma procedência na religião. Para ela a "inculcação continuada de uma Ciência masculina se tenha fortalecido a partir de nossa tríplice ancestralidade: greco-judaica-cristã" (Chassot, 2004, p.16). Essa ancestralidade foi decisiva para a construção do gênero feminino como o subalterno, como o outro, não portador de capacidade interpretativa do mundo. As raízes gregas oriundas, principalmente, da mitologia, compartilham a ideia de

que a chegada das mulheres ao mundo veio acompanhada da perda da felicidade total. A situação da subalternidade da mulher ficava visível nas escolas da época e no não reconhecimento da mulher como cidadã pertencente a *polis*. Na narrativa judaica, a mulher foi feita a partir de uma costela do homem. Na cristã, há a radicalização dessa ideia com Santo Agostinho, Santo Isidoro e Santo Tomás de Aquino, entre outros. Acrescentando-se ainda que na perspectiva judaico-cristã, Deus é um homem, enquanto em outras perspectivas uma deusa, um ser hermafrodita ou um casal. Sendo assim, as mulheres eram parte dos homens e, por isso, tinham parte da capacidade deles.

É certo que o número de mulheres que se dedicam a uma carreira científica, em termos globais, ainda é inferior se comparado ao número de homens, mesmo com um aumento considerável desta participação nas últimas décadas, nas mais diferentes áreas da ciência. Mas, para Chassot (2004), ainda há pouca valorização às contribuições femininas aos distintos campos da ciência, na escola e em outros espaços sociais.

Com o intuito de complexificar o olhar sobre o percurso histórico da presença das mulheres na ciência, fiz uma passagem pelo vasto campo de estudos bibliográficos de mulheres em ciência (Sohiet, 1996, 2002; Besse, 1999; Luca, 1999; Schun, 1999, 2004; Kofes, 2001; Schiebinger, 2001; Lopes, Sousa & Sombrio, 2004; Melo & Rodrigues, 2006; Silva, 2012). Em sua maioria, estes estudos têm realizado um resgate histórico de mulheres pioneiras na ciência moderna desde o início do século XVII. Para tanto, tem utilizado de métodos tais como entrevistas, análise de documentos históricos entre outros para compreender como as mulheres tem se inserido na ciência. Caminho nesta mesma direção no que se refere ao conteúdo, mas de uma forma um pouco diferente. Busco, a partir das produções das autoras Glória Anzaldúa (2000) e bell hooks (1995), compreender como a experiência destas contribuem para produzir um conhecimento, como elas constroem e partilham a ciência. Nesta proposta, mais do que analisar os aspectos da participação das duas intelectuais nas práticas científicas, seus indicadores de produtividade, procurei investigar os aspectos contextuais e conteudísticos de suas participações em suas áreas disciplinares.

Não me debruçar sobre tais biografias foi uma escolha metodológica. Mas, de qualquer forma, vale a pena trazer alguns nomes importantes para a construção de um pensamento acadêmico no contexto brasileiro. Para isso, utilizo informações oriundas do programa Mulher e Ciência, desenvolvido pelo CNPq (Brasil, 2013), que lançou duas¹⁶ séries de verbetes intitulados Pioneiras da Ciência no Brasil. As publicações buscaram escrever e

¹⁶ O terceiro volume da série foi lançado recentemente mas ainda não está disponível para o acesso de pesquisadores e pesquisadoras.

visibilizar a história das cientistas brasileiras, reconhecendo a participação feminina no avanço do conhecimento no contexto brasileiro.

A iniciativa atribui visibilidade às mulheres e às suas contribuições para determinada área de conhecimento, mas ainda contribui pouco para a compreensão da história da ciência e da tecnologia no Brasil. Em outras palavras, a história das mulheres na ciência parece manter-se desassociada da história da ciência. Os primeiros verbetes contaram com as contribuições das autoras Hildete Pereira de Melo e Ligia Rodrigues (2006), os seguintes foram o resultado das sugestões de nomes ausentes naquela primeira divulgação, da consulta às informações do Setor de Documentação do CNPq e dos arquivos de associações científicas. Os verbetes seguem em ordem cronológica cuja atuação das pesquisadoras se concentra nas décadas de 50 e 60.

Entre as 37 mulheres dos verbetes encontram-se a bióloga Bertha Lutz (1894-1976) e a socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010), pensadoras e ativistas feministas que problematizaram a participação da mulher neste campo e em outras esferas sociais. Além da socióloga e psicóloga Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), única negra deste grupo. Virgínia foi a primeira intelectual negra a ocupar lugar de destaque na divulgação e construção da psicanálise no Brasil e produziu a primeira dissertação sobre a temática racial defendida em território brasileiro, intitulada *Atitudes Raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, tornando-se uma referência nos estudos raciais.

Já no contexto mundial, a polonesa Marie Curie (1867-1934) ganham o máximo reconhecimento no meio acadêmico após receberem os Prêmios Nobel de Ciência e o Nobel de Física em 1903 e os Prêmios Nobel de Química em 1911, por suas contribuições no campo da física e da química e, ainda, na descoberta do polônio e do rádio Silva (2012). O Prêmio Nobel pode ser visto como um importante indicador na constatação da ausência de mulheres na ciência. Tendo início no ano de 1901, tem um significativo prestígio científico, social e econômico. Entre os 500 nomes premiados nas áreas das ciências menos de 15 são mulheres, sendo duas na Física, três na Química e sete em Medicina ou Fisiologia, além destas há outras 20 premiadas no campo da Literatura e uma no da Paz (Chassot, 2003).

É imprescindível ressaltar que inicialmente as mulheres trabalhavam em caráter informal nas pesquisas. A maior parte delas apresentava algum parentesco, normalmente, com pais ou maridos cientistas renomados. Segundo Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi (2007), o vínculo familiar auxiliava a inserção na comunidade científica, o que parece ser uma condição de possibilidade para a emergência destas mulheres como pioneiras no campo da ciência e da tecnologia (Hayashi, Cabrero & Costa, Hayashi, 2007).

No entanto,

Nem todas foram necessariamente esposas devotadas que auxiliaram seus maridos, os quais várias vezes lhes roubaram os créditos dos trabalhos científicos; ou filhas queridas de pais famosos que lhes abriram portas nas instituições. Várias podem ter transcendido sua sexualidade exatamente por sua completa identificação com as marcas masculinas da ciência, contraditórias com suas manifestações de gênero femininas; várias podem ter sido amantes de seus professores ou colegas de trabalho, e, muitas, vezes são lembradas exatamente por isso, tendo que pagar, ainda, altos preços por suas ligações perigosas. Mas todas foram e têm sido mulheres que, explicitamente ou não, assumidamente ou não, em suas trajetórias pessoais, coletivas, cognitivas, têm ousado de alguma forma se aventurarem a abrir novos caminhos nas ciências. (Lopes, 1998, p.367-368)

Se no momento anterior a influência familiar parecia predominar na escolha das mulheres pela carreira acadêmica, principalmente se trabalhassem junto com familiares ou companheiros, no contexto presente, outros fatores ficam evidentes, tais como o pertencimento socioeconômico, a divisão do trabalho por sexo e a família em menor grau (Viega, 2006).

Sob o efeito dessas múltiplas explicações oriundas das ciências, da religião, do contexto social e das inúmeras biografias de mulheres que estiveram em constante negociação com o seu tempo, outro questionamento emerge: se as mulheres estão cada vez mais presentes nas universidades e em instituições de ensino superior e pesquisa científica, onde elas estão e como medir a presença delas?

O caminho escolhido, assim como por outras autoras (Lopes, 1998; Estébanez, 2003; Cabral, 2006; Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007; Silva, 2012), foi a apresentação de dados estatísticos sobre a presença das mulheres na ciência moderna. Esta não foi uma tarefa simples, já que, como afirma Lopes (1998), há uma dispersão em relação à sistematização da produção científica e há, ainda, muita coisa a ser feita nessa área. No caso da região latino-americana, Estébanez (2003) ressalta que há uma dificuldade de acesso a fontes estatísticas acerca da situação da mulher na ciência, segundo ela, há pouca tradição na produção de informações sobre o corpo docente por sexo, o que também é verdade para o contexto brasileiro, que apresenta dados estatísticos nacionais de maneira bastante limitada e desagregada (Estébanez, 2003).

Em outra direção, Cabral (2006) afirma que os estudos feministas da ciência e da tecnologia no Brasil têm crescido sistematicamente. Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi, (2007) argumentam que é necessário desenvolvimento de indicadores por instâncias governamentais e investigações científicas sobre o tema para a verificação da participação das mulheres na atividade científica.

Estébanez (2003) afirma que, de maneira geral, no contexto latino-americano há uma evolução na participação da mulher entre o período de 1990 e 2001. Em 2001, a participação de homens e mulheres pesquisadores registra uma base de 20% de mulheres e 80% de homens. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai apresentam um quadro de equilíbrio em relação ao gênero em todos os outros países, a presença masculina ainda é majoritária. Assim, nenhum país da América-Latina alcança uma participação superior a de 50% de mulheres cientistas.

No Brasil, o Estudo exploratório sobre o professor brasileiro, com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007, com o intuito de apresentar dados sobre os professores das escolas brasileiras, realizado pelo Inep/MEC (2009), contou com informações de 1.882.961 (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e um) docentes, revelando que nas séries iniciais e nos primeiros anos de alfabetização há uma predominância de mulheres no quadro de docência, mas que esta situação se inverte no ensino superior. Os dados apontam que nas creches (98%), na pré-escola (96%) e nos anos iniciais do ensino fundamental (91%) há predominância das mulheres é de acima de 90%. Entretanto, conforme passagem dos anos da etapa do ensino regular, há um aumento na participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, chegando a 25,6% nos anos finais e a 35,6% no ensino médio. Na educação profissional ou no ensino superior a situação se inverte, há uma predominância de professores do sexo masculino (Inep/MEC, 2009).

Um dos principais indicadores existentes na atualidade sobre o ensino superior é o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, administrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que tem apresentado informações sobre a participação das mulheres na atividade científica no Brasil. Este indicador, por sua vez, não se atenta à diversidade de mulheres presentes na ciência brasileira, já que não há como entrecruzar dados referentes à cor, etnia, origem, classe ou mesmo orientação sexual. O Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq revela que em 1995 a participação de mulheres cientistas alcançou 39% e, em 2004, passou para 47% em território nacional (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007). Em 2010, o plano tabular do CNPq afirma que o número de cientistas do gênero feminino é praticamente o mesmo do gênero masculino, segundo dados do censo daquele ano. Dos 128,6 mil pesquisadores, entre discentes e docentes, cadastrados na base de dados do CNPq, a metade são mulheres. Realidade distinta do ano de 1995, quando para cada 100 pesquisadores apenas 39 eram do sexo feminino.

No que se refere ao campo de concentração, as mulheres são maioria nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, enquanto nas Ciências Exatas a predominância é masculina.

Nota-se um maior equilíbrio nas áreas de saúde e agrárias. Há uma predominância feminina na Fonoaudiologia (89%), Enfermagem (87%), Serviço Social (81%), Nutrição (81%), Educação (67%), o que evidencia a relação entre o imaginário social da mulher como cuidadora e a profissionalização. Já a predominância masculina nas áreas de Engenharia Mecânica (86%), Engenharia Elétrica (87%), Engenharia Naval e Oceânica (87%), Engenharia Aeroespacial (78%), Física (80%) apontam para a maciça participação dos homens no setor de ciência e tecnologia. Setor este que vive um momento de alto investimento estrangeiro e estatal. Apesar disso, os dados indicam o aumento da presença feminina na realização de pesquisas ao longo dos anos (CNPq, 2013b). Nesta mesma direção, estudiosas do campo da ciência e tecnologia enfatizam que a participação da mulher na ciência também é marcada por uma territorialidade. Estas estão, em grande maioria, no campo das humanidades e letras (Viega, 2006; Hayashi, Cabrero & Costa, 2007; Menezes, 2013).

Viega (2006), ao investigar onde as mulheres em sua maioria têm se inserido, aponta que as mulheres que ultrapassam as barreiras da masculinização da ciência e das paredes da casa optam pelos chamados "trabalhos femininos", ficando bem afastadas de postos de chefia e de direção, lugares hierarquicamente superiores. Essa constatação reforça o quanto as representações sobre a mulher constroem performatividades que se colocam como entraves para o desenvolvimento destas no campo científico (Viega, 2006).

Entre os argumentos para o aumento de mulheres no campo científico estão: a baixa remuneração dos professores, a precarização das condições de trabalho, o desprestígio da carreira, o que afasta os homens e atrai as mulheres por causa da flexibilidade de horários (Estébanez, 2003). Assim, o desinteresse dos homens se apresenta como um dos importantes fatores para o aumento de mulheres no meio científico. Visto exclusivamente desta maneira incorremos no risco de retirar o impacto político da presença feminina na ciência e atribuir aos homens o poder de decidir se as mulheres podem estar ou não na ciência. Prefiro me posicionar ao lado da história e afirmar que, se por um lado, é possível afirmar que as mulheres tiveram restrições no campo científico, por outro, também é possível dizer que elas desenvolveram meios cabíveis para lutar contra esta injustiça científica imposta na invisibilidade das mulheres na história da ciência. Sendo que a construção de indicadores que evidenciem a presença destas no meio científico parece ser uma das formas para tal, segundo Lopes, Sousa e Sombrio (2004). Estas autoras pontuam a importância da consolidação de um campo de estudos sobre mulheres e ciência para a mudança desse cenário. Elas acrescentam que "pelo menos para o final do século XIX e para o século XX, a existência de séries de indicadores de produtividade cumpre um papel em nada desprezível" (Lopes, Sousa & Sombrio, 2004, p. 98), o de tornar visível essa realidade.

Uma das formas de medir a ascensão profissional de pesquisadores e pesquisadoras é a participação em cargos administrativos, o título de professor ou professora titular, na participação em comitês de assessoramento das agências de fomento à pesquisa científica. Neste percurso, Silva (2012) aponta que a participação de mulheres nestas instâncias é inferior. Menezes (2013) afirma que o número de bolsas concedidas pelo CNPq, um dos mais importantes recursos de apoio à pesquisa para pesquisadores e pesquisadoras também é majoritariamente masculina.

É interessante observar que quando a participação no campo científico é associada à liderança de grupos de pesquisa, a participação feminina que se aproximava da igualdade cai consideravelmente (Brasil, 2013b; Menezes, 2013). Em referência ao estudo do Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (Nead), do ano de 2006, Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi (2007) evidenciam que entre os 142 membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) apenas 20 reitoras, ou seja, menos de 15% são mulheres. Ao analisar a representação de mulheres em comitês de assessoramento a partir dos dados da composição senso 2009 do CNPq (Brasil, 2011) se pode ver que no total de 229 assessores, 27 membros são mulheres (Silva, 2012).

Os dados do Diretório do CNPq sobre os coordenadores de núcleos de pesquisa assim como as informações do Conselho de Reitores das Universidades apontam que quanto maior o prestígio e poder do cargo acadêmico menor a participação das mulheres. "É o "teto de cristal" no qual as mulheres esbarram, que as deixam à margem dos postos de maior poder, prestígio e responsabilidade em ciência e tecnologia" (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007, p.173). Assim, embora as estatísticas explicitem que as mulheres têm participado da ciência no contexto brasileiro, chegando a ultrapassar o número de homens em algumas profissões, por outro, as mulheres ainda não avançam na carreira na mesma proporção que os homens. O que me levou a questionamentos sobre os porquês de as mulheres não avançarem em suas carreiras acadêmicas ou não ocuparem espaços máximos de poder acadêmico.

Para Menezes (2013) a tríade cultura, ciência e feminilidade pode dizer muito. As tensões oriundas da dicotomia entre o público e o privado – em outras palavras, o pessoal, e o político e, o doméstico e o domínio da palavra – associadas ao imaginário sócio histórico acerca da relação da mulher com a afetividade, a fragilidade, a passividade, o destempero emocional, a irracionalidade acarretaram na instauração da premissa de que na ciência o profissional e o pessoal são esferas distintas e, de maneira nenhuma, devem ser colocadas em relação. Esta premissa teve como resultante a baixa participação de mulheres em cargos de coordenação de núcleos, setores e outros espaços de reconhecimento científico. Além disso,

nomeia as mulheres como menos resistentes às pressões diárias, vivenciadas por representantes de cargos de comando (Menezes, 2013).

Ainda no hiato entre público e privado, Schiebinger (2001) investiga a separação entre a vida profissional e a vida privada, o que segundo a autora resulta em um grande desconforto para as mulheres que experimentam a ciência como seu mundo profissional. Menezes (2010) apresenta um outro elemento à discussão ao afirmar que "a pressão vivida e encontrada por muitas mulheres entre vida familiar e vida profissional não é um problema meramente privado" (Menezes, 2013, p.9).

Ainda sobre o maior avanço de homens na vida científica, outro fator é apontado por Chassot (2004) como importante, a saber, a responsabilidade com o cuidado dos filhos, que, segundo esta autora, é marcada por diferenças biológicas entre machos e fêmeas da espécie humana. Ao contrário da autora, acredito que a propriedade reprodutiva (gestação, parição e lactação) do corpo feminino é significada na cultura ao definir que mães cuidam da educação, alimentação, higiene e cuidados básicos e os pais se responsabilizam por prover renda à família. Assim, com papéis sociais bem divididos, a maternidade tem um caráter doméstico e a paternidade um caráter público. Esta divisão afastou as mulheres da ciência durante parte do século XX e tem desenhado uma carreira menos promissora para as mulheres na atualidade (Chassot, 2004). A ciência caminha a passos largos e se as mulheres se afastarem, mesmo que por um período não muito longo, para se dedicarem aos "afazeres da maternidade, gastam, muitas vezes, até o dobro do tempo para se reciclarem e se reatualizarem" (Chassot, 2004, p.23). A pílula anticoncepcional é apontada como um fator para o maior número de mulheres no contexto presente (Chassot, 2004), mas não redistribui as tarefas da vida doméstica e familiar.

Outros trabalhos também têm se dedicado na investigação da relação entre maternidade e carreira científica (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007; Silva, 2008; Menezes, 2013). Em pesquisa desenvolvida com professoras universitárias das áreas "duras" de uma instituição pública brasileira, a maternidade aparece como motivo de conflito. As acadêmicas parecem ter que escolher entre a carreira e a procriação, dito de outro modo, elas apontam que é necessário escolher entre a disponibilidade para viagens e a dedicação à casa e ao cotidiano dos filhos.

A maternidade foi, ao longo de boa parte do século XIX (Silva, 2008), justificativa para a subalternização das mulheres, a natureza reprodutiva da mulher a retirava do âmbito público principalmente no campo da política e da ciência. Tal afirmação teve a contribuição de muitos cientistas, entre eles, médicos e psiquiatras "darwinistas" (Silva, 2008). Para Silva (2013), os estudos atuais têm apontado que diante das exigências do mundo acadêmico, as

mulheres são levadas a optar entre ser mãe ou ser cientista. O que cria um pânico moral em torno da vida de uma mulher cientista. A mesma pressão não é sofrida pelos homens, eles poucas vezes negociam entre a paternidade e a profissão. A autora acrescenta que "mesmo com a inserção das mulheres na ciência, ainda persiste a divisão sexual do trabalho, o que resulta na constituição de carreiras diferentes para homens e para mulheres" (Silva, 2013, p.10). A maternidade aparece, frequentemente, como uma questão para as acadêmicas. Para muitas, a maternidade é apresentada como um dos motivos de um "caminhar" mais lento da carreira acadêmica (Menezes, 2013).

Em uma direção parecida, Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi (2007) indicam que conciliar vida pessoal, familiar, os afazeres domésticos, gestação, viagens para congressos e eventos científicos são algumas das dificuldades encontradas pelas mulheres para dar continuidade na carreira acadêmica. Além dos fatores sociais que insistem em manter "fortes elementos de machismo e de estereótipos sexuais e preconceitos contra a mulher, que se alinham à falta de condições e de estímulo" (p.173).

Outro importante elemento para a progressão da carreira científica são as bolsas de pós-doutorado. No que toca a esse elemento, vale ressaltar que até dezesseis de julho de 2012 não havia uma normatização específica para casos em que pesquisadoras bolsistas tivessem seus bebês durante o período de regência das bolsas de pós-doutorado no País (PDJ, PDI e PDS) e no exterior (PDE). Somente após esse período é que foi acrescentada a Resolução Normativa (RN -022/2012) que garante que no caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo supervisor ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por até quatro meses, garantidas as mensalidades à parturiente (Silva, 2012).

Até a data supracitada, cabia à coordenação dos cursos e à empresa financiadora avaliar se a bolsista teria condições de manter o seu compromisso junto ao programa em que estava vinculada, no período em que estivesse de licença, já que a bolsa não gera vínculo empregatício, não cobrindo período de licença saúde/maternidade. No ano seguinte, as bolsistas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também ganharam o direito a um ano adicional quando tiverem filhos.

Segundo Menezes (2013), as mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ) que vinham enfrentando prejuízos referente gestação e maternidades ocorridas no período de vigência da bolsa terminavam por diminuir ou mesmo interromper as atividades científicas, já que, nesta modalidade a concessão da varia entre 3 a 5 anos, havendo possibilidade de prorrogação mediante avaliação da produção científica desenvolvida pelos comitês assessores e normalmente, as mulheres produziam menos no período inicial da maternidade as mulheres. Vale ressaltar que, atualmente, à medida que já valia para bolsistas de pós-doutorado também

é válida para bolsistas PQ. A medida visou a atender as reivindicações de pesquisadoras envolvidas no aumento da participação das mulheres nas ciências (Menezes, 2013).

O que fica nítido nesse percurso é que a história e a cultura influenciam diretamente na inserção e trajetória das mulheres na ciência. Mesmo estando na esfera pública e participando ativamente da distribuição das despesas familiares, as mulheres não perdem a responsabilidade com o cuidado da casa e dos filhos, em outras palavras, a saída das mulheres para o mercado de trabalho não resulta em uma nova divisão sexual do trabalho doméstico e familiar. Dessa maneira, a mulher, mãe e pesquisadora, se depara com uma jornada excessiva de trabalho na qual precisa colocar em negociação as exigências da vida acadêmica, pessoal e da vida familiar (Silva, 2013).

Toda essa reflexão caminha para o fortalecimento da existência de marcas machistas na ciência. Essa questão parece ser um consenso entre as autoras e os autores que investigam a relação entre gênero e ciência.

Carvalho (2006), ao discutir a questão da dominação masculina no campo científico, tende a evidenciar que dentre os diversos espaços de dominação masculina na ciência, a filosofia (especificamente no campo das Ciências Humanas e da Filosofia) se manifesta como um outro lugar da marginalidade feminina. Para esta autora, a condição de marginalidade no espaço científico está ligada à "consideração do homem como medida universal de todas as coisas e da mulher como um outro construído em relação à ele" (p.1).

Conforme assinala Flores Espínola (2006, p.213), ao destacar que os primeiros estudos buscavam analisar a história de sua participação nas instituições científicas, centrando-se na história do acesso das mulheres aos significados de sua produção científica e seu status atual na profissão científica. Posteriormente, os estudos passaram a questionar o modo pelo qual a própria ciência e a tecnologia definiam a natureza da mulher e criticaram a natureza masculina da ciência. Por fim, os estudos preocuparam-se em revelar as distorções existentes nas próprias normas e métodos da ciência, como resultado da ausência das mulheres na ciência. (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007, p.170)

Assim como outros autores e autoras, Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi, (2007) apontam que, salvo algumas exceções, o direito ao saber foi retirado das mulheres em toda a história da humanidade. Como exemplo podemos citar a Grécia antiga que só aceitava mulheres em poucas escolas filosóficas, sendo que, na Idade Média, o ensino das mulheres se restringia aos conventos e ao ensino em casa, mesmo assim, não era aplicado a todos os países. Um fator que evidencia a tutela a que as mulheres estavam submetidas fica evidente no direito sobre patentes, já que, em tempos anteriores, as mulheres não tinham direito à

propriedade de patentes, sendo o pai, o irmão ou o marido quem registrava as patentes (Hayashi, Cabrero, Costa & Hayashi, 2007).

Sobre a presença desigual das mulheres na História da Ciência, Chassot (2004) pontua que é importante lembrar que a ciência foi hostil à participação destas, já que, durante as primeiras décadas do século XX, a carreira de cientista era definida como imprópria para a mulher. Mais tarde, na segunda metade do século XX, ainda se dizia quais eram as profissões de homens e quais eram as de mulheres, sendo que entre as profissões femininas não se inseria a de cientista.

Hayashi, Cabrero, Costa e Hayashi (2007) destacam que ainda falta um longo caminho a ser percorrido para se chegar à igualdade de participação de pesquisadores nos postos acadêmicos e nas áreas mais prestigiadas de conhecimento. A significativa inserção de mulheres na ciência trouxe à tona problemas como o direito à igualdade de acesso ao ensino superior, ao ingresso na carreira científica, assim como a participação em instâncias de decisão no desenvolvimento da ciência.

O estado da arte dos estudos analíticos que se debruçam sobre a problemática da participação das mulheres na ciência considerou aspectos institucionais da participação das mulheres nas práticas científicas; os indicadores de produtividade; o resgate da história pessoal das mulheres na ciência; e a cultura científica nas diferentes áreas disciplinares.

Todo o percurso traçado neste tópico não teve por objetivo a vitimização das mulheres, mas, sim, a nomeação e a revelação da ciência como um campo de atividades injusto para com as mulheres. É válido pontuar que, mesmo assim, as mulheres estão presentes nas graduações, pós-graduações, a frente de núcleos de pesquisas, colegiados, câmaras, chefia de departamentos e de reitorias.

É importante mencionar também que os estudos que centram sua análise na condição da mulher no mundo não são considerados como estudos que ajudam a compreender o mundo como um todo. Consequência disso é que, em geral, os estudos feministas são tidos como relevantes apenas para a compreensão das relações entre os gêneros, e não como uma contribuição para uma melhor apreensão das relações sociais no geral. (Carvalho, 2006, p.1)

De maneira geral, estes estudos visam contribuir para uma sociedade mais justa e menos desigual quanto às diferenças de gênero. Eles têm sido desenvolvidos na tentativa de desmistificar e desnaturalizar o lugar social ocupado pela mulher, atentando-se aos processos de construção, manutenção e ressignificação deste lugar como um produto da cultura, e não, da natureza.

Vale ressaltar que a não ruptura com um modelo hegemônico de ciência ou a negação de uma postura feminista não transformam as cientistas, que se enquadram neste padrão, em outras, ou seja, isso não quer dizer que elas não sejam constantemente confrontadas com a posição de subalternidade, de maneira abstrata ou mesmo.

O caminho percorrido até o momento evidencia que discutir a participação das mulheres na ciência vai além de afirmar a participação destas nessa esfera de conhecimento, implicando também, sem sombra de dúvidas, na problematização da ciência moderna como pertencente à cultura hegemônica que tem seus pilares no sexismo e androcêntricos. Nesse sentido, perceber e denunciar os pilares que sustentam e fornecem legitimidade à ciência se torna imprescindível. Para isso, é preciso se atentar aos códigos, às regras de conduta, às normas acadêmicas tal como aos procedimentos para a construção de saberes.

Quanto à política científica no Brasil é inegável que ela tem caminhado no sentido de identificar sujeitos do conhecimento, no plural, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Os dados e reflexões acerca da participação de mulheres na ciência, disponibilizados por instâncias de fomento à pesquisa, não tem articulado diferentes categorias sociais, as mulheres são abordadas como um grande grupo homogêneo, o que põe uma pergunta nas cabeças mais inquietas: a quais mulheres aqueles dados se referem?

Carvalho (2005a), ao investigar a vivência acadêmico/científica de professores e professoras universitários em instituições públicas no Brasil constata, a partir de dados oficiais fornecidos pelas reitorias e de dados encontrados nos sites dessas universidades entre o ano de 1999 e 2003, que menos de 1% dos docentes nas universidades públicas brasileiras são negros, sendo que na USP, Unicamp, UFRJ e UFRGS o número de docentes não passava de 0,2% de todo o corpo docente, na UFSCAR, 0,5% e na UFMG, 0,7%. O trabalho é um estudo exploratório e apresenta uma margem de erro nas amostragens por um percentual de 20%. No que se refere a análises que aproximam gênero e raça não há dados disponíveis nas principais fontes de pesquisa científicas brasileiras. Esta ausência me conduz a ponderar, assim como Carvalho (2005b), sobre a importância de um senso racial da docência nas universidades públicas que se atente à diversidade de homens e mulheres presentes na ciência brasileira, indo, assim, um pouco mais além de aonde já chegamos.

Vislumbrando um horizonte, recentemente, o CNPq tornou obrigatório o preenchimento da categoria cor/raça no *currículo Lattes*. Na página do CNPq consta a informação de que a adoção do quesito cor/raça atende à Lei 12.228, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que prevê e coíbe formas de exclusão e discriminação racial no país. Esta medida pode contribuir para uma maior publicização das desigualdades raciais e elaboração de dados estatísticos que coloquem em diálogo distintas

categorias que, associadas, complexificam o olhar sobre o pesquisador e os mecanismos de subalternização e agenciamento. Se os dados estatísticos que podem emergir a partir desta medida, muito provavelmente, evidenciarem que o corpo docente brasileiro é majoritariamente branco, poder-se-á constatar que além de brancos são homens. Vale ressaltar que os dados são uma forma de evidenciar desigualdades, cabendo também ao corpo intelectual brasileiro incentivar a radicalização do debate da raça e do gênero na ciência.

Mesmo após esse longo caminho histórico e estatístico a pergunta de Londa Schiebinger (2001) se mantém: o feminismo mudou a ciência? A presença de mulheres muda a ciência? Quais mulheres fazem parte da ciência?

3. A CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA HEGEMÔNICA: POR UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DE CIÊNCIA

As feministas não foram as primeiras e, muito menos serão as últimas a elaborar uma crítica à ciência moderna (Calvelli & Lopes, 2011; Bandeira, 2008). É sabido que distintas correntes teóricas do pensamento realizaram apontamentos sobre a universalidade, a neutralidade e a objetividade científica. Os estudos pós-coloniais, a teoria sociológica da ciência, os estudos culturais, a teoria crítica, a teoria pós-moderna, entre outros têm procurado contextualizar e criticar os saberes científicos, principalmente, os saberes que propõem formas de compreensão da sociedade e da civilização moderna (Menafra, 2007).

Assim, o pensamento feminista constitui uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna, sendo a única forma legítima de produzir e obter conhecimento científico. Esta constatação me aproximou de duas perguntas feitas por Lourdes Bandeira (2008): "Quais teriam sido então as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade centrou-se a crítica feminista?" (p.209). Na busca pelas especificidades da crítica feminista à produção científica hegemônica, proponho que estas perguntas sejam consideradas a partir do contexto presente. Estas são perguntas que guiam o caminho reflexivo deste capítulo. Em outros termos, procuro refletir sobre as contribuições do feminismo para a produção científica do conhecimento em seu nível epistemológico e metodológico.

Pode-se dizer que o pensamento crítico feminista tem origem no questionamento de uma racionalidade machista a qual estava submetida à ciência e na denúncia do *ethos* masculinista da ciência moderna. Assim, as críticas feministas versam em torno da desnaturalização da ciência como um lugar de homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico (Harding, 1996; Rago, 1996; Lima, 2002; Bandeira, 2008; Calvelli & Lopes, 2011). Elas explicitam o caráter particularista, ideológico, sexista, burguês, racista e homofóbico da ciência ocidental, e, ao fazê-lo, denuncia a situacionalidade não declarada da ciência moderna, que possui ares de hegemônica. Questionando a ideia de neutralidade, as críticas feministas afirmam que as noções de objetividade e neutralidade são carregadas por valores masculinos, já que o conhecimento se configura a partir de uma concepção de humano que pode ser entendida como o conceito universal de homem (Arrazola, 2002), qual seja: branco, heterossexual e cidadão de primeiro-mundo.

Assim, a crítica feminista coloca à prova os princípios epistemológicos, das investigações científicas baseadas em um modelo positivista¹⁷ de ciência. As feministas denunciam a impossibilidade da neutralidade e da objetividade, até então proposta, sob a justificativa de que os cientistas são sujeitos marcados pela experiência subjetiva, seu gênero, sua raça, sua orientação sexual, sua classe social e cultural. Para tanto, este campo teórico contesta o encorajamento de práticas e metodologias científicas que têm como cerne a neutralidade e a isenção dos investigadores e investigadoras no campo de pesquisa, assim como no momento da interpretação dos resultados a partir de um lugar descorporificado. Esse pensamento contrapõem-se à concepção de investigadores alheios a uma estrutura social, política e social, desprovidos de crenças, valores e ideologias (Neves & Nogueira, 2005).

As teóricas feministas procuram evidenciar o caráter reducionista, essencializador e falocêntrico da ciência hegemônica (Pelúcio, 2012), a partir de uma reflexão que visa (re)estruturar a tradição científica, inclinando-se sobre metodologias, teorias, conceitos e epistemologias clássicas. Nos termos propostos, as teorias feministas têm, desde seu início, o intuito de reinterpretar os discursos sobre a ciência, sobre a mulher na ciência e em todas as outras instâncias sociais, tornando as relações de gênero analiticamente visíveis (Harding, 1993).

É imperativo afirmar que a crítica feminista à ciência contribui para a denúncia do androcentrismo e do sexismo que se manifestam como desigualdades nas ciências, o que trouxe um amplo e irremediável debate para essa área do saber (Arrazola, 2002).

É imprescindível ressaltar que a realização da crítica ao modelo científico hegemônico, a partir desta mesma ciência, fez com que as feministas tivessem que se manterem atentas "para não reproduzir como espelho distorcido as próprias categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica" (Bandeira, 2008, p.211). Para tanto, como aponta Bandeira (2008), fez-se necessário que "as feministas propusessem e assumissem conceitos provisórios e perseguissem abordagens teóricas não definitivas" (p. 211), para, assim, "escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas" (p. 211).

¹⁷ No modelo positivista, a ciência e os cientistas são percebidos como isentos de influências sociais (Cruz, 2008). Neste modelo a ciência é o único meio de construção do conhecimento verdadeiro. (Brandao, 2011). O método se sobrepõe ao objeto de estudo e o princípio de neutralidade científica é o pressuposto para um conhecimento relevante (Cruz, 2008). No pensamento positivista a sociedade era compreendida como sendo regida por leis naturais, invariáveis e independentes de qualquer vontade humana, cabia ao cientista desvendá-las. Nestes termos, os estudos sobre a sociedade deveriam se limitar a observar e explicar as causas dos fenômenos de forma objetiva, neutra e universal. A tradição positivista procurava manter a objetividade dos fatos e, para isso, negava ou controlava a subjetividade, afastando-se do fato social. Desse modo, uma postura positivista é uma perspectiva objetivista e reducionista de ciência (Cruz, 2008).

Sem perder de vista o questionamento sobre a mudança ou não da ciência a partir das críticas dos feminismos, Calvelli e Lopes (2011) afirmam que as proposições feitas pelas epistemologias feministas "se apresentam como consistentes na medida em que se desenvolvem em processo de diálogo com o aparato científico da modernidade e das teorias pós-modernas" (p.352).

As críticas feministas à ciência denunciaram injustiças ao mesmo tempo em que desenvolveram propostas para a superação destas. Assim, para as feministas, não bastava desenvolver fervorosas críticas para promover mudanças na conjuntura teórico-explicativa que governava a ciência, era necessário também propor um outro modelo, um referencial que não excluísse sujeitos da experiência científica, que abordasse a subjetividade como parte da produção científica, que rompesse com o dualismo e com o sujeito universal da ciência. Certamente, esta foi uma importante contribuição para a ciência .

Passo, a partir daqui, a discorrer sobre esta outra proposta de compreensão do mundo. Porém, antes, vale ressaltar que, ao abordar a crítica feminista ao conhecimento científico hegemônico, tento abarcar a complexidade que está em seu interior. Recorro a um vasto bloco de correntes heterogêneas que buscam explicar por que mulheres são colocadas em lugares subalternos nas sociedades ocidentais. Entretanto, de maneira alguma, proponho uma homogeneidade das diversas teorias feministas. Assim, ancorada em Bandeira (2008), "afirmo que não há uma "teoria crítica geral"- única – do pensamento feminista" (p.210).

Ao questionar a neutralidade, a objetividade e a universalidade, a crítica feminista sinaliza o fim de um conhecimento único e decreta a crise da razão, ao mesmo tempo em que começa a discorrer sobre um outro modo de produção do conhecimento. Um conhecimento situado, provisório e parcial.

Com o intuito de superar o caráter androcêntrico, conservador, excludente e opressor das ciências hegemônicas, o campo teórico feminista propõe uma produção de saber científico que dê nome às desigualdades de gênero em seu interior, tomando o campo científico como um espaço em que se estabelecem relações de poder (Franca, 2013). Esse campo teórico tem feito isso através da transgressão da linha divisória entre política e ciência (Harding, 1996). Com isso, põe-se a baixo o mito da democracia científica e se instaura um regime de vigilância e controle da produção científica desenhando-se um projeto de conhecimento emancipatório.

Esta outra forma de produção do conhecimento decreta como ultrapassada a figura do cientista isolado em sua "torre de marfim", onde apreende um conhecimento que está esperando para ser capturado, e instaura uma produção de saber que dialoga com outros saberes e tem, na interação, a forma de apreensão/construção do conhecimento; formulando

um conhecimento que não é isento da subjetividade, das emoções, sensações e sentidos provocados pelo contato social (Harding, 1996; Sardenberg, 2002; Calvelli & Lopes, 2011; Pelúcio, 2012). Nestes termos, o privado ganha espaço e destaque na prática científica.

É inegável que esta nova proposta científica trouxe novas configurações a este campo. As mulheres passam a ser simultaneamente pesquisadoras e objeto de pesquisas, o que veio a fomentar as discussões sobre a neutralidade da ciência. Os critérios de neutralidade e objetividade dão lugar à subjetividade sem, no entanto, perder o rigor necessário à ciência (Harding, 1993). Desta maneira, reafirmo "abandona-se a pretensão de ser a objetividade e a neutralidade, herdadas do positivismo, como única válida de construção do conhecimento" (Calvelli & Lopes, 2011, p. 347-348). Nestes termos a um rompimento com uma estrutura que, em um momento anterior, garantiu o respaldo científico e o caráter de verdade.

A proposta feminista consiste na recusa de balizas fixas, na não aceitação de totalidades universais, na contraposição a uma visão masculinista de ciência e na ruptura do dualismo entre sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, pensamento/sentimento (Rago, 1994; Arrazola, 2002). Ela historiciza seus conceitos e compactua com uma ciência comprometida com a transformação social, atenta à dimensão ética da produção de conhecimento, aos efeitos de poder dos mesmos e às suas implicações políticas. Nesse sentido, rompe com qualquer universalidade, já que padrão sempre exclui alguns, trazendo as questões das mulheres para o âmbito do particular. Acaba ainda por dê-*s*-fixar parâmetros permanentes de poder-saber. Incorpora a dimensão da subjetividade aos pilares da produção científica, assim, o que antes foi tido como pertencente ao âmbito do privado passa a fazer parte do campo público, do científico. Introduzir a subjetividade como aspecto de análise significa romper com a dicotomia sujeito-objeto; na proposta feminista, sujeito e objeto estão diluídos um no outro (Dias, 1992, 1994; Maffia, 2002).

Nesta proposta, o sujeito produtor do conhecimento passa a ser entendido como fruto das determinações sociais e culturais em que está inserido, em um complexo campo de relações sociais, sexuais, étnicas, raciais, entre outras. O conhecimento científico não é uma entidade objetiva. Pode-se concluir que o pensamento feminista torna sua produção contextual, histórica e relativa, além de "historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar" (Dias, 1994, p.375). Propõe, assim, uma produção de saberes localizados (Haraway, 1995) social, temporal e politicamente, abandonando a pretensão da universalidade e da verdade única, isto é, não pode ser compreendida como a única forma de construir o conhecimento. Introduz novos sujeitos como atores e outros sujeitos como objeto de pesquisa (Bandeira, 2008), além de possibilitar a inserção de novos temas e questões. Podemos,

rapidamente, nomear alguns: a sexualidade, o corpo, a emoção, a discriminação, o preconceito, entre outros (Calvelli & Lopes, 2011).

Cabe ressaltar, em um diálogo com Narvaz e Koller (2007), que a pluralidade, as tensões e atravessamentos que se manifestam no campo político, também se fazem presentes no campo teórico conceitual dos feminismos, o que resulta em uma multiplicidade de olhares sobre a ciência e de propostas acerca dela. Consensos e dissensos tem circunscrito a construção de um pensamento feminista sobre a ciência.

Um dos atravessamentos que marca o campo intelectual feminista é a suposta universalidade da mulher, sendo esta branca, heterossexual, de classe média, moradora de um país do primeiro mundo, ocidental. Neste caminho, Patrícia Collins (1990) refuta toda e qualquer compreensão que afirme uma única forma de compreender a realidade, seja ela oriunda das teorias feministas ou de outra. Assim como não há uma mulher que represente todas as mulheres não há também uma teoria geral que dê conta de toda a complexidade social, o que denuncia as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres na produção do conhecimento.

Nesta direção outras teóricas feministas de cor afirmam (hooks, 1995; Anzaldúa, 2000; Morales, 2004) a necessidade de um exercício de localização, enfatizam a importância de uma epistemologia em que a experiência das mulheres negras seja reconhecida como uma posição social específica na produção de conhecimento científico. O convite à multiplicidade de mulheres que contribui para uma proposta feminista explicita a necessidade do desenvolvimento de um conhecimento que complexifique suas lentes analíticas assim como seus pressupostos.

Estas reflexões, questionamentos e apontamentos internos se materializaram, principalmente, em relação à crítica ao conceito de sujeito universal único. Os fundamentos base para a construção de uma proposta feminista abre possibilidade para o questionamento sobre quem é o sujeito do feminismo. É a partir da pressuposição da inexistência de um sujeito universal masculino que começam as críticas a uma ideia de sujeito universal feminino. Noutros termos, a emergência de um suposto sujeito universal do feminismo no interior do pensamento feminista se torna alvo de reflexão trazendo implicações científico-acadêmicas e políticas (Costa & Sardenberg, 2002; Sardenberg, 2002; Hooks, 2004; Oliveira, 2010). Essa emergência marca a existência de uma vasta amplitude de posições feministas, tanto no que se refere às filiações ideológicas, quanto aos posicionamentos epistemológicos, o que resulta em teorizações distintas. Estas podem se complementar ou favorecer desenvolvimentos críticos.

Neste campo, onde há diversidade, divergências e disputas, alguns consensos mantêm elos que devem ser lembrados, o primeiro deles é o fato de que todos os feminismos, em suas mais diversas formas, reclamam a equivalência entre os sexos no campo público e privado, se diferenciando nos meios para se alcançar e consolidar a igualdade (Neves & Nogueira, 2005); o segundo é a defesa de uma postura científica que não se esconde atrás de uma suposta neutralidade em nome de uma objetividade e um conhecimento global (Bach, 2010).

Vale lembrar que as questões que se tornam alvo de problematizações das cientistas tudo têm a ver com o momento histórico e político em que estas estão inseridas e com a emergência de novos sujeitos políticos (Prado, 2002), tais como mulheres negras, mulheres lésbicas, indígenas, entre outras em que as tensões evidenciam diferenças no interior do pensamento feminista. Sendo que estas estão profícuas para a atualização do debate e para o reconhecimento da pluralidade de sujeitos na produção de conhecimento. Contudo, como dito, é nítido a existência de consensos entre feministas das mais distintas correntes quanto ao reconhecimento da subordinação feminina como uma questão social-histórica, cultural e científica (Bandeira, 2008).

Esta pluralidade exigiu de mim um constante exercício de localização dos meus lugares de fala (Haraway, 1995). Assim, na busca pela nomeação de problemas que não têm nome (Friedan, 1971) explícito que busco me aproximar dos ditos "feminismos de cor", pós-colonial, latino-americano, negro, lésbico, indianos. Feminismos estes que atuam a partir do compromisso em compreender a complexidade das relações, subalternizações que incidem sobre o corpo daquelas que foram consideradas "o outro" (Bordo, 2000), "aqueles que reconhecem a prática cotidiana e situada como terrenos epistemológicos igualmente válidos" (França, 2013, p.14).

Este amplo conjunto de feministas, por sua vez, por meio da relação margens e centro, tem criticado a imparcialidade do conhecimento hegemônico e a parcialidade do pensamento teórico das feministas brancas.

Outra pergunta parece assombrar as teóricas feministas: quais os efeitos da crítica feminista à ciência? Como pontua Bandeira (2008), enquanto algumas autoras escolhem discorrer, com certa certeza, sobre as contribuições feministas à ciência, outras perguntam se o feminismo teve algum impacto na produção científica, ou ainda, se o feminismo de alguma forma mudou a ciência (Schiebinger, 2001). Mesmo não havendo um consenso em torno de uma mudança no projeto hegemônico de ciência a partir das críticas feministas, há, invariavelmente, o sentimento de que ocorreram alguns "avanços", principalmente nas ciências das humanidades. Ainda que não tenha sido da forma como muitas imaginavam, as

teorizações feministas mudaram a percepção das mulheres na ciência e, conseqüentemente, os posicionamentos na mesma (Keller, 2006).

As críticas feministas à ciência trouxeram importantes reflexões sobre a ciência, na medida em que inseriu o conceito de gênero e o apresentou como uma categoria analítica, sendo esta uma das mais significativas inovações das teorias feministas na ciência. Segundo Bandeira (2008), "a crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos, afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais" (p. 222). O gênero, como bem apontou Scott (1990), se tornou uma categoria analítica e tem ganhado cada vez mais legitimidade, se apresentando como um campo de estudos.

Nestes termos, a perspectiva de gênero que a crítica feminista insere na ciência:

(...) tem possibilitado a construção de uma epistemologia crítica feminista – um discurso feminista sobre a ciência e uma teoria crítica do conhecimento – que, se por um lado fundamenta as bases de um saber feminista, por outro, vem abrindo espaço para questionamentos e reavaliações até mesmo dos próprios fundamentos desse saber. (Costa & Sardenberg, 2002, p.12)

No percurso reflexivo, Bandeira (2008) apresenta como uma outra contribuição da crítica feminista à ciência a nomeação da ausência das mulheres na prática científica, através da exposição do processo histórico de construção do conhecimento científico. O autor observa que a exclusão das mulheres da ciência não era explicitada apenas como o resultado de naturalizações, mas também era justificada abundantemente pela incapacidade das mulheres pela exaltação do potencial objetivista dos homens.

Desde os primeiros estudos que discorriam sobre as "diferenças sexuais", posteriormente sobre "os papéis de gênero", até os dias atuais que abordam as performances de gênero, as teorias feministas apresentam uma importante contribuição para o campo científico: traz o "outro" para a cena, o não falante (Spivak, 2010), o silenciado, o que sempre ocupou o lugar de sujeito na ciência e, poucas vezes, o de sujeito da ciência.

O pensamento feminista desenvolveu novas teorias, propôs outras perguntas e abriu novos campos de investigação em diversas áreas do conhecimento científico. É a partir destas outras possibilidades de investigação que a presente pesquisa se incluiu. Com um olhar localizado, me perguntei sobre estes novos sujeitos da produção científica, partindo do aporte teórico das teorias feministas. Em outras palavras, foi a partir deste aporte teórico, em que eu, como pesquisadora, não estava isenta na produção científica e em que a interação e os diálogos estabelecidos, na leitura e análise das produções, podem alterar hipóteses no processo de conhecimento que me inseri. São as críticas feministas à ciência que

possibilitaram o meu desenho de pesquisa, não apenas por se materializar como meu aporte teórico, mas também por permitir o desenho científico do meu objeto.

Assim como Schiebienger, (2001) acredito que:

O feminismo prestou suas maiores contribuições fazendo novas perguntas, perguntas frequentemente na contramão de assunções fundamentais numa disciplina. Uma das mais importantes analíticas de gênero examina prioridades científicas. Como são feitas escolhas sobre o que queremos saber (e sobre o que escolhemos não saber) no contexto de recursos limitados? E sobre quem se beneficia em termos de riqueza e bem-estar e quem não, a partir de um projeto de pesquisa específico? Interesses políticos e decisões de financiamento destacam certas porções da natureza quase tornam conhecidas, enquanto outras são negligenciadas. (p.338)

3.1 Pensamento Feminista: uma luta por reconhecimento científico-político

As críticas feministas ao modelo científico hegemônico há muito identificam a ausência/invisibilidade da mulher na ciência, ao mesmo tempo em que reivindica reconhecimento das mulheres em sua pluralidade. Vê-se aqui a reclamação do lugar de sujeito da ciência. Certamente, os mais pragmáticos perguntariam o que isso tem a ver com a construção de metodologias? Se um "outro sujeito" busca emergir enquanto produtor da ciência, deixando de ser sujeito na ciência para ser também sujeito da ciência, não há de se perguntar sobre "outros" métodos: "como estudar realidades invisibilizadas? (...) ou ainda, como propor e realizar enfrentamento a problemas que não são reconhecidos como problemas?" (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010, p. 152-153). Essas perguntas não me vieram à mente por acaso. Eu as vivenciava desde o momento em que escolhi pesquisar a partir de um viés em que a subjetividade é vista como parte do processo investigativo. Confesso que não sabia muito bem onde eu estava "pisando", fiz escolhas epistemológicas baseadas no desejo de compreender o que eu via, vivia e lia. A minha ruptura com um modelo científico moderno hegemônico, reconhecido, por muitos, como uma forma legítima de encontrar a verdade das coisas, foi acontecendo enquanto eu experimentava contínuos deslocamentos do meu corpo e da minha mente.

A escolha por um caminho que se atente à participação das mulheres na ciência me conduziu para uma reflexão sobre esse modo de pesquisar, sendo que as páginas que se seguem são o resultado dessa empreitada. Dessa maneira, as reflexões se amparam nos desafios metodológicos da investigação da fala/silêncio das mulheres na produção científica. Em outras palavras, o desenho metodológico tenta estabelecer um diálogo entre metodologia e

o complexo debate acerca do *locus* enunciativo do sujeito subalterno. O desafio que se apresenta é o de dialogar com sujeitos que denunciaram serem historicamente silenciados (Spivak, 2010) e o de traçar caminhos metodológicos que nos possibilitem ouvi-las, deixar suas vozes ecoarem, perceber estes sujeitos como indivíduos vocais (Dewulf, 2006).

Diante dos desafios trazidos/produzidos com as críticas feministas e os estudos subalternos, seria reducionista pensar metodologias como simples procedimentos técnicos. Assim, as metodologias em que este estudo se ancora parte do pressuposto de que não há um saber universal e as conclusões encontradas aqui não servem para generalizações, muito menos para falar a verdade sobre a participação da mulher na produção científica. Nesse sentido, partilho da tarefa de debater sobre epistemologias, teorias e metodologias feministas que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa e equânime, numa visão em que ciência e política estão estritamente relacionadas. A partir dessas intenções, me conduzi para uma discussão metodológica que enfatizasse "escolhas políticas e éticas que pautam qualquer pretensão investigativa, e não discursos que priorizam um árido formalismo técnico" (Arango, Barros & Oliveira, 2005, p.18).

Neste difícil caminho de nomeação das escolhas políticas e éticas, novamente evidencio que me incluo no campo teórico-epistemológico dos feminismos. Faço isso através da produção de um saber localizado/situado (Haraway, 1995) e da concepção de que a verdade construída neste estudo é particular e limitada. Nesta perspectiva, o regime de verdade em que me incluo está situado em uma ética do cuidado onde os "saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia" (Haraway, 1995, p. 23), se moldam e re-moldam em uma constante reavaliação de si e do mundo. Tendo este horizonte como ponto de partida e de chegada, esta investigação buscou estruturar sua "verdade" a partir de três eixos: a) o da responsabilidade, b) o do posicionamento e c) o da parcialidade (Neves & Nogueira, 2005).

Neste (re)desenho epistemológico e metodológico tento responder qual objetividade é possível para os outros corporificados (Haraway, 1995), já que não era possível permitir a um cientista ter um corpo, um ponto de vista que pressupõe um fim e não uma totalidade:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. (Haraway, 1995, p.15)

Nestes termos vê-se que não se trata de uma busca por uma objetividade que transcenda os sujeitos tomando um caráter universal. A proposta, em que me insiro, parte do princípio de um diálogo não ingênuo entre o corpo e a produção de conhecimento, sustentado por um conjunto teórico de poderes não inocente "na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica" (Haraway, 1995, p.16). A objetividade não dá lugar ao subjetivismo ou mesmo ao relativismo, ao contrário, há uma teorização acerca de uma "objetividade corporificada". Uma objetividade que acomode as propostas científicas de mulheres feministas, nestes termos, são produzidos saberes localizados. Estes rompem com as propostas de configuração de sistemas globais de conhecimento e torna o sujeito do conhecimento responsável pelo que aprende a ver e produzir (Haraway, 1995). Dito de outro modo, trata-se de assumir riscos de ser cientista e mortal, recusa-se o lugar da onisciência e onipotência, não é mais possível ser Deus/Deusa, perde-se o controle do final e reinventa-se o presente.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. (Haraway, 1995, p.31)

Por essa ótica, pesquisar é entrar em conexão com a disseminação dos acontecimentos em suas múltiplas direções (Arango, Barros & Oliveira, 2005). Nestes termos a parcialidade é a única maneira de vislumbrar uma visão mais ampla, racional e posicionada (Haraway, 1995).

Desenvolver um conhecimento situado (Haraway, 1995) requer, ainda, o reconhecimento do sujeito pesquisado e pesquisada como ator e atriz, não como "um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência, em sua autoridade de conhecimento 'objetivo'" (p. 36). Assim como dito em outro momento, Gayatry Spivak (2010), ao se debruçar sobre a (im)possibilidade de fala dos subalternos, demonstra que é necessário também questionar o papel desempenhado pelo intelectual das ciências humanas (Verçoza, 2012), em outras palavras, como se tem estabelecido a relação entre cientista e sujeito pesquisado.

Não estou tratando de, por caridade, dar ou não permissão para que outras mulheres falem através de mim. O desafio metodológico que se fez presente foi o de como criar redes de possibilidades para que as teóricas/intelectuais falem, não através de mim, mas, a partir do diálogo comigo. Nestes termos, esta dissertação teve como pano de fundo a resultante entre eu e elas. Como pontua Spivak (2010) ao afirmar que o pesquisador/intelectual pode falar dele

não representar outrem, assim, posso falar por mim e da relação que estabeleci com elas através das leituras.

Sendo assim, recuso uma proposta científica que "prometa transcendência, uma história que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado" (Haraway, 1995, p.16). Ao contrário, pretendi contribuir para um caminho metodológico e epistemológico que incluía a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes em termos de poder.

Se o fato de investigar a relação entre "mulheres", ciência e subalternidade, para muitos, me conduz, de certa forma, prescritivamente, para o campo de estudos de mulheres e ciência por lentes feministas de análise, o que busquei demonstrar, ao longo de todo o trabalho, foi que minha identificação com meu objeto de estudo, assim como meu engajamento com a construção de uma ciência em que a criticidade, a reflexão e o posicionamento atuem para a mudança social, soprou-me, às vezes de forma leve, em outras nem tanto, mas, certamente, de maneira inevitável para os caminhos das metodologias e epistemologias feministas (França, 2013).

Mais uma vez me enxergo em um *ethos científico* fora do centro, onde o que está em jogo é a relação que se estabelece entre corpo e mente em um contínuo ao invés da dicotomia. Insiro-me em uma proposta em que meu corpo, dotado de cores, desejos e formas vincula-se aos e interfere nos instrumentos teóricos e políticos, de tal modo que passa a ser impossível não "nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear" (Haraway, 1995, p.20).

Esta escolha tem um alto custo. Ao questionar a possibilidade de legitimidade na fala de mulheres na ciência, passo, ao mesmo tempo a ser sujeito de mim mesma e alvo de questionamentos sobre uma possível vitimização. A "política do armário" não é mais possível, não dá mais para me esconder atrás de um jaleco que me descorporifica. Entre acadêmicos e acadêmicas uma pergunta se faz presente nos corredores da universidade: mas será que ela não está exagerando e se aproximando demasiadamente da literatura? Será mesmo que isso é ciência? Questionamentos estes que me colocam à margem ou fora do *locus* enunciativo científico.

Apoiada em uma produção localizada e localizável de ciência onde a objetividade corporificada (Haraway, 1995) se configura a partir da experiência, investigo como esta produz efeitos na elaboração do conhecimento. Uma produção que partilhe de uma objetividade feminista ou corporificada me torna responsável pelo que produzo e pela forma que como aprendo a ver (Haraway, 1995).

No constante exercício de localização deste estudo, posiciono-me a partir do diálogo com as vozes de mulheres latinas-americanas, hispanas, negras, pós-coloniais e lésbicas. Estas, por sua vez, por meio da relação margem e centro, têm criticado a imparcialidade do conhecimento hegemônico e a parcialidade do pensamento teórico das feministas brancas. Se por um lado questionam a masculinização da ciência, por outro interpelam o próprio pensamento feminista sobre quem pode falar. Assim, o sujeito do feminismo e da ciência estão em jogo. Para estas teóricas (Mohanty, 1991; Anzaldúa, 1999; Hooks, 2004; Bach, 2010; Furlin, 2012) o pensamento feminista e o científico hegemônico tem se estruturado a partir de uma experiência única e universal, cujos pressupostos teóricos e analíticos se tornavam ineficientes para captar a variedade das experiências sociais. Assim o que quero dizer é que este estudo busca inscrever-se em uma proposta sexualizada, geograficamente localizada, corporificada, descolonizada a partir da experiência de estar nas margens (Bach, 2010; Furlin, 2012).

3.2 Reflexividade, criticidade e posicionamento: um olhar a partir da experiência

O modelo científico moderno hegemônico foi alvo de duras críticas por parte do pensamento feminista e de outras teorias e campos de estudo. A legitimidade de uma pesquisa sem um sujeito que se enuncie foi questionada, tal como a crença nas dicotomias corporeamente, razão-emoção, sujeito-objeto. As conclusões feministas sobre o "como" e "por que" fazer ciência apontam para a denúncia da unicidade do sujeito da ciência, sendo este masculino. O fazer científico hegemônico se estruturou, conforme dito anteriormente, segundo as teóricas feministas, na tríade: universalidade, objetividade e neutralidade. As teóricas feministas ao se debruçarem sobre os mecanismos epistemológicos e metodológicos que, por muito tempo, negaram qualquer reconhecimento à produção de mulheres na ciência, tiveram como resposta feminista a pluralidade de possíveis produtores/as de verdades a partir da proposição de uma nova tríade explicativa: posicionamento, reflexividade e criticidade (Neves & Nogueira, 2005).

Começamos, assim, a alinhar redes de sentido que permitem uma interpretação parcial da realidade neste estudo. Uma postura metodológica feminista exige um contínuo repensar do conhecimento, das formas como estes são produzidos "mas oferece também metodologias e ferramentas de análise inovadoras para esse exercício" (França, 2013, p.13).

A posicionalidade, criticidade e reflexividade compuseram a tríade que desenha a proposta metodológica feminista desta investigação. Esta tríade se dá a partir da experiência,

categoria inventada e produzida pelas teóricas feministas. No contexto contemporâneo, assim como neste estudo, o papel das experiências ocupa lugar privilegiado de discussão nos processos de compreensão da produção do conhecimento que vai de encontro à ideia de objetividade e de sujeito universal (Furlin, 2012). A noção de experiência aborda a relação entre subjetividade, política, conhecimento e linguagem (Anzaldúa, 2000). Esta por sua vez pode apresentar-se, não apenas como uma fonte da saber, mas também, como um ponto de partida para uma outra prática acadêmica (Anzaldúa, 1999; Mohanty, 1991; Bach, 2010).

A teórica feminista Joan Scott (1999) inaugura um debate acerca do conceito de experiência em uma dimensão referenciada ao conhecimento teórico-político. A autora define experiência como "processos pelos quais sujeitos são criados" (Scott, 1999, p. 48), as situações e posições que são conferidas aos sujeitos ao longo de sua história. As críticas ao uso da categoria experiência tal qual proposto por Scott (1999) foram desenvolvidas, principalmente, as feministas da terceira onda. Estas feministas questionavam a redução da experiência como um evento simplesmente linguístico ou textual. Dentre estas, as feministas terceiro-mundistas têm discutido a relação entre experiência, política e ciência (Bach, 2010) e questionam a parcialidade do pensamento teórico das feministas brancas do sul. Para estas é preciso experiências situadas, de vozes múltiplas e diversas que proporcionem um conhecimento útil para pensar o passado, mas, principalmente, para redesenhar futuros (Bach, 2010). Bach (2010) propõe produzir suas teorias a partir da experiência de viver nas margens, no sul.

Assim, a proposta feminista de conhecimentos situados propõe novos significados sobre o que se considera conhecimento científico e outros sentidos à objetividade (Bach, 2010). É a partir da ideia de experiência como uma categoria analítica que se tem compreendido os processos de subjetivação do pesquisador e da pesquisadora, evidenciando como a posição de sujeito e as experiências distintas interferem na produção do conhecimento, Furlin (2012).

Identificar a experiência que existe por detrás da produção de saber, da construção de verdades e da prescrição de projetos de sociedade é também do que tratam os feminismos. Lançar luz à experiência é, sobretudo, conferir posição e materialidade ao poder. (Diniz, 2013, p.28)

Segundo Unger (2001), desde 1970 recorrentes críticas feministas são proferidas no que se refere à concepção universalista de ciência a partir de dois aspectos: o metodológico e o socioestrutural (Neves & Nogueira, 2005). Nos termos propostos, por Neves e Nogueira (2005) tanto os aspectos metodológicos quanto os sócio-estruturais tocaram um conjunto de

questões subjacentes à responsabilidade dos investigadores e investigadoras no exercício de uma investigação. Para estas autoras, a responsabilidade está diretamente relacionada com a reflexividade na produção científica.

Neves e Nogueira (2005), citando Jonathan Potter, enfatizam a importância da reflexividade para a produção científica do conhecimento em uma ótica feminista. Para os autores, a reflexividade se refere a um conjunto de questões que emergem quando se coloca em consideração a relação entre o conteúdo de uma investigação, os escritos e as ações dos investigadores (Neves & Nogueira, 2005). Nestes termos, a reflexividade é uma tentativa não ingênua de explicitar as relações de poder (Foucault, 2005) no processo investigativo, que se atenta às contingências históricas, políticas e sociais da produção do conhecimento (Ramazanoglu & Holland, 2002).

Uma análise reflexiva na produção científica reconhece que o conhecimento é emoldurado por quadros de referência sócio-políticos. A reflexividade "deve pretender acima de tudo analisar o impacto que esses quadros de referência têm na produção dos discursos científicos, quer junto da comunidade científica, quer na cultura popular (Hammarström, 1999)" (Neves & Nogueira, 2005, p.411).

Cunha (2011) e França (2013) recorrem ao termo "autorreflexividade" para enfatizar a centralidade do lugar da experiência, tanto no que se refere às contingências quanto no que se relaciona à dimensão biográfica na construção do conhecimento. O sujeito epistêmico reflete sobre si, sobre o conhecimento produzido e a relação entre os dois fatores. No mesmo caminho, Neves e Nogueira (2005) afirmam a importância da reflexividade para a construção de uma consciência no que se refere ao envolvimento pessoal do investigador e da investigadora na pesquisa (Neves & Nogueira, 2005).

Haraway (1995) discorre sobre a objetividade e o faz em relação à posição do sujeito cognoscente, sendo esta uma alternativa ao positivismo e ao relativismo, em uma proposta de um conhecimento localizado. Os saberes localizados sempre são parciais e incompletos. A produção científica neste prisma é a resultante de uma conversa não ingênua entre sujeito cognoscente e pesquisada ou pesquisado (Santos, 1995). Em outras palavras, o pesquisador ou a pesquisadora deve se manter sensível às dinâmicas de poder, explicitá-las e tornar o conhecimento e aberto a contestações (Santos, 1995). Para Haraway (1995), o posicionamento do sujeito cognoscente é condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento científico relevante.

O posicionamento, tão recorrente nos textos feministas, ganha roupagem nas proposições de Haraway (1995). Para a autora, a experiência é motor para a construção de sentidos e significados, a sua inscrição no mundo real, no campo científico e político se dá na

experiência, e assumir uma postura ética diante de uma produção é antes de tudo localizar-se. É a partir do posicionamento que os códigos de inteligibilidade, solidariedade e antagonismos são postos na mesa e entram no jogo da produção científica (Diniz, 2013). As posições ocupadas por mim na disputa por regimes de verdades não foram vistas fora de um campo de poder. Nesse sentido, as categorias de gênero, raça, origem e orientação sexual importam (Diniz, 2013), evidenciando que o conhecimento está intimamente vinculado com a biografia e a experiência pessoal de vida do sujeito epistêmico (Bach, 2010).

Assim como França (2013), optei por uma narrativa pessoal, em primeira pessoa, de maneira a incorporar minha história e minha produção, implicando-me como sujeito de análise. Com o intuito de "contribuir para a construção de uma ciência responsável, criativa e inovadora, que congrega diferentes níveis de análise" (França, 2013, p15). Assim, o que quero dizer é que o meu corpo me inscreveu numa experiência específica que não foi negligenciada na construção dos argumentos deste texto. Ao analisar a produção de bell hooks e Gloria Anzaldúa, partilhava da experiência racial como mulher negra e da experiência do lugar de mulher não heterossexual, o que resultou em um "entre lugares". Foi a partir do meu corpo que experimentei as dinâmicas de poder, os privilégios, as subalternizações, violações e construí e percebi resistências e sentidos (Diniz, 2013). Foi a partir dele que me recusei ao lugar de vítima, parafraseando hooks (1995), e fui delineando uma posição feminista e reconhecendo as posições de hooks e Anzaldúa.

Assim, a experiência, o posicionamento e a reflexividade foram elementos de fundamental importância para a construção deste estudo. Perguntar a Bell Hooks e Gloria Anzaldúa como elas fizeram ciência, resultou também em me perguntar sobre como eu produzo minha intelectualidade. Em outras palavras, como vou estabelecer uma relação com estas autoras que resulte em uma produção científica de verdade.

Dedicar-me exaustivamente em uma discussão epistemológica tem a ver com a busca por um reconhecimento do meu trabalho como uma prática teórica do feminismo. Assim, espero o reconhecimento científico de uma dissertação no campo acadêmico político dos feminismos e sobre eles.

3.3 Procedimentos metodológicos: Dos caminhos da pesquisa

Não há um consenso no que se refere à proposição de um "outro" método, o que há é a partir de quais lentes vamos escolher os métodos, analisar os dados e realizar os procedimentos. Assim o problema que se revelou, a partir da afirmativa do referencial teórico

feminista, local, parcial, do sul e das margens, foi o de como meu estudo contribui para que as intelectuais pesquisadas falassem. Sendo mais pragmática a questão foi qual ou quais procedimento/s metodológico/s permitiriam uma interação teórica onde se "fale com" e "não falar por". O que esteve em voga foram os procedimentos de investigação. Já que o como fazer, nesta proposta feminista, não está dado.

Este questionamento me lançou no difícil exercício de combinar minha pergunta de pesquisa a uma técnica acadêmica. Eu sabia que a escolha do objeto, de que maneira seria abordado, com quais instituições científicas ele se filiaria; os instrumentos e recursos utilizados não eram, simples escolhas científicas (Bourdieu, 1983), mas, certamente, estavam permeadas pelos efeitos de uma luta de poder no campo específico feminista.

O caminho aos poucos foi se desenhando, primeiramente pensei em entrevistas mulheres acadêmicas do campo das ciências sociais e humanas, em seguida pensei em analisar as produções de teóricas latinas e por fim realizei análise de dois textos traduzidos e re-publicados em uma revista de grande circulação no meio acadêmico feminista no Brasil. Foram elas as escritoras feministas que integram a terceira onda do movimento feminista: bell hooks e Gloria Anzaldúa.

Mas por que elas? Por que estas autoras? Eu poderia dizer que as escolhi por que são intelectuais de renome científico e de expressão no meio teórico feminista; ou por que são teóricas que contribuíram para o pensamento sobre o poder de enunciação de mulheres na ciência; e ainda, por que foram mulheres que realizaram pesquisas, escreveram artigos acadêmicos, publicaram livros e capítulos de livros, atuaram em sala de aula, passando, supostamente por todas as tarefas de uma acadêmica. Mas infelizmente não sei dizer, exatamente, nem por que e nem quando as escolhi, mas tenho algumas hipóteses. Não sei se foi antes ou depois de encontrar um tema de investigação, acredito que eu tenha me encontrado em seus escritos e um problema de pesquisa tenha se desenhado. Minha inquietação científica emergiu depois de muitos meses de leitura sobre a subalternidade e de uma profunda imersão no campo de estudos sobre mulheres e ciência, eu queria saber se as mulheres na ciência podiam falar. Talvez hooks e Anzaldúa tenham se tornado alvo do meu interesse acadêmico por que elas tornaram o campo científico mais palatável para mim. Complexificaram o meu olhar sobre a ciência e me fizeram passear pelas relações de poder imbricadas na produção de conhecimento.

Um impulsionador para a minha escolha por Anzaldúa foram as reflexões sobre a invisibilidade de mulheres de cor e mulheres, mulheres latinas e mulheres não heterossexuais na produção literária e acadêmica, e a constatação de que nós mulheres latinas, poucas vezes, dialogamos com outras teóricas também latinas. No que tange a escolha de bell hooks ela se

deu após leituras iniciais sobre o feminismo negro e o racismo científico. Ela que tinha contribuído para o meu caminho no escuro universo das (des)igualdades científicas. Foi inspirada por uma pergunta de bell hooks sobre os nomes que vêm à cabeça quando pensamos intelectuais que me perguntei: quais teóricas mulheres me vêm à minha cabeça? E quais destas tematizam questões ligadas à raça, classe, gênero e sexualidade? Me coloquei a pensar estas referências e me deparei com ausências e, depois de hesitar, pensar e pensar, mais uma ou duas teóricas feministas me vieram à mente. E ao me deparar com a resposta para a minha pergunta, outras começaram a ecoar: será que sou eu que não consigo me lembrar? Meus recursos estão limitados? Será que elas não existem? A ciência produz invisíveis no seu interior? Estas perguntas começaram a ecoar e me conduziram a estas "outras" da ciência. Foi, então, que me vi com duas "Glorias": Gloria Anzaldúa e Gloria Watkins (bell hooks).

Neste contexto os tópicos a seguir visam apresentar uma caracterização¹⁸ das autoras a partir da apresentação da trajetória pessoal e do processo de formação das duas intelectuais negras. Segue de uma apresentação de similaridades e distanciamentos entre as autoras no que se refere a vida familiar, as proposições teóricas e trajetórias como intelectual negra. E finaliza com o percurso analítico dos textos assim como uma contextualização das produções analisadas nesta investigação se tentando para os principais pontos trabalhados pela autora tendo atentar para os contextos familiares, sociais, culturais e históricos.

¹⁸ Os dados biográficos tanto de bell hooks quanto de Gloria Anzaldúa utilizados para compor este capítulo foram retirados de pequenas fontes biográficas. Varias das produções das intelectuais apresentam trechos autobiográficos, já que, estas escrevem baseados em suas experiências. Entretanto, levando em consideração que as escolhas realizadas por elas para a composição de textos autobiográficos ao mesmo tempo em que incluem dados que podem ser considerados neste trabalho, também excluí outros tantos dados relevantes, o me conduz para buscar outras fontes de pesquisa além desta. Por esse motivo, outras informações oriundas de pequenas biografias ou de textos críticos escritos por outros autores sobre hooks e Anzaldúa são igualmente importantes para este texto.

3.3.1 Não sou eu uma mulher? : Gloria Jean Watkins - bell hooks (1952 -)



I believe that this nation can only heal from the wounds of racism if we all begin to love blackness. And by that I don't mean that we love only that which is best within us, but that we're also able to love that which is faltering, which is wounded, which is contradictory, incomplete¹⁹.

bell hooks

Figura 1: bell hooks

Bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins, nasceu em 25 de setembro de 1952, em Hopkinsville – Kentucky nos Estados Unidos da América. De família numerosa, pai, mãe, cinco irmãs e um irmão, Gloria viveu a infância e a adolescência em uma comunidade segregada do sul-americano (hooks, 2014). Rosa Bell Watkins era uma mãe dona-de-casa que passava a maior parte do tempo envolvida com os afazeres domésticos e com o cuidado dos sete filhos, e de modo ocasional, trabalhava fora a fim de aumentar a renda da família (hooks, 1995). Veodis Watkins, seu pai foi vigia nos correios da cidade, e recebia inicialmente um salário menor que o dos brancos na mesma função. Veodis estava exposto ao racismo institucional em uma divisão salarial injusta assim como o racismo cotidiano (Clímaco, 2009).

Segundo Clímaco (2009), a família Watkins era um exemplo de família nuclear negra bem sucedida, argumento utilizado por Rosa nos momentos de conflito familiar e revolta dos filhos com a figura paterna, distante e violenta. Como numa permuta a Sra. Watkins lembrava aos filhos que o pai foi um homem corajoso e dedicado por aguentar as péssimas condições de trabalho, em grande medida pela vivência do racismo, para sustentar a família, o que o deixava agitado e constantemente nervoso. Seu pai representava a opressão feroz que mais tarde Gloria iria associar às consequências do patriarcado (Clímaco, 2009).

Hooks (1989) viu na leitura e na escrita a possibilidade de escapar de uma tumultuada vida em família. Gloria Watkins desenvolveu um amor pela palavra, que parecia ter um poder curativo, e permitia que ela se tornasse sujeito, mesmo que em um silêncio da voz falada,

¹⁹ Eu acredito que esta nação só pode curar das feridas do racismo se todos nós começarmos a amar a "Blackness". E por que eu não quero dizer que só o que é melhor dentro de nós, mas que também somos capazes de amar o que é vacilante, que está ferido, o que é contraditório, incompleto. (Tradução nossa)

através da leitura e da escrita, desenvolveu um pensamento crítico que lhe foi bastante negado no espaço familiar (hooks, 1995).

Na infância, estudou em escolas públicas destinadas a negras e negros, pois os EUA ainda estava submetido ao regime de segregação racial. Assim, hooks, nos primeiros anos, foi educada em instituições públicas da região onde vivia (hooks, 1993). Na adolescência, foi transferida para Hopkinsville da High School, uma escola integrada, o que resultou em um choque, já que, ao contrário da escola anterior, o corpo docente e discente era, predominantemente, branco (hooks, 1995).

Bell hooks iniciou sua carreira literária aos dezenove anos ao escrever a coletânea de poemas intitulada *And There We Wept: Poems*, no que trabalhou durante anos, e em 1978 publicou, enquanto ainda estudante de graduação na Universidade de Stanford (hooks, 1978). Esta coleção de poemas foi a primeira vez em que Gloria Jean Watkins adotou o pseudônimo de bell hooks. Gloria escolheu assinar suas obras em uma homenagem à sua avó, Bell Hooks (1989). Para hooks (1989), Gloria não poderia ser uma escritora, principalmente de livros feministas, ela havia aprendido durante toda a sua infância a ficar em silêncio, a parecer inteligente, mas não muito, pois poderia ser castigada em contrapartida, bell hooks "poderia escrever livros feministas e ter uma voz" (hooks, 1989, p. 162), ela podia ser livre.

Segundo Ribeiro (2013) Gloria Jean Watkins tornou-se bell hooks a fim de rebelar-se contra injustiças sociais e familiares, travando uma luta contra as opressões as quais as mulheres negras são submetidas. O pseudônimo de sua avó resulta na criação de um outro ligado a suas antepassadas, que desafiaram a sociedade por sua necessidade de conseguir falar. O seu nome é uma forma de resgatar sua história e a autoridade espiritual de algumas mulheres em sua comunidade. Esta parece ter sido mais uma maneira de reconhecer a contribuição de "suas mulheres" na própria história e na história de outras mulheres negras (hooks, 1993). Sobre a escolha do seu nome, acrescenta:

(...) I chose the name bell hooks because it was a family name, because it had as strong sound. Throughout childhood, this name was used to speak to the memory of a strong woman, a woman who spoke her mind. Then in the segregated world of our black community-strong woman was someone able to make her own way in this world, a woman who possessed traits often associated only with men-she would kill for family and honor - she would do whatever was necessary to survive-she would be true to her word. Claiming this name was a way to link my voice to an ancestral legacy of woman speaking of woman of power²⁰. (hooks, 1989, p. 161)

O pseudônimo é grafado em letras minúsculas, primeiramente para distinguir bell hooks de sua avó Bell Hooks, e em segundo lugar, para indicar a importância do texto e não da biografia da autora ou do autor. Em outras palavras, hooks:

(...) assina suas obras em minúsculo e requer suas referências tal e qual, com o argumento de que ela mesma não se reduz a um nome e seus textos não devem ser lidos em função deste nome. (Pinto, 2008, p.2)

No que se refere a sua formação acadêmica, hooks graduou-se em inglês em 1973 na Universidade de Stanford. Depois de receber seu diploma de bacharel, hooks deu continuidade aos seus estudos na Universidade de Wisconsin em Madison onde tornou-se mestre em inglês no ano de 1976. Em 1983 concluiu seu doutoramento também em inglês na Universidade da Califórnia em Santa Cruz, após a defesa da tese sobre o escritor romancista Toni Morrison (Berea College, 2013).

Durante todo o seu percurso de graduação acadêmica, hooks lecionou inglês, literatura, estudos afro-americanos, estudos de Literatura Americana, Estudos da Mulher, entre outras, em diferentes instituições ao longo da Costa Oeste, na Universidade da Sul da Califórnia, na Universidade de São Francisco, faculdades, na Universidade de Yale, no Oberlin College (hooks, 1995).

Hooks apresenta, em suas obras, diálogos com diversos pensadores latino-americanos e africanos como o revolucionário ganês Kwame Nkrumah, o guineense Amílcar Cabral, o teólogo da libertação peruano Gustavo Gutiérrez e o pedagogo brasileiro Paulo Freire (Clímaco, 2009). O que pode evidenciar que ela não apenas produz sujeitos fora do centro intelectual contemporâneo, mas também interage com eles em suas produções.

Hooks dedicou esforços na investigação da participação de mulheres negras afro-americanas no movimento feminista *mainstream*, o que resultou em vários livros e capítulos de livros como, por exemplo: *Ain't I a Woman?: Black Women and Feminism*, *Feminist Theory: From Margin to Center*²¹, e *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Provocada pela percepção da ausência de mulheres de cor nos estudos das mulheres, hooks (1981) desenvolve um estudo onde afirma que o que se desenhava no âmbito do Movimento Feminista era a pouca participação de mulheres não brancas em seu âmbito político e científico. É certo que esta não foi uma constatação nova, outras influentes autoras de cor como Audre Lord, Angela Davis e Gloria Anzaldúa (Clímaco, 2009) denunciaram a

²¹ Teoria Feminista: De Margem ao Centro (1984). (Tradução Nossa)

dominância das mulheres brancas no movimento feminista, o que resultava em uma concentração de esforços, principalmente, sobre a situação do grupo de brancos. A sua contribuição neste tema foi à afirmativa de que as mulheres brancas das classes alta e média que integravam o Movimento Feminista tinham pouca ou nenhuma preocupação com as questões referentes às mulheres de cor (hooks, 1981). Ela afirma a importância do ativismo das donas de casa brancas, mas pondera que a maior parte das mulheres estadunidenses lutava por questões mais urgentes do que a carreira e oportunidades de emprego iguais entre homens e mulheres. As mulheres negras e pobres lutavam, entre outras questões, por sobrevivência econômica e contra a discriminação étnica e racial (hooks, 1984).

Hooks (1984) investiga as opressões sob as quais as mulheres de cor têm sofrido desde a escravidão. Para ela, a dominação é a raiz do racismo, classismo e sexismo. Afirma, ainda, que o feminismo tradicional está interessado em levantar apenas as mulheres brancas até o nível dos homens brancos (hooks, 1984). Interessa-se, também, pelo impacto das estruturas sociais sexistas e racistas sobre a própria história e sobre a história das mulheres negras e identifica uma rede de capitalismo, o patriarcado, e ideologias de supremacia branca que se apoiam (hooks, 1981). Vale ressaltar que bell hooks (1989) combina sua experiência pessoal de uma mulher americana negra do sul com as teorias feministas e que sua análise não descarta as perspectivas feministas, ao contrário, mostra como pode ser útil para avaliar a posição entre mulheres na sociedade americana. Mas enfatiza a diferença que marca a participação de mulheres negras e mulheres brancas na construção de demandas políticas no Movimento Feminista, ela examina, também, a relação de apatia que muitas feministas brancas demonstravam ao tratar as questões de raça de forma interseccional com as questões de gênero. De acordo com hooks, a igualdade real só pode ser adquirida se o sistema hierárquico for derrubado.

Por acreditar que o sistema educacional perpetua e corrobora para o sistema hierárquico social, hooks (1994) torna a educação outro foco de interesse durante seu percurso acadêmico-político. E é quando escreve *Teaching to Transgress: Education As the Practice of Freedom* onde afirma que a verdadeira liberdade só pode ser obtida com um sistema de ensino gratuito e de qualidade. E argumenta que, embora a dinâmica da sala de aula possa ser usada para estabelecer relações de subserviência à opressão das salas de aula, também pode ser usada de maneira transgressiva, a fim de criar um corpo emancipado e engajado de alunos e professores. O ensino é apresentado como pertencendo a um duplo: a socialização ou a emancipação. Nesta mesma direção do conhecimento como prática libertadora, hooks (1999) lança *Remembered Rapture: The Writer at Work* onde fala sobre os embaraços da escrita e da

complexidade deste exercício para as mulheres negras e do direito ao espaço da escrita como um lugar de fala. Para tanto, discorre sobre sua origem sulista e de como aprendeu o poder da palavra escrita e da importância de falar o que pensa (hooks, 1999). Nesses escritos fica marcada a sua paixão pelas palavras, ela celebra a alfabetização, as alegrias da leitura e da escrita, o poder duradouro do livro.

Na perspectiva de aliar prática acadêmica, prática política e social, bell hooks (1993) organizou um grupo de apoio para mulheres negras que nomeou de Sisters of the Yam, grupo este, que mais tarde, ela usou de inspiração para a escrita de um livro com o mesmo nome do grupo onde enfatizava a importância da irmandade entre mulheres negras. A irmandade e/ou solidariedade são temas recorrentes em suas produções. Para hooks (2005) a irmandade é uma categoria importante na produção de agenciamento e de transformação.

Bell hooks (2000) defendeu, também, a solidariedade entre os sexos, as raças e as classes, buscando combater o imaginário de que o feminismo é um movimento contra os homens, afirmando que o feminismo é uma organização de pessoas que visam acabar com o sexismo, com a exploração sexista, o racismo e o classismo. Para ela os sentimentos antimasculinos não devem fazer parte da ideologia feminista e a libertação das mulheres é também a libertação dos homens, sendo assim, é também papel dos homens confrontar, opor-se, e transformar o sexismo (Clímaco, 2009).

Em publicações mais recentes hooks (2004) se atenta à produção da masculinidade de homens negros. Os escritos versam em torno das relações de hooks com os homens que ela amou e/ou ama. A partir destes envolvimento, ela desenvolve análises em um horizonte histórico e político (Clímaco, 2009) além de investigar a relação entre a produção da masculinidade, o patriarcado e o machismo. Nestes escritos, ela afirma diferenças entre negros e brancos e aponta para a percepção de isolamento e carência de qualquer sentido de solidariedade de grupo.

A grande mídia foi outro alvo de várias reflexões, principalmente, no que se refere às consequências sociais, políticas, econômicas e acadêmicas da construção de imaginários negativos das negras e dos afro-americanos na mídia e como estes prejudicaram as mulheres afro-americanas. Tema abordado em várias obras, como *Reel to Real: Race, Sex, and Class at the Movies* (1996), *Black Looks: Race and Representation* (1992).

Bell hooks se transformou em uma ativista social americana, feminista, escritora e intelectual. Suas produções têm abordado temáticas de gênero, raça, sexualidade, classe, o patriarcado, masculinidade de homens negros, ciência e feminismo, investigando o modo

como estes fatores se relacionam para a perpetuação e produção de sistemas de opressão e dominação das mulheres. Ela examina as opressões sistemáticas a qual as mulheres negras estão submetidas em diferentes instâncias sociais com o objetivo de uma política libertadora. Hooks aborda, também, as tensões entre as mulheres negras e as mulheres brancas no movimento feminista e analisa a forma como os meios de comunicação e da cultura popular retratam os afro-americanos.

Bell hooks oscila entre diferentes formas e tons de escrita. Esta versatilidade é fruto de sua preocupação com a acessibilidade de sua escrita. Para ela, a sua escrita se destina a todos, o que exigiu dela tornar o seu trabalho acessível e inteligível para não acadêmicos ou intelectuais. Além disso, hooks passou a recitar poesias, dar palestras e ler seus textos em locais abertos e escrever para revistas tradicionais (hooks, 2000).

Consciente da injustificável restrição do mundo acadêmico e a partir de uma interpelação de uma normativa que regia a produção científica literária teve seus escritos marcados pela experiência, sendo esta uma categoria de análise. Com um acento ensaístico e biográfico publicou textos poéticos, religiosos, biográficos, sobre "pedagogia engajada" e para crianças. Atualmente publicou livros sobre o amor e a cultura da paz (Clímaco, 2009).

Atualmente bell hooks continua a lecionar na Berea College em Kentucky (Berea College, 2013). Embora tenha publicado de forma numerosa em revistas acadêmicas, escrito livros traduzidos para diversos idiomas, sido professora em universidades de prestígio, e ainda hoje lecione, bell hooks nega o título de acadêmica, já que, para ela esta posição implica em uma restrição do pensar (Clímaco, 2009).

3.3.2 “La mestiza”: Gloria Evangelina Anzaldúa (1942 - 2003)



Figura 2: Gloria Evangelina Anzaldúa

Tuve que abandonar el hogar para poder encontrarme a mí misma, encontrar mi propia naturaleza intrínseca, enterrada bajo la personalidad que me había sido impuesta²².

Gloria Anzaldúa

Gloria Evangelina Anzaldúa foi uma escritora e teórica cultural versátil. Publicou poesia, ensaios teóricos, contos, narrativas autobiográficas, entrevistas e antologias de vários gêneros (Rees & Pinto, 2012). Foi uma das primeiras autoras norte-americanas, de origem mexicana, assumidamente lésbica. Teve considerável relevância na redefinição de identidades *chicanas*, lésbicas, negra, e *queer* e desempenhou um papel importante no desenvolvimento de um movimento feminista, no plural.

Feminista, lésbica, chicana²³ e de origem mestiça Gloria Evelina Anzaldúa nasceu em 26 de setembro de 1942, em Vale do Rio Grande, na zona rural do Texas, bem próxima à fronteira entre Estados Unidos e México, filha dos imigrantes mexicanos, Urbano e Amália Anzaldúa, Gloria era primogênita de quatro irmãos (Dahms, 2012).

Durante a infância e adolescência, Gloria trabalhou, juntamente com os seus pais e irmãos, em lavouras do setor agrícola, especialmente com a coleta de algodão (Reuman & Anzaldúa, 2000). Anzaldúa cursou o ensino médio apesar do racismo, sexismo e outras formas de opressão que experimentou nas escolas texanas, concluiu seus estudos iniciais na Edinburg High School em 1962 (Reuman & Anzaldúa, 2000).

Conhecida por sua rebeldia e vontade própria, Gloria, por muitas vezes, se sentia restrita à cultura chicana que se impunha em sua casa e na vida tradicional de sua comunidade, principalmente no que se refere aos papéis de gênero, Anzaldúa descobriu a leitura (Dahms, 2012). Ler se tornou o seu escape, os instantes no dia que era permitido ser o que desejava de si mesma (Anzaldúa, 2000, 2004; Dahms, 2012).

²² Eu tive que sair de casa para me encontrar, encontrar meu próprio natureza intrínseca enterrado sob a personalidade que havia sido imposta em mim.(Tradução nossa)

²³ A expressão se refere a mistura entre a cultura mexicana e a norte-americana, muito característico da zona fronteira entre os Estados Unidos da América e o México.

Anzaldúa tinha repulsa de tudo que era imposto, prezava pela liberdade, odiava se sentir impedida e se mostrava arredia sempre que falavam por ela. A través da fala e da escrita construiu sua liberdade, sua identidade, seu modo de ser e de pensar (Anzaldúa, 2004). Gloria (2004) relata que não havia nada nela que era aprovado por sua cultura, ela passava horas estudando, pintando, escrevendo ou lendo enquanto as outras jovens aprendiam as tarefas de casa.

En lugar de planchar las camisas de mis hermanos pequeños o de limpiar los armarios, pasaba largas horas estudiando, leyendo, pintando, escribiendo. Cada pedacito de confianza en mí misma que laboriosamente lograba reunir, recibía una paliza diaria. No había nada de mí que mi cultura aprobara. Había agarrado malos pasos. Something was “wrong” with me. Estaba más allá de la tradición²⁴. (Anzaldúa, 2004, p.72)

Sobre sua vida acadêmica, Gloria recebeu seu diploma em 1969 em Inglês pela Pan American University. Pós graduou-se em Inglês e Educação na University of Texas at Austin, no ano de 1972. No ano de 1988 iniciou-se no programa de Ph.D. em literatura na University of California, Santa Cruz, para a obtenção de um novo título, chegou a dar início à escrita de sua tese, que naquele momento foi intitulada *Lloronas-Women Who Wail: (Self)Representation and the Production of Writing, Knowledge, and Identity* onde discorria sobre a escrita, a produção de conhecimento, as identidades, assim como a resistência e agência dos sujeitos, mas não chegou a concluí-la (Dahms, 2012).

Anzaldúa lecionou na pré-escola, em classes de educação especial e ensino médio, se manteve envolvida em programas de educação para os filhos dos trabalhadores migrantes. Também trabalhou com uma variedade de grupos políticos, incluindo trabalhadores rurais e organizações feministas. Além de uma grande variedade de alunos e alunas.

Lecionou disciplinas sobre mulheres de origem mexicana, o feminismo, os estudos chicanos e escrita criativa em várias universidades, dentre elas: a San Francisco State University, a Universidade da Califórnia em Santa Cruz, a Florida Atlantic University, a Universidade do Texas em Austin e Vermont College of Norwich University.

Gloria não se encaixava em estereótipos, tinha dificuldade de ser uma coisa só, a maneira única de ser vinha da multiplicidade de lugares onde estava. A ruptura com uma identidade fixa na vida se tornou combustível para a sua escrita. Anzaldúa se preocupou com a articulação de uma identidade "*mestiça*", uma identidade caracterizada por hibridismo, flexibilidade e pluralidade. O sentimento fronteiriço vivenciado na vida pessoal foi

²⁴ Em vez de passar camisas meus irmãozinhos ou limpar armários, passava longas horas estudando, lendo, pintando, escrevendo. Cada pedaço de confiança em mim mesmo que eu poderia coletar laboriosamente, recebi uma surra diária. Não havia nada em mim que a minha cultura aprovava. Ele tinha dado passos errados. Alguma coisa estava "errada" comigo. Fui além da tradição. (Tradução nossa)

materializado em seus escritos através da publicação de *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* de Gloria Anzaldúa (1987). Neste livro a autora caminha um pouco mais além das categorizações tradicionais e explicita a multiplicidade de jeitos de se identificar como mulher. Anzaldúa denuncia a binaridade da sociedade e amplia as fronteiras identitárias. Esta não é uma leitura fácil, exige do leitor ou da leitora o domínio de, no mínimo, dois idiomas, o inglês e o espanhol.

Ao buscar literatura para o curso "The Mexican-American Woman/ La Mujer Chicana", Anzaldúa se deparou com um número ínfimo de publicações sobre mulheres de cor americanas, assim como, escassas produções de autoria de mulheres que assim se declaram. Esta constatação foi mais um impulso para a tomada de decisão de editar a coletânea nomeada, *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (1981) e que contava com a participação de inúmeras feministas de cor (Dahms, 2012).

O direito à escrita foi bastante trabalhado por Anzaldúa, principalmente no que se refere à escrita de mulheres negras. Para ela, as letras são uma forma de expressão. Anzaldúa (2000) fala sobre os impedimentos da escrita para alguns, de forma literal e metafórica. De forma literal se atenta à dificuldade de algumas mulheres de lidarem com as letras, já que foram culturalmente criadas para não dominá-las, pois isso era tarefa masculina, era parte de um mundo restrito aos homens e negado às mulheres, o mundo público. De maneira metafórica ela diz da não compreensão da escrita destas mesmas mulheres, elas falam em línguas.

Gloria (1990) atentou-se para a relação entre racismo, gênero e militância, principalmente, no âmbito do movimento feminista. Assim, discorreu sobre a vivência do racismo no movimento feminista, mais uma vez de maneira bastante pessoal. O livro *Making Face, Making Soul/Haciendo Caras*, Anzaldúa (1990), demonstra ser um esforço em publicizar a fala de mulheres negras e exige que a fala resulte em escuta. Fica evidente o desejo de que a teoria feminista ande de mãos dadas com as distintas vivências de diferentes mulheres. Anzaldúa enfatiza a necessidade de construir teorias que permitam interpretar o mundo e que abarque toda sua complexidade para que todos e todas existam.

Durante toda sua vida como escritora deu muitas entrevistas, o que resultou na publicação de uma coletânea nos anos 2000 intitulada *Interviews/Entrevistas* (2002), em parceria com Ana Louise Keating. A coletânea incluiu entrevistas selecionadas do começo da década de 1980 até o final da década de 1990.

Em *La prieta* assim como em outras de suas obras, Gloria Anzaldúa escreve sobre si, significa a própria identidade chicana, se encontra na fronteira entre lugares, desejos e posições. Em seu único romance, Anzaldúa afirma:

Piensa en mí como Shiva, con un cuerpo de muchos brazos y piernas con un pie en la tierra color café, otro en lo blanco, otro en la sociedad heterosexual, otro en el mundo gay, otro en el mundo de los hombres, de las mujeres, un brazo en la clase obrera, los mundos socialistas y ocultos²⁵. (Anzaldúa, 2006, p. 165)

Durante sua vida, Anzaldúa recebeu inúmeros prêmios por seu trabalho: como o American Book da Fundação Before Columbus, o prêmio Lambda Lesbian Small Book Press, o Prêmio de Ficção NEA (National Endowment for the Arts), o prêmio Lesbian Rights, e o prêmio Lifetime Achievement da Associação de Estudos Americanos entre outros (Costa, 2004).

Entre as parcerias e influências estão Cherríe Moraga, Teresa de Lauretis, bell hooks, Patricia, Ana Castillo, Norma Alarcon, Norma Alarcon, Audre Lorde, Aurora Levins Morales, Beverly Smith.

Seu trabalho é múltiplo, apresenta publicações *mainstream*, revistas, entrevistas, poemas e livros. Os escritos de Gloria Anzaldúa transitam entre Inglês e Espanhol ao mesmo tempo, para convergi-los em um idioma. Para Anzaldúa é necessário viver na fronteira, ela não está falando de fronteiras intransponíveis, mas, justamente, do encontro de culturas e desejos que constituem cada um de nós como sujeitos únicos. Desta forma, sua narrativa literária expressa a luta contra hegemônica, segundo ela, q limita as possibilidades de ser e de estar no mundo e, conseqüentemente, na ciência. Anzaldúa questiona estereótipos com base na raça, sexo, nacionalidade e orientação sexual.

Ela acreditava que a linguagem e a identidade são indissociáveis. Gloria deixa claro que a linguagem também é uma fronteira, transitando entre pontos de vista e até mesmo idiomas. Anzaldúa se expõe, explora as suas múltiplas identidades, tais como: a feminista, a lésbica e a Chicana (Costa & Ávila, 2005).

A multiplicidade de formas de escrita de Anzaldúa parece ser uma forma de falar para múltiplos ouvintes. Além de combater a ideia de que as mulheres não estão nas ciências, nas artes e na literatura. Com seus escritos contribuiu na dinâmica de poder para a legitimação da fala de mulheres de cor.

Anzaldúa (1991) apresenta importantes contribuições para estudos de gênero, estudos de chicano, teoria *queer* e escrita criativa. Para Anzaldúa, foi a noção de fronteira que

²⁵ Pense em mim como Shiva, um corpo com muitos braços e pernas, com um pé na terra da cor de café, outro em branco, outro na sociedade heterossexual, outro no mundo gay, outro no mundo dos homens, das mulheres, um braço sobre a classe trabalhadora, mundos socialistas e ocultos, (Tradução nossa)

contribuiu para o pensamento *queer* e para o feminismo da diferença (Lima & Anzaldúa, 2005).

Costa (2004), ao discorrer sobre o reduzido número de traduções dos textos de Anzaldúa sugere que o silêncio sobre suas publicações exige que se caminhe para a reflexão:

(...) sobre a geopolítica da tradução e os sistemas de exclusão que, em suas múltiplas interseções com os outros eixos da diferença – gênero, raça, classe, orientação sexual, etc. –, selecionam os textos que receberão visto de entrada e aqueles que permanecerão do outro lado da fronteira, desqualificados (Costa, 2004, p.14).

Esse pensamento reafirma a importância de uma investigação sobre as contribuições de Gloria para a ciência e para o pensamento feminista moderno.

3.3.3 Histórias de duas Intelectuais Negras: aproximações e distanciamentos

Acadêmicas, intelectuais, escritoras e feministas bell hooks e Gloria Anzaldúa contribuíram ativamente para a crítica feminista ao modelo científico cartesiano, denunciaram as opressões vividas pelas mulheres nas universidades, tanto como docentes quanto discentes, se posicionaram contra uma ciência que oculta o sujeito e propuseram um outro jeito de se produzir conhecimento científico relevante e comprometido com a sociedade. Enfim, gritam que a ciência é lugar de mulher, de mulher preta, de mulher lésbica, de mulher rural entre tantas outras.

Anzaldúa e hooks transformaram a escrita em um veículo para se alcançar a liberdade individual, para propor um outro mundo possível e para se construir enquanto sujeito político. A escrita, ou, em outras palavras, a fala foi, para essas autoras, a maneira de contribuir para a transformação de si em sujeito. Trazendo para a atualidade, a fala é uma estratégia de subjetivação, falar resulta em tornar-se sujeito e negar o *locus* de objeto.

As autoras acreditavam no poder transformador da linguagem e, para isso, transformaram a dor, muitas vezes, reconhecida como pertencente ao campo do privado, em energia pública. Acreditaram que o silêncio é fundamental para as práticas de dominação e a fala o meio de libertação. Seus escritos inspiram pensadoras e acadêmicas, assim como eu, ainda hoje. Hooks continua a produzir livros e outros escritos e mostra-se interessada em fazer a ponte entre o público e o privado.

Muito dos estudos sobre mulheres e ciência tecem as narrativas de intelectuais a partir da apresentação de alguns dos acontecimentos no âmbito da família – tais como: incentivos familiares, condição socioeconômica da família para o envio das mulheres para estudar em outros países, o matrimônio com colegas cientistas, entre outros – que configurariam em condições de possibilidade para a participação, o ingresso ou destaque de mulheres no campo da ciência não só no século XVII e XVIII, mas também no século XIX e ainda hoje (Melo, 2013; Santos, 2013; Varela, 2013), este não foi o caso das autoras aqui investigadas.

Para Gloria Evangelina Anzaldúa e Gloria Jean Watkins, estes fatores não contribuíram para suas inserções na ciência. Oriundas de famílias pobres e sem nenhuma referência de intelectuais entre seus antepassados, as "Glorias" traçaram um caminho distinto de um destino aparente. Como antecessores elas tinham ex-escravos. Apesar de 10 anos de diferença entre o nascimento de Anzaldúa e hooks, elas parecem ter vivido intensamente a força do patriarcado impressa nos valores familiares que estabeleceram semelhanças no sentimento de que a escrita não era coisa de mulher.

Como em muitos escritos da tradição do feminismo de cor – feminismo negro, latino-americano, chicano – as análises de hooks e Anzaldúa partem de uma lembrança autobiográfica não formal ou linear. Há um forte caráter dialógico e de responsabilidade de transformação social, que estão ligadas ao abandono de valores patriarcais, individualistas, racistas, segregacionistas e pós-coloniais.

Bell hooks e Gloria Anzaldúa atuaram, trabalham no campo das literaturas e realizaram intervenções que evidenciaram as dificuldades e dilemas de intelectuais negras no campo das ciências e do movimento feminista para serem reconhecidas. Ambas tiveram uma prática política-intelectual que as implicava na prática reflexiva e na construção de verdades de sua produção.

Vale ressaltar que, enquanto hooks propõe uma articulação entre gênero, raça e classe para a compreensão das desigualdades sociais, acadêmicas e políticas Anzaldúa discorre sobre uma identidade construída entre lugares, nem negra, nem mulher, uma consciência mestiça, apresentando-se, assim, um distanciamento entre elas. Anzaldúa se aproxima do que hoje entendemos como *queer* e hooks de uma perspectiva interseccional. As duas vão além de uma sobreposição de categorias sociais, mas suas afirmações identitárias marcam diferenças.

No que se refere ao diálogo científico-acadêmico, hooks busca, de forma consciente, construir uma epistemologia contra-hegemônica em que a experiência ganhe centralidade no processo reflexivo, ela não descarta os conhecimentos científicos vigentes, mas a partir dele propõe outro modo de pensar. Já Anzaldúa parece romper de forma irreconciliável com uma escrita baseada no conhecimento científico moderno.

O fato de escrever ou publicizar seu pensamento, não somente através do conhecimento acadêmico, parece ser algo em comum entre as duas autoras. O que deixa transparecer que elas não só questionam legitimidade de fala no campo científico, mas também desejam falar para todos e todas .

3.3.4 As estratégias de análise

Gastei longas horas à procura de "um campo para chamar de meu". Ao contrário de outros modelos de pesquisa, onde um campo empírico está presente, toda a relação que estabeleço com as teóricas está no plano da escrita. O diálogo estabelecido nesta investigação foi a resultante do que elas produzem e o que eu produzo a partir da leitura delas. É certo que gostaria de ouvi-las contar sobre a relação com a ciência, suas posições na mesma, até mesmo sobre o cotidiano acadêmico, sobre como elas escolhem os espaços de publicização do que produzem. Mas reconheço o campo da escrita como uma arena política e de disputas teóricas (Schmidt, 2004). A escrita tem sido um dos espaços onde a ciência reivindica legitimidade, constrói sentidos, onde diferentes campos de saber reivindicam sua especificidade. Lugar de "vozes marcadas por diferenças geográficas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, geracionais, convivem, dialogam, disputam e se intersectam, acentuando-se reciprocamente, em variações que muitas vezes nos escapam" (Schmidt, 2004, p.17).

O primeiro passo após o avassalador encontro com meus sujeitos de pesquisa foi o levantamento biográfico e bibliográfico das mesmas, o que resultou em uma melhor compreensão do caminho teórico das autoras. Conhecer a trajetória das autoras, contribuiu de forma significativa para a seleção das produções que tematizam as questões do feminismo e a escrita científica.

Nestes termos, a escolha por trabalhar com a produção de circulação no campo científico é justamente uma estratégia para que elas emergjam na cena ao longo da minha escrita, ao mesmo tempo em que o diálogo que eu estabeleço com elas, também. Investigar como elas "se apresentam", em outras palavras, se localizam em um diálogo com a comunidade científica, significando seus corpos e a ciência.

Após nomear os "porquês" de trabalhar, eu precisava definir quais seriam os textos-alvo das minhas análises. Nessa busca, encontrei poesias, cartas, capítulos de livro, livros, textos publicados em jornais, entrevistas que apontam para a multiplicidade da produção das autoras, mas os livros *Breaking Bread: Insurgent Black Intellectual Life* e *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, me tocaram de uma forma diferente. Eles

falavam justamente dos desafios da escrita, das barreiras impostas às mulheres negras. Outro motivo que me conduziu a estes escritos foi a existência de traduções para o português. Assim, associado ao tempo de uma dissertação e a acessibilidade que as traduções trazem, eu decidi investigar dois textos que compõem estes livros e que foram publicados na Revista Estudos Feministas: Intelectuais Negras de bell hooks e Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo de Gloria Anzaldúa.

Breaking Bread: Insurgent Black Intellectual Life foi escrito em parceria com o intelectual Cornel West, sendo o resultado do diálogo entre hooks e o crítico social americano Africano Cornel West. Nele eles discutem as associações entre raça, gênero, ciência, mídia e intelectualidade, onde o capítulo Black women intellectuals, que será analisado nesta dissertação, está inserido. O capítulo foi originalmente publicado em Boston, pela editora South End Press e traduzido por Marcos Santarrita e publicado pela revista Estudos Feministas no ano de 2000. Em Intelectuais Negras, hooks (2000) discorre sobre o trabalho intelectual de negros e negras, assim como sobre o compromisso que esta profissão deve ter com a transformação social. Propondo uma explicação para o trabalho dos intelectuais negros, utiliza, mais uma vez, a própria trajetória intelectual para analisar dinâmicas de violência e de discriminação às quais mulheres negras estão submetidas nas universidades. Estes escritos põe em evidência a importância do diálogo entre a experiência negra vivida e o pensamento crítico, o que permitiu que o conhecimento fosse interpretado como uma possibilidade de transgressão das fronteiras discursivas ligadas à ideologia do colonialismo.

Já o segundo texto Speaking in tongues: a letter to Third World women writers, de autoria de Gloria Anzaldúa, também analisado neste estudo, compõe o livro This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color, organizado por Anzaldúa em parceria com Cherrié Moraga e publicado em 1981. Nele Moraga e Anzaldúa discorrem sobre os atravessamentos de raça, classe, gênero e sexualidade com letras, poesias, contos, ensaios e obras de arte. O livro é uma tentativa de reunião de proposições de escritoras de cor que estão centradas nesta experiência, tais como: Norma Alarcon, Jo Carrillo, Ana Castillo, Audre Lorde, Aurora Levins Morales, Barbara Smith, Beverly Smith, entre outros. A reunião deixa claro o convite às feministas brancas para o estabelecimento de uma relação de solidariedade baseada na irmandade com as feministas de cor. Os textos se debruçam em uma profunda análise sobre a intolerância e a diferença no interior do movimento feminista. Falam abertamente sobre a hegemonia branca no interior do movimento e as desigualdades raciais que se reproduzem neste espaço. Em "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo", Anzaldúa escreve o capítulo no formato de uma carta dirigida às mulheres de cor. Discorre sobre os desafios da escrita e os "porquês" de mulheres negras e

lésbicas terem mais dificuldade de utilizar a escrita como forma de expressão de si. Vale acrescentar ainda que o falar em línguas tudo tem a ver com a impossibilidade de escuta. O falar em línguas se torna uma marca de Anzaldúa que, sem cerimônia, transita por idiomas distintos e identidades durante sua escrita. O capítulo foi um dos poucos textos da autora traduzidos para o português, o que aconteceu em 2000, sendo traduzido pela acadêmica Édna de Marco e publicado pela revista *Revista Estudos Feministas*.

Os textos foram lidos na versão original e nas traduções inúmeras vezes, sendo que as aproximações e os distanciamentos entre as autoras e o referencial teórico-metodológico utilizado me conduziram para a organização dos dados coletados em categorias de análise que versam em torno da posição de subalternidade e proposições epistemológicas que redesenham o "como, para que, e a partir de onde fazer ciência". Vale ressaltar que as produções acadêmicas das teóricas de Gloria e Bell foram aqui compreendidas como espaços pertencentes às esferas públicas, que ocupam lugar prestigiado de reconhecimento.

O meu percurso analítico foi marcado por uma abertura interpretativa. Nesse sentido, mais do que seguir "protocolos analíticos rígidos e pré-formatados" (Mendes, 2003, p.20) procurei seguir caminhos que favorecessem um "processo lento e estruturado, por sucessivas aproximações" (Mendes, 2003, p.20) e distanciamentos com os textos, sendo assim, li esses textos de forma exaustiva.

A partir de uma perspectiva de abordagem qualitativa de pesquisa (Goode & Hatt, 1969; Mendes, 2003; May, 2004), busquei analisar a produção científica das teóricas feministas no que se referia às tensões entre o fazer científico, à experiência e às posições de subalternidade. No percurso da análise, as tensões apresentadas pelo campo de pesquisa e o referencial teórico-metodológico escolhido resultaram na organização dos dados coletados em três categorias de análise.

3.3.5 As categorias analíticas

As categorias se delinearão na procura de uma possível resposta para a pergunta sobre a fala e o silêncio das mulheres na ciência, materializaram-se em três: (a) o sujeito enunciativo do conhecimento, (b) a concepção de ciência emersa das produções, (c) a relação entre experiência e produção de conhecimento.

A primeira categoria de análise do problema de pesquisa proposto, intitulada (a) sujeito enunciativo do conhecimento, compreende as reivindicações de fala de bell hooks e Gloria Anzaldúa e os argumentos destas em relação ao silêncio de mulheres negras, do sul e

lésbicas. A segunda, (b) concepção de ciência emersa das produções, versa em torno da crítica à produção textual que segue os modos científicos hegemônicos e em torno das proposições destas autoras para uma produção científica relevante. Por fim, a última categoria, (c) relação entre experiência e produção de conhecimento, compreende a relação entre escrita e experiência, assim como a proposta de uso da escrita como um espaço de produção de si.

É importante frisar que as análises se deram ao longo de todo o processo de imersão à minha pergunta de pesquisa. As categorias resultaram em análises que serão apresentadas de forma mais significativa no capítulo 4. Estas permitem compreender tanto a luta pelo direito à escrita que tem sido construída pelas autoras, como as formas de vínculos que têm sido estabelecidos ou desejados por mulheres que as invisibiliza, ou as desmotiva. Nesse sentido, apontam tanto para o reconhecimento da ciência como para um campo social que produz silenciamentos, autonomia e mudança social. No capítulo a seguir enfoco no diálogo entre os estudos subalternos, o pensamento feminista e as três categorias analíticas.

4. E QUANDO ELAS FALAM?: ENUNCIACÕES SOBRE UM CAMPO CIENTÍFICO INJUSTO

Como bem enuncia Spivak (2010) os que eram considerados sujeitos em todas as esferas públicas sempre foram os falantes, os que não estão emudecidos. Tantas outras autoras vão dizer que o falante foi, historicamente, o homem. Na ciência, isso não é diferente. Silenciadas, muitas mulheres, precisaram ou construir outras racionalidades para ousarem ocupar estes espaços designados aos falantes ou falar a língua do outro (Bhabha, 2005). Destas, como dito anteriormente, as mulheres negras e pobres ocupam, durante parte considerável do tempo, posições subalternas, segundo Spivak (2010). Outras características que podem resultar na subalternização do sujeito, certamente, poderiam ser acrescidas à negritude e à pobreza para complexificar o olhar sobre os produtores da e na ciência: lésbicas, latino-americanas, orientais e etc.

O que temos visto é que mesmo diante deste contexto que complexifica o olhar sobre as mulheres, alguns vão dizer que parece antiquado falar em subalternidade feminina na ciência, haja vista o número de mulheres que tem ocupado espaços como universidades, reitorias e prateleiras inteiras de grandes livrarias. Mas o que estou tratando é da constatação das hierarquias científicas que tem originado a inferiorização de uns em detrimento a valorização de outros. O que me guiou, juntamente com o pensamento feminista a duras críticas ao modelo científico hegemônico. As feministas questionam uma racionalidade machista a qual estava submetida à ciência e denunciam o "*ethos*" masculinista na ciência. Assim, as críticas feministas, como abordado no capítulo anterior, versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico. Foi neste complexo universo que me propus a pensar algumas produções de bell hooks e Gloria Anzaldúa.

Enfim chego ao momento crucial de uma dissertação, as análises. Não que eu não tenha desenvolvido um percurso analítico no processo de escrita, mas aqui estabeleço um diálogo, mais direto, com bell hooks e Gloria Anzaldúa. O que quero dizer é que as vozes delas estão mais presentes e a relação que eu estabeleci com seus textos estão postas de maneira mais explícita.

Vale lembrar que os textos alvos de minhas análises são: "Intelectuais Negras" de bell hooks e "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" de Gloria Anzaldúa. Ambos traduzidos para o português e publicados na Revista *Estudos Feministas*, em 2000 e 1995, respectivamente.

Na busca por tecer minhas reflexões a partir dos escritos destas autoras sobre a possibilidade de enunciação das mulheres na ciência, atentando-me às relações de subalternidade e de enfrentamento, elaborei três categorias analíticas, quais sejam: (a) o sujeito enunciativo do conhecimento, (b) a concepção de ciência emersa das produções, (c) a relação entre experiência e produção de conhecimento vivenciada por estas mulheres. Estas categorias estão diluídas ao longo dos tópicos que organizam a narrativa deste capítulo. Sendo mais específica, a categoria (a) de sujeito enunciativo do conhecimento, analisada nesta dissertação, resultou nos tópicos: i) Questionando a Categoria Mulher: Uma reflexão sobre o sujeito universal e Ser escritora, ser intelectual: uma fala posicionada. Já a categoria (b) a concepção de ciência emersa das produções derivou nos tópicos: i) Na contramão da neutralidade: Uma fala a partir da experiência e ii) Enunciações: por uma ciência local e parcial. Por fim, a categoria (c) relação entre experiência e produção de conhecimento foi o combustível para o último tópico: i) Tornar-se sujeito: a reivindicação da escrita como direito à fala.

A elaboração dessas categorias e suas interpretações são resultantes do meu diálogo com as autoras. Sinto que elas escreveram para mim, sobre mim, me revelaram e interpelaram. Nesse sentido, eu escrevo sobre minha interpretação dos escritos delas. Ao afirmar que o que posso analisar é a relação que estabeleço com as autoras, me aventuro na proposta de Spivak (2010) de uma ciência contra-hegemônia e não imperialista (Verçoza, 2012), já que a pensadora, ao se referir ao papel do intelectual/pesquisador, afirma que resta a ele falar por si e nunca representar outrem. Neste sentido não estou falando a partir delas, por elas, mas no diálogo com elas. Isso significa que meu olhar é guiado por minhas experiências e pressupostos analíticos, em outras palavras, minha experiência e o caminho reflexivo que traço neste estudo, ou seja, as discussões sobre a subalternidade, as mulheres e campo científico, metodológicas e epistemológicas.

Tendo em vista a centralidade desta trajetória do meu pensamento vale retomá-lo. Ele aponta para o reconhecimento da ciência como um campo injusto em que "batalhas" por legitimidade e reconhecimento se estabelecem. Neste, as mulheres, principalmente as que se encontram fora do centro – negras, latinas, lésbicas, do sul, terceiro-mundistas, entre outras – foram construídas e produzidas como subalternas e inferiores. Essa realidade implicou e implica numa ausência dessas mulheres na produção de verdades sobre a sociedade ou no não reconhecimento das verdades, por elas produzidas, como legítimas cientificamente. Em combate a esta máxima, as teóricas feministas propuseram uma outra proposta epistemológica baseada na tríade – reflexividade, posicionamento e criticidade. É esta tríade que guia meu diálogo com bell hooks e Gloria Anzaldúa.

As autoras caminham ao lado de uma ciência que denuncia as desigualdades sociais, que se revê e se interpela constantemente, se recusando a ouvir somente a língua do "colonizador", do outro. Para esse caminhar junto cada uma o fazem a sua maneira. Hooks interpela a universalidade do sujeito do conhecimento ao apresentar os efeitos de poder que a construção social da mulher negra tem na vivência da intelectualidade destas. Além da apresentação das vivências de preconceito e discriminação no espaço acadêmico. Nos meandros do texto o que fica evidente é que o sujeito universal é na verdade branco e homem. Enquanto Anzaldúa questiona, de forma implícita a neutralidade do conhecimento científico. Para ela é necessário uma produção que não esconda seu sujeito e que se faça a partir da experiência social. Ambas vão dizer da importância da experiência para a produção de um conhecimento socialmente engajado e relevante.

4.1 Questionando a Categoria Mulher: Uma reflexão sobre o sujeito universal

As discussões acerca do campo científico e a reivindicação ao reino da palavra por hooks e Anzaldúa trazem o questionamento sobre quem pode ser o sujeito do conhecimento. Mais especificamente questionam sobre a "criação" da mulher como categoria social excluída do reconhecimento de sujeito da produção científica. Hooks explicita que a ciência está ancorada em um sistema patriarcal, de supremacia masculina, onde a "vida da mente" (hooks, 1995, p.468) não cabe às mulheres. Nesses termos, o espaço científico é apresentado como um lugar da ausência (hooks, 1995), uma esfera do público negada às mulheres.

O efeito desta afirmativa é o reforço da separação entre o público e o privado. Sendo que às mulheres caberia o lugar do doméstico, do silêncio, fora dos espaços de poder e saber. Aos homens restariam decidir sobre a vida feminina e produzir conhecimento científico relevante. As mulheres associadas à natureza e os homens à racionalidade mantêm e reforçam hiatos entre quem pode ser sujeito do conhecimento e quem deve ser objeto do conhecimento. Aos homens, caberia representar as mulheres, e para as mulheres sobraria o *lócus* subalterno (Spivak, 2010), estabelecendo-se uma relação entre dominador e dominado.

Nesta perspectiva, ser homem ou ser mulher resulta em uma apropriação de significados materializados no corpo, através da incorporação de experiências sociais, históricas, linguísticas e, portanto, culturais e políticas. Os corpos masculinos e femininos são resultado da produção cultural e histórica.

A socialização sexista inicial que ensina as negras, e na verdade à maioria das mulheres, que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade (hooks, 1995, p.471)

Nesse sentido, a mulher é uma categoria discursiva, imersa em significados, sendo produto e efeito do poder e do saber (Nicholson, 2000). É importante reforçar que o que está em jogo é a construção social do corpo e suas resultantes no direito ou não de fala pública.

Hooks (1995) denuncia a vivência de lesões morais no seu trabalho intelectual, até então tidas como individual e privada, que passam a ser interpretadas como típicas de um grupo inteiro, podendo se tornar luta coletiva por reconhecimento (Honneth, 2003).

(...) o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma presença uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. (hooks, 1995, p.468)

A interdição das mulheres a uma das faces da vida pública é uma estratégia de manutenção da representação do lugar de serva destinada às mulheres negras.

(...) mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas "só corpo sem mente". (hooks, 1995, p. 469)

O efeito do poder que a manutenção do mito da mulher negra como apenas um corpo sem mente é o silêncio. A construção do imaginário social da mulher negra como sujeito submetido a outrem perpetua lugares sociais subalternos e a não legitimação do conhecimento produzido por ela no campo científico, político e social. Sendo assim:

É o conceito ocidental sexista/racista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar 'interdito' (hooks, 1995, p.468).

Nesse contexto, parte-se da afirmativa, em concordância com Nelly Oudshoorn (2000), de que não há *a priori* uma verdade natural ou biológica sobre o corpo, ele é significado na cultura. Assim, um corpo é sempre um corpo carregado de sentido, dito de outro modo, o corpo se torna feminino através da mediação da linguagem.

É sabido que o processo de "fabricação" de sujeitos é contínuo. Aprender a ser homem e aprender a ser mulher são lições que fazem parte do cotidiano dos sujeitos desde o nascimento, seja por processos, por estratégias e/ou por práticas culturais variadas. Distintas instituições legislam sobre os corpos, produzindo discursos, dentre estes, a ciência. Em resposta à construção da mulher de cor como um sujeito fora do campo da escrita, Anzaldúa afirma que se tornou parte do corpo docente para desnaturalizar concepções sobre a capacidade reflexiva destas mulheres:

As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. Eu, por exemplo, me tornei conhecedora e especialista em inglês, para irritar, para desafiar os professores arrogantes e racistas que pensavam que todas as crianças chicanas eram estúpidas e sujas. E o espanhol não era ensinado na escola elementar. E o espanhol não foi exigido na escola secundária. E mesmo que agora escreva poemas em espanhol, como em inglês, me sinto roubada de minha língua nativa. (Anzaldúa, 2000, p.230)

A ciência produz discursos sobre o corpo, ao mesmo tempo em que as expressam, e/ou significam e re-significam as representações sobre a mulher (Nicholson, 2000; Laqueur, 2001; Butler, 2003). Foucault (1997) chama a atenção para o interesse sobre o corpo, apontando que o desejo sobre a compreensão do corpo ocorre desde a época clássica, sendo um objeto alvo de poder, mostrando também que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2004, p. 126). O corpo, nesta interpretação, é reiterado como uma superfície em que se inscrevem acontecimentos biológicos, sociais e culturais, e não como algo dado a priori, como se ele fosse dotado de essências biológica, histórica ou transcendental (Foucault, 2005).

Essa compreensão do corpo se distancia de uma matriz biológica dada, fixa e perpétua e se aproxima da definição do corpo numa interpretação social que se dá na cultura mediante relações de poder (Laqueur, 2001). São as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens que instituem uma verdade sobre o corpo. No mesmo caminho, foram construídas as verdades sobre o corpo negro, lésbico, latino-americano, oriental, sendo que a articulação entre estas verdades produziram sujeitos falantes e sujeitos emudecidos.

O homem branco diz: Talvez se raspem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro. (Anzaldúa, 2000, p.230)

Quijano(2002) afirma que um dos eixos fundamentais do atual padrão de poder mundial é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça que, ainda segundo ele, seria uma construção mental que expressa à experiência básica da dominação colonial. Desse modo, a codificação da diferença entre colonizadores e colonizados na ideia de raça pode ser entendida a partir de uma suposta distinção biológica que garantiria alguns em uma situação natural de inferioridade em relação aos outros (outras). Desse modo, a raça foi umas ferramentas para a classificação social da população.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? (Anzaldúa, 2000, p.230)

Nestes termos, subsidiada pela noção de campo científico como um campo de "batalhas" por legitimidade científica em que alguns sujeitos entram em desvantagem e munida pelas discussões apresentadas pelas feministas negras, pós-coloniais, latinas, do oriente, lésbicas, pós-estruturalistas, proponho pensar a mulher como uma categoria múltipla construída e significada socialmente.

Anzaldúa e hooks têm visibilizado a importância da compreensão da categoria "mulher" como não-homogênea, transcultural e trans-histórica, indo muito além da nomeação destas "outras" mulheres como "mulheres de verdade" e chegando à politização da relação entre mulheres e suas consequências nas dinâmicas de poder (Clímaco, 2009). Vale ressaltar que as mulheres investigadas constituíram em seus textos uma performatividade de gênero direcionada a seus ouvintes enquanto sujeitos generificados. Assim, nos termos propostos por Butler (2003):

(...) se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2003, p.20)

As teóricas têm tratado da construção das relações assimétricas baseando-se na associação entre negritude e feminilidade em textos políticos, literários e acadêmicos. Ao investigar a criação de estereótipos do corpo feminino negro, Collins (1991) afirma a existência de diferenças contextuais inerentes às significações do corpo feminino negro e às do corpo feminino branco, assim como o corpo das mulheres afro-americanas, das moçambicanas, entre outros. A ideia da diferença nos corpos de mulheres negras e brancas explicita que há consequências sociais, culturais e políticas que se baseiam na cor da pele.

Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como símbolo quintessencial de uma presença feminina 'natural', orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva. (hooks, 1995, p.468)

Se o corpo feminino negro está determinado por sua vida interna e visceral, guiados por órgãos reprodutivos e hormônios, entendimento constante na história da biologia, da medicina (Rohden, 2008), as mulheres de pele escura vivenciam processos de "coisificação" de seu corpo, o que as retira do campo do pensamento e as aproxima do primitivo e irracional (Collins, 1991). As negras são tidas como mais sexualizadas e influenciadas pela natureza. Nesta perspectiva, a impossibilidade de uma fala que resulte em escuta de outras destas mulheres é o resultado de um sistema de sanções e de censuras específicas ligadas à representação do corpo feminino negro a partir de uma voraz e incontrollável natureza primitiva.

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (Anzaldúa, 2000, p. 230)

A interpretação social do corpo que foi transformada em materialidade biológica deste é contestada tanto por Collins (1991) quanto por Rohden (2008), que direcionam as discussões para os mecanismos que fazem com que as características biológicas atuem a serviço de uma justificativa para desigualdades e posicionamentos na esfera pública. Os significados culturais, sociais, científicos e históricos atribuídos às características biológicas produzem os sujeitos, oferecem reconhecimento e os distinguem socialmente (Silva, 2012).

Vistos como 'símbolo sexual', os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida da mente. (hooks, 1995, p.469)

Evidenciar a busca de uma desnaturalização e uma desessencialização do ser mulher, visa à pluralidade da categoria "mulher". As mulheres são, de muitas formas, etnias, classes, orientações sexuais, religiões, identidades, tempos e culturas distintas, e estas diferenças resultam em diferentes formas de se produzir ciência. Em outras palavras, durante toda a sua formação como sujeitos sociais, os sujeitos serão constituídos diferentemente não somente do gênero, mas também da classe, da raça e da etnia (Reis, 2003).

(...) mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo sem mente'. (hooks, 1995, p. 469)

Tomaz Tadeu da Silva (2000) ao discorrer sobre a representação social, afirma que esta não é um reflexo de uma realidade anterior, ela é nomeada e significada no discurso.

A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como 'empregadas domésticas', independentemente de nosso status de trabalho ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais. O trabalho intelectual, mesmo quando julgado socialmente relevante, não é visto como 'trabalho abnegado'. Na verdade, um dos estereótipos culturais do intelectual é o de alguém em geral egocentricamente preocupado com as próprias ideias. Mesmo nas áreas onde se respeita mais o trabalho intelectual, ele é mais visto na maioria das vezes como um trabalho que resulta da concentração e envolvimento em si mesmo. (hooks, 1995, p.470)

A partir desta afirmativa, a representação é uma constante produção de sentidos que são imersos em relações de poder (Silva, 2000). Neste contexto, a representação da mulher como parte da vida doméstica e do negro como portador de resistência física em detrimento a capacidade intelectual afasta as mulheres negras da representação de um/uma cientista. Enquanto isso, a representação do cientista como o homem e branco, veiculada no contexto social, produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir ciência. Em outros termos, o modo como falamos das coisas as constitui, ou seja, o modo como representamos a cultura científica produz os sujeitos da ciência (Silva, 2012).

Nesta direção os preconceitos e representações acerca das mulheres e do negro dificultaram o acesso destas ao conhecimento, o que corrobora para uma produção científica masculina e branca.

(...) eu sabia a importância de ser 'inteligente', mas não 'inteligente demais'. Ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade, e isso era motivo de preocupação, sobretudo se se tratasse de uma mulher. (hooks, 1995, p.465)

Levando em conta tais entendimentos, Anzaldúa ao discorrer sobre os efeitos da construção destes imaginários, busca responder porque alguns e, mais especificamente, as mulheres de cor devem se manter em silêncio na ciência:

Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós: A negra doméstica, a pesada ama de leite com uma dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil — 'Elas sabem como tratar um homem na cama' (Anzaldúa, 2000, p.230)

No mesmo caminho, hooks aponta que as professoras negras que exercem o trabalho intelectual, um pensamento crítico, põem em risco a estrutura hierárquica vigente, "ameaça o *status quo*" (p.468) e possibilita a construção de estratégias de transformação social da realidade.

Assim, a relação entre sujeitos não podem ser tomadas como algo dado naturalmente. Devem se interpretadas na história de modo que se possa visibilizar como as instituições agem no sentido de manter um estado de coisas (Bourdieu, 2002). Nestes termos, o que na história é tido como natural e eterno são "verdades" eternizadas e naturalizadas por diversas instâncias sociais, incluindo-se aí o conhecimento científico.

(...) o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma presença uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela esta neste planeta principalmente para servir aos outras. (hooks, p.468)

Hooks afirma que para algumas mulheres a esfera científica é ainda mais distante, já que a intelectualidade é racializada e generificada. No mesmo caminho, encontro as reflexões de Anzaldúa (2000) que apontam como o escrever é difícil especialmente para mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas. Mulheres que em toda a existência foram colocadas em outro lugar que não o da escrita e, conseqüentemente, o da ciência, da literatura, da história. Nas palavras de Anzaldúa (2000), a mulher de cor iniciante no processo de escrita:

(...) é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe (Anzaldúa, 2000, p.229).

Hooks aponta para a hierarquização do saber científico de acordo com que o produz. Nesta pirâmide as mulheres negras estão no último estrato, depois dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros.

Dentro da hierarquia de sexo/raça/classe dos Estados Unidos, as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nesta cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas, racistas e classistas, como deficientes, incompetentes e inferiores (hooks, 1995, p.469)

Hooks e Anzaldúa apontam que as mulheres de cor tem resistido e lutado pelo direito ao exercício reflexivo crítico, a escrita e a intelectualidade.

Outro elemento que contesta a ideia de sujeito universal é o sentimento de isolamento vivido por intelectuais negras no espaço acadêmico e no âmbito do desejo da escrita. A não nomeação do sujeito do conhecimento resulta na invisibilização de que há grupos que têm seu conhecimento reconhecido enquanto sujeitos pertencentes a grupos não legítimos para a construção de verdades, vivenciando a solidão intelectual.

É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos. (Anzaldúa, 2000, p.229)

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como 'suspeita'. (hooks, 1995, p.468)

Hooks e Anzaldúa apresentam a ausência de colegas intelectuais e escritores, mas outro mecanismo também opera de forma a invisibilizar e impossibilitar a participação das mulheres de cor na ciência, o esquecimento generificado:

Apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras, pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra, em particular nas comunidades negras segregadas muito pouco se escreve sobre intelectuais negras. Quando a maioria dos negros pensa em 'grandes mentes', quase sempre invoca imagens masculinas pensando os mecanismos. (hooks, 1995, p.466-467)

Hooks discorre sobre uma pergunta que tradicionalmente faz aos seus alunos e alunas, a saber, quais intelectuais negros vêm à cabeça de cada um e, após a constatação de que os

poucos que são resgatados da memória de seus alunos/as são homens, constata-se também que as mulheres ficam sempre no lado mais distante da lembrança. Hooks afirma que "a subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras. Por isso é tão difícil aos alunos nos citar" (1995, p.467).

Por fim, o último ponto abordado por hooks e Anzaldúa que me levou a pensar sobre quem pode ser o sujeito do conhecimento da ciência foi a necessidade de conciliação das tarefas domésticas e o ato da escrita. Esta é uma questão recorrente nos estudos sobre mulheres e ciência. Em nome de uma suposta dinamicidade científica, as mulheres são consideradas menos aptas à produção científica, já que, cabem a elas os trabalhos do âmbito doméstico e científico, o que resulta em menos tempo para a produção intelectual. Assim sendo o que resta às mulheres é aquilo que se afasta da racionalidade e, neste cenário, a subalternidade destas é constituída a partir do não acesso à racionalidade e, conseqüentemente, da expropriação da vida científica, já que esse é um valor da ciência por excelência. Nos termos propostos, a "vida" para além da escrita é interdita:

Entre as pensadoras negras que trabalham como acadêmicas, muitas com quem falei achavam que seu anseio por dedicar tempo e energia ao trabalho intelectual não podia ser plenamente satisfeito, porque se viam eternamente fazendo malabarismos com múltiplas exigências. Queixando-se com toda razão de que lhes faltava tempo para seguir o trabalho intelectual livre e plenamente, também manifestavam receio de que um empenho demasiado apaixonado em metas intelectuais as isolasse de uma atividade relacional significativa. (hooks, 1994, p. 471)

Em resposta à suposta impossibilidade de as mulheres se dedicarem à escrita, Anzaldúa aponta todo o espaço como espaço de escrita, o recado é: 'escreva em condições desfavoráveis, em condições favoráveis, escreva, escreva':

Esqueça o quarto só para si — escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador — você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por paixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever. (Anzaldúa, 2000, p.232)

Vale ressaltar que não se trata de um discurso de vitimização das mulheres, principalmente, das mulheres negras, mas de um discurso de materialização das desigualdades a que essas mulheres estão submetidas. O caminho proposto pelas autoras leva em

consideração os contextos e as relações de poder que constituem a experiência das mulheres no campo social, especialmente a ciência. Assim, as desigualdades não são naturais, muito menos são resultado de uma essência feminina de passividade ou propensão ao campo do privado, muito menos são inerentes às diferenças sexuais e/ou biológicas entre corpos de homens e de mulheres, mas tem como fim o desenvolvimento de habilidades diferentes e fixas, mas, sim, são desigualdades discursivamente construídas e passíveis de mudança. Estas só podem acontecer a partir do momento em que reconhecermos o caráter político da ciência e sua contribuição, atualizando e reiterando normas de gênero e lugares de subalternidade. A busca por reconhecimento científico é uma luta por legitimidade na construção de verdades sobre a sociedade. É uma luta por equivalência social (Mouffe, 1998).

Ao longo de todo o seu texto, hooks apresenta os imaginários criados em torno da categoria “mulher”, se atentando à mulher negra. Mas ela vai além de uma mera descrição, pontua quais são seus efeitos de poder. Para ela um dos efeitos mais eficientes para o afastamento das mulheres da ciência é o da alegação de que a intelectualidade é muito difícil para as mulheres, ou seja, que esta não é uma função social coerente com uma prática feminina. A autora assinala que, além de defender a própria humanidade, tem a habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar e escrever de modo lúcido:

(...) para as negras também tem de lutar contra aqueles estereótipos racistas/sexistas que o tempo todo levam outros (e até nós mesmas) a questionar se somos ou não competentes, se somos capazes de excelência intelectual. Para as acadêmicas e/ou intelectuais negras, o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode depois alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos, de maneira diferente, problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão repetir nosso trabalho. (hooks, 1995, p.472)

As autoras denunciam que estão em uma posição subalternizada na ciência hegemônica moderna em relação a homens e mulheres brancas e que a saída deste lugar está na produção de uma contra-hegemonia científica, baseada na experiência em que suas vozes deixassem de ser ausentes e pudessem se autorrepresentarem. Esta é a importância do conceito de experiência, ela possibilita uma fala corporificada, uma fala a partir do seu grupo, da significação de sua experiência, possibilitando uma autorrepresentação.

Se as feministas brancas questionavam o sujeito universal da ciência, as feministas negras questionam o sujeito universal da ciência em interseção com a universalidade da categoria "mulher" e o sujeito do feminismo. O exercício reflexivo que a

desconfia em relação às universalidades possibilita a interrupção de exclusões históricas, violência epistemológica e de preconceitos. Implica na desestabilização dos pressupostos do campo social e do campo científico. Além de instaurar a existência de diferentes vozes e teorias que significam a sociedade.

Nos termos propostos, o intuito da apresentação da mulher como pertencente ao *locus* subalterno é o desvelamento da suposta natureza feminina que justificaria este *status* e a explicitação de que o sujeito do conhecimento busca reinterpretar o lugar da mulher nos discursos da ciência e em outras instâncias sociais, visibilizando as relações desiguais entre os gêneros (Harding, 1987). O modelo científico hegemônico moderno se alicerça em pressupostos que desautorizam as mulheres a terem acesso à ciência como sujeitos de conhecimento, já que elas são tomadas, sistematicamente, como objeto deste conhecimento, inclusive com perspectivas patologizantes sobre seus comportamentos, subjetividades, reificando sua “natural” relação com o cuidado, a natureza, a irracionalidade.

Ao contrário de outros autores, o sujeito, neste trabalho, não é pensado enquanto algo pronto, encerrado em si mesmo, estanque. É, justamente, o seu oposto, pensamos em um sujeito processual, inacabado, histórico, consciente que se constrói e se reconstrói a cada instante, a partir de diversos atravessamentos, linhas e forças e, que, conseqüentemente, constrói e reconstrói os espaços onde está envolvido (Freire, 1980). Compreendendo o sujeito como formado no meio social em que se encontra inserido ao mesmo tempo em que é influenciado por ele a ação de transformar-se, necessariamente, implica na re-definição do "mundo" e na re-significação de si mesmo.

Na medida em que hooks e Anzaldúa vão trilhando o caminho de construção da mulher como “o outro” da escrita e “o outro” da ciência, uma percepção da condição de opressão vai se desenhando. Dessa forma, a possibilidade da utilização da escrita como uma ferramenta no enfrentamento das desigualdades faz com que a escrita seja entendida como um *locus* de produção de demandas por equivalência social (Prado, 2002). Isso significa que a escrita destas autoras não é compreendida como um discurso queixoso, mas como uma resultante da consciência subalterna.

4.2 Ser escritora, ser intelectual: uma fala posicionada

Gloria Anzaldúa e hooks apresentam muitas proximidades, mas também distanciamentos. O que tento, neste momento, é explanar sobre dois desses distanciamentos. As proximidades e distanciamentos entre a proposta de mudança que cada uma desenha na ciência e as definições de ser intelectual e ser escritora.

Gloria escreve seu texto "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" com um destinatário. As focalizadas em sua escrita eram as mulheres de cor que se encontram no corpus científico ou que têm acesso a ele, já que sua produção foi, primeiramente, publicada em uma coletânea científica que reunia textos de intelectuais das margens da teoria feminista. A autora afirma seu interlocutor desde suas primeiras linhas, "Queridas mulheres de cor, companheiras no escrever" (Anzaldúa, 2000, p.229), localizando quem fala e para quem fala. Este exercício de dizer quem é o sujeito alvo da produção, já dá alguns indícios de que a autora parte de uma noção de conhecimento que não é nem universal nem total.

Mas o que isso quer dizer? Anzaldúa fala a partir da incorporação de uma perspectiva racial, o que é fundamental para o seu pensamento, na medida em que raça configura e reconfigura a forma como ela experiencia seu gênero e significa sua realidade local e social. Essa escolha resulta na produção de um conhecimento sobre, para e a partir de um grupo social: as mulheres de cor. A autora não apenas defende a inclusão da experiência das mulheres na produção do conhecimento, mas das experiências das mulheres negras. Assim, as suas vivências como mulher negra resulta na busca por uma produção de conhecimento que possa ser útil para estas mulheres, contribuindo para modificar suas realidades de exclusão e marginalização. Nestes termos, ela se contrapõe ao paradigma hegemônico e produz um conhecimento pontual e direcionado (Collins, 1991).

Anzaldúa posiciona-se de maneira contestatória ao modo como os sujeitos aprendem a escrever. Para ela o modelo cientificamente aceito de escrita torna a produção fria, sem sujeito, a temporal:

Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita (Anzaldúa, 2000, p.229).

Há uma ruptura com os limites de compatibilidade no que se refere a quem, a como e por que escrever, por que produzir conhecimento. Uma das respostas da autora é a forma, ela

utiliza o modelo de carta ao invés do ensaio científico, tipicamente conhecido nos meandros acadêmicos tradicionais. A escrita reflexiva em forma de carta explicita que Anzaldúa questiona como escrever de forma relevante para a ciência e para os sujeitos que o produzem. A mudança em sua perspectiva se dá na própria elaboração deste pequeno trabalho acadêmico.

Como alcançar a intimidade e imediatez que quero? De que forma? Uma carta, claro. (Anzaldúa, 2000, p.229)

O convite epistemológico que Anzaldúa parece fazer é para a desconstrução do que se configurou até então o fazer científico, apontando para um horizonte em que a reconstrução se dá a partir da ótica feminista da experiência (Bach, 2010). Sua produção se alterna entre uma linguagem que convida para a percepção de um *nós* (Prado, 2002) e de um *eu*. O Nós nos termos propostos parte da compreensão de que o impedimento/dificuldade da escrita não está no campo do indivíduo, exclusivamente, mas a serviço do silenciamento de um grupo. Da mesma maneira que a re-significação de imaginários e a produção de novos sentidos sobre si e seu grupo contribui para o desenvolvimento de estratégias de resistência e transformação social. A posição de produzir no contínuo entre o Eu e o Nós rompe com uma proposta de saber impessoal, de um lugar vazio. O que coloca em jogo a reestruturação do plano teórico. Anzaldúa aponta para a ruptura deste padrão e afirma que escreve e escreve da sua experiência constitutiva de mundo.

Hooks, assim como Anzaldúa, escreve para alguém. O texto "Intelectuais Negras", que compõe o livro que escreve em parceria com Cornel West sobre a vida intelectual dos negros, parece ser referenciado para os produtores de conhecimento de maneira mais ampla. A produção tem como "objeto" a relação entre mulheres negras, sociedade e produção intelectual, onde defende que ciência e política não devem ser compreendidas de maneira dissociada.

Hooks elabora críticas ao modelo científico hegemônico, às teorias feministas e à organização social do movimento feminista que erroneamente estabeleceu ou acreditou no hiato entre ação coletiva nas ruas e teorizações feministas. Afirma que:

Nos círculos políticos progressistas, o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo; na verdade, expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetes nas ruas ou viajar para um país do Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são consideradas mais importantes para a luta revolucionária que o trabalho mental. É essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos

marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil. (hooks, 1995, p.464-465).

Para ela, as duas esferas caminham juntas na produção de novas inteligibilidades sociais, científicas e políticas. Há, na separação entre ação coletiva e teorização, um importante efeito de poder desmobilizador, que é o de não reconhecimento do campo científico como político, o que implica em não exigir a presença de atores diversos assim como não interpelar este espaço como um campo de proliferação de desigualdades e de produção de sujeitos dóceis, nos termos propostos por Foucault (2004).

Confirmando desde o início o que os líderes negros do século XIX bem sabiam - o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam do objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes. (Hooks, 1995, p.466)

É certo que as duas autoras questionam e contestam o modelo científico hegemônico que oculta o seu sujeito, exclui as experiências do *ethos* científico, produz um conhecimento total e universal, distancia a esfera da vida da esfera da ciência. Mas o fazem de maneira distinta. Assim, Gloria Anzaldúa e bell hooks contribuem para uma epistemologia que explicita seu sujeito, seu objeto, os interesses em jogo. Mas desenham propostas de mudanças diferentes. Enquanto Anzaldúa propõe uma ruptura total com o meio acadêmico, hooks se mostra mediadora, o que significa buscar a construção de pontes entre o que está consolidado na ciência e as novas vozes e experiências, não desejando uma ruptura com os limites de compatibilidade (Melucci, 2010). Ela deseja, a partir da academia, mas não apenas nela, produzir conhecimento relevante.

Gostaria neste momento de abordar minhas interrogações sobre o que Anzaldúa nomeou como escrita e hooks como intelectualidade. Acredito que estes dois conceitos tem mais proximidades do que distanciamentos. Na verdade, o que vou defender aqui é que eles podem ser entendidos a partir do mesmo radical, a implicação política da fala.

Hooks estabelece uma distinção entre intelectualidade e qualificação acadêmica. Os acadêmicos podem ou não ser intelectuais.

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encara e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intitulada não precisava levar-nos a separar-nos da comunidade, mais antes

pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. (hooks, 1995, p.466)

A autora acrescenta que o intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla. Hooks afirma que o conceito ocidental de intelectualidade é baseado em uma herança patriarcal e imbuído de sexismo e racismo, o que resulta na impossibilidade de compreensão da mulher negra como uma intelectual, como pertencente à vida da mente.

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. (...) Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. (hooks, 1995, p.467)

Ser escritora na concepção de Anzaldúa é uma prática emancipatória, representa um projeto social, pessoal e político de transformação das relações sociais.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (...) Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita (Anzaldúa, 2000, p. 232-233)

Nesta medida, a escrita de Anzaldúa e a intelectualidade de hooks têm funções sociais parecidas, a de provocar mudança em uma dada realidade. Portanto, o intelectual/escritor é aquele que se vê com as ideias de maneira a transgredir as fronteiras discursivas, na vital relação com uma cultura política mais ampla (hooks, 1995). Assim hooks e Anzaldúa compreendem intelectualidade/escrita associadamente à política e em consonância com a transformação da realidade.

Em referência ao pensamento aristotélico, Cury (2008) aponta que nem todos podem/podiam angariar lugar de intelectual. Uma pergunta emerge: quais seriam os sujeitos retirados desta esfera? Segundo este autor os que estão de fora do espaço da produção das verdades científicas são os miseráveis, as mulheres, os escravos e os estrangeiros; estão privados, sob a justificativa de que o dom da palavra só era facultado ao homem livre, já que, a palavra era a forma de participação na polis/vida pública e aos outros sujeitos restam o espaço do privado. A significação da figura do intelectual versa em torno de um sujeito que se posiciona politicamente no espaço público através da palavra.

Dessa maneira, o que se vê é que a figura do intelectual está marcada pelo poder da fala legitimada e reconhecida por um campo de prestígio, a ciência. Vale ressaltar que o

pensamento aristotélico sobre a possibilidade de angariar lugar de intelectual ganhará contornos distintos na modernidade, com continuidades importantes em relação a ele. Dito de outro modo, essa ideia terá muita força na constituição da modernidade e da ciência moderna. Para Sartre (1994) o intelectual é aquele cuja fala transpõe o próprio grupo e permite que grupos cuja voz não apresenta ressonância na sociedade ecoe.

Said (2000) propõe que caiba ao intelectual falar fora do pensamento central, assim, deve-se falar a partir das margens, o que teria como efeito um processo de tradução entre os saberes marginalizados e as esferas de poder científico, político e social. Nesta perspectiva, o intelectual seria um agenciador de vozes subalternas. Cabe a ele tornar público conflitos e contribuir para o estabelecimento de antagonismos sociais e derrotar o silêncio imposto aos subalternos (Said, 2004). Vale ressaltar que esta não é nem uma perspectiva salvacionista da humanidade e muito menos uma forma de falar pelos subalternos. Ao contrário, a compreensão das proposições de Said (1999) versa em torno do desejo do desenvolvimento de linguagens fronteiriças em que cientistas e grupos marginalizados caminhem juntos, lado a lado, na construção do conhecimento.

Em referência ao pensamento de Spivak (2010), Almeida (2008) afirma que a tarefa do intelectual na atualidade é criar espaços propícios a fala do subalterno, em outros termos, é função do intelectual contribuir para a construção de espaços de diálogo por meio do qual o subalterno possa falar e ser ouvido. Acrescenta que esta é uma tarefa eminentemente política em que, principalmente, a mulher intelectual não deve se abster (Almeida, 2008). Esta, por sua vez, não é facilmente alcançável e exige do intelectual e da intelectual um constante olhar para si e para sua prática acadêmica cotidiana.

Assim o trabalho intelectual e a escrita a partir da vivência são uma possibilidade de transformação social.

(...) o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes. (hooks, 1995, p.466)

Um ponto a se ressaltar nas contribuições de Anzaldúa e hooks é que o *locus* enunciativo destas intelectuais está, justamente, na produção de um conhecimento corpóreo, a partir de um local epistêmico racializado, generificado, sexualizado e político. Ciência e política parecem estar atreladas na concepção das autoras. Isso significa que o intelectual é responsável por seu conhecimento e que cabe a ele produzir um conhecimento que se atente para a realidade social, a fim de contribuir para o estabelecimento de equivalências sociais. As

autoras produzem um saber que se posiciona a responder de onde vem e para que. Rompe-se com uma produção de saber de "lugar nenhum", autoritário, neutro, que desconecte o intelectual do mundo.

Como aponta Spivak (2010) e fica emergente nas proposições de Anzaldúa o sujeito só pode falar a partir de si, de sua própria experiência.

Sem escapar de uma resposta a Spivak (2010) sobre a fala subalterna, acredito que Anzaldúa e hooks falam ao mesmo tempo em que são silenciadas. Se a subalternidade é uma posição subjetiva relacional e não uma identidade, ou um lugar estanque e sim, produzida e resultante de relações de poder, as mulheres investigadas transitam entre o audível e o silenciável. Assim, transitam entre o silêncio e a fala, entre a ausência de uma produção audível e a denúncia de uma história invisível e uma ciência imperialista.

Vale dizer que hooks e Anzaldúa reverenciam as mulheres negras, que mesmo em um contexto pouco propício ao desenvolvimento da vida da mente, se sobressaíram.

Tanto hooks como Anzaldúa se atentam à estrutura, à métrica, à forma como o conhecimento será produzido. As autoras demonstram essa preocupação, já que se questionam sobre o destinatário da escrita. Os questionamentos sobre para quem e para que o conhecimento é produzido parecem guiar os escritos destas autoras.

Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. (...) A opção por escrever num estilo tradicional pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitas nosso trabalho (hooks, 1995, p.472)

Na luta por novas redes de sentido no campo científico, Anzaldúa e hooks apresentam um potencial desestabilizador de verdades únicas e perpétuas, ao interpelar quem é o sujeito do conhecimento e como esse conhecimento é produzido, atentando-se, assim, às dinâmicas de produção do conhecimento.

As intelectuais bell hooks e Gloria Anzaldúa contribuíram para a construção de uma ciência reflexiva, crítica e posicionada. Com suas produções, desejaram desmistificar a relação entre ciência e política (Bourdieu, 1983), realizando críticas internas ao campo científico, denunciando seu caráter excludente alinhado a um projeto de sociedade injusta e desigual, muitas vezes, fundamentada em diversos arcabouços científicos. Ousaram inventar uma outra forma de emitirem as suas vozes, os seus desacordos. Decorrente dessa vontade, a intenção destas autoras era fazerem-se ouvir, que se deixasse ecoar a voz da revolta, do

inconformismo, da luta pela destruição de um sistema castrador. Elas explicitam que ainda havia as palavras para se combater a mordada científica.

Anzaldúa e hooks evidenciam que o campo da escrita, as teorias tradicionais, os princípios epistemológicos e os métodos são imersos em valores, princípios e interesses engendrados. Não há epistemologia que faça o sujeito desaparecer e o homogeneíze, há princípios epistemológicos e metodológicos que os invisibilize.

Termino dizendo que o desafio posto por Gloria Anzaldúa e bell hooks é o de desenvolvimento de uma nova inteligibilidade, outra norma científica, uma epistemologia distinta da ciência hegemônica dominante, uma nova hegemonia. No entanto, essas autoras indicam caminhos distintos para alcançarem essa empreitada. Dito isso, este outro desenho possibilita que só conseguem fazer suas falas ecoarem quando falam a partir da língua do outro. Elas apontam horizontes, mas cabe a constante problematização acerca da produção de um conhecimento compatível com a justiça social. Anzaldúa e hooks não são vitoriosas subalternas, são mulheres que estabeleceram antagonismos no campo científico, conflitos sociais, são mulheres que reivindicam o direito a fala.

4.3 Na contramão da neutralidade: Uma fala a partir da experiência

Anzaldúa e hooks desenvolvem uma reflexão sobre a intelectualidade e a escrita que instaura conflitos com o modelo científico hegemônico moderno, como já anunciado. Neste caminho, Gloria Anzaldúa discorre sobre a apropriação da escrita e a subordinação à escrita do outro. Ela afirma que, muitas vezes, as mulheres são levadas a falar a língua do outro (Bhabha, 2005), o que resulta em uma descorporificação.

Como nos atrevemos a sair de nossas peles? Como nos atrevemos a revelar a carne humana escondida e sangrar vermelho como os brancos? É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis. (Anzaldúa, 2000, p.331)

O que parece estar em jogo, para Anzaldúa, é a impossibilidade de pensar criticamente. Nesse pensar criticamente inclui-se a reflexão sobre a condição periférica das mulheres na própria ciência. A reivindicação que se manifesta é um pensar que permita a construção de novos modos de entendimento, que combata uma forma de escrita em que as mulheres sejam, na busca por reconhecimento e incorporação no *corpus científico*, violentadas por uma *práxis irracional* e restritiva.

Penso, sim, talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena. Nos convencem que devemos cultivar a arte pela arte. Reverenciarmos o touro sagrado, a forma. Colocarmos molduras e metamolduras ao redor dos escritos. Nos mantermos distantes para ganhar o cobiçado título de "escritora literária" ou "escritora profissional". Acima de tudo, não sermos simples, diretas ou rápidas (Anzaldúa, 2000, p.230).

Para acadêmicos e/ou intelectuais negras, o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode depois alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos, de maneira diferente, problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho. (hooks, 1995, p.242)

A procura pelo reconhecimento neste sistema científico onde a neutralidade é uma centralidade imprime a invisibilidade de quem produz e o obriga a falar a língua do outro. Isso significa falar a partir de um lugar descorporificado, de uma linguagem científica hegemônica – neutralidade, objetividade e universalidade, de língua hegemônica. Em outras palavras, a linguagem do outro impede que a história do sujeito do conhecimento apareça, obscurece as identidades e reafirma a tônica do discurso científico dominante.

Eu posso escrever isto e mesmo assim perceber que muitas de nós — mulheres de cor, que dependuramos diplomas, credenciais e livros publicados ao redor dos nossos pescoços, como pérolas às quais nos agarramos desesperadamente — arriscamos estar contribuindo para a invisibilidade de nossas irmãs escritoras. "La Vendida", a vendida. (Anzaldúa, 2000, p.231)

Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. (...) A opção por escrever num estilo tradicional pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitadas nosso trabalho (hooks, 1995, p.472).

Neste desafio de falar por si e a partir de si, Anzaldúa e hooks, na mesma direção que Spivak, Fanon, Santos e muitos outros teóricos, encontram a barreira da fala neutra, sem sujeito, que, na verdade, descaracteriza o sujeito que escreve, o invisibiliza, não torna o *locus* do sujeito um significante vazio que é preenchido por alguém. Assim, a invisibilização não resulta na produção de um conhecimento neutro, sobre todos e para todos, mas, sim, na

produção de um conhecimento sobre alguns – na proposta de Anzaldúa sobre e para homens brancos – o que significa que todos os não brancos e não homens que desejem produzir sob o manto desta proposta científica moderna precisam, por uma questão lógica, falar a língua do outro – o homem branco, ou, como interpreta Pelúcio (2012), o cara pálido.

Todos esses teóricos estão tratando a hegemonia de uma certa linguagem. A língua nomeada por Spivak (2010) de imperialista, por Fanon (2008) de língua do colonizador, por Anzaldúa de acadêmica. Esta linguagem se instaura em nome de uma pretensa universalidade científica, do reconhecimento do *status* de conhecimento científico relevante.

Os autores buscam, através de práticas e discursos, desenvolverem uma ciência corpórea, que diz a que veio e quais são suas implicações na vida social. Desconstroem a narrativa moderna hegemônica que as obriga a falar a língua do outro e propõem falar de outro lugar, anunciando a diferença.

Diferença esta que não tenha como efeito a desigualdade, mas a legitimação e o reconhecimento da multiplicidade. Nestes termos, a proposta destas autoras busca uma escrita a partir do lugar de mulher negra, lésbica, terceiro-mundista, latina, entre outros. Assim, como aponta Anzaldúa, logo no título de sua obra, há sim o desejo de falar em línguas, mas que estas sejam inteligíveis e legítimas.

Questionando a neutralidade, Anzaldúa e hooks explicitam em várias passagens de seus textos, já citados aqui, o caráter ideológico, sexista, burguês, racista e homofóbico da ciência ocidental hegemônica, e, ao fazê-lo, denunciam a situacionalidade não dita deste modelo científico (Harding, 1996; Rago, 1998; Lima, 2002; Bandeira, 2008; Calvelli & Lopes, 2011). Nestes termos, a proposta de uma produção corporificada, que romperia com uma ciência sem sujeito enunciativo e colocaria em xeque a relevância e a aceitação acadêmica do conhecimento.

Anzaldúa e hooks apontam para a incorporação da dimensão da subjetividade aos pilares da produção científica. Fazendo-o a partir da introdução da ideia de experiência. A experiência como fator de análise rompe com a dicotomia sujeito-objeto, questiona a neutralidade científica e clarifica a ideia de que sujeito e objeto estão diluídos um no outro.

Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências. (Anzaldúa, 2000, p.235)

As experiências como o contrário da neutralidade constroem escritores e intelectuais que enxergam um conhecimento imbricado na transformação da sociedade e que contestam as marcas do racismo e do sexismo na ciência.

A ideia de experiência é imprescindível para a compreensão da ciência contra-hegemônica. Ela parece apresentar um ponto de partida para o desenvolvimento de novas práticas de pesquisa. Pensar uma ciência a partir da experiência permite a reinterpretação da história, de seus sujeitos.

Portanto, a experiência, nesta perspectiva, se atenta às múltiplas vozes e à diversidade de mulheres. As mulheres silenciadas e invisibilizadas, anunciadas por Spivak, Anzaldúa, hooks e por tantas outras mulheres, poderiam romper com o silêncio na ciência com a inserção da experiência como uma diretriz para a produção de conhecimento. Anzaldúa e hooks posicionam-se ao lado de um pensamento contextual e narrativo, e, com isso, mostraram como o sujeito e suas experiências distintas interferem significativamente na produção do conhecimento e no seu *lócus* enunciativo (Furlin, 2012).

4.4 Enunciações: por uma ciência local e parcial

Anzaldúa e hooks, não propõem, de forma diretiva, uma outra proposta epistemológica. As autoras, no percurso de seus escritos, explicitam como produzem conhecimento, apresentam rupturas com o padrão científico hegemônico e explicitam as saídas encontradas para a elaboração de um conhecimento socialmente relevante. E é a partir destas reflexões e à luz de meio século de reflexões sobre a ciência e as epistemologias feministas que acredito que elas apresentam em seus escritos uma proposta contra-hegemônica. Talvez possa parecer ousado apontar para uma proposta epistemológica das autoras, mas, é certo que elas contribuem para a construção de uma epistemológica feminista.

Vale pontuar que as proposições das autoras não estão solitárias no campo feminista, elas se reúnem a uma perspectiva crítica dentro do feminismo que possibilitou a construção da ideia de feminismos no plural. Dessa maneira, localizo as autoras no campo das teóricas feministas negras que têm, ao lado das lésbicas, terceiro-mundistas, do sul, latinas, entre outras, reivindicado um novo olhar sobre a ciência produzida pelos feminismos assim como as bandeiras de luta do movimento feminista. De maneira geral, esse conjunto feminista tem proposto outras inteligibilidades em interseção com distintas categorias sociais.

Anzaldúa e hooks se afastam, e muito, de uma produção ingênua e inocente. As autoras estão comprometidas com uma produção que tem uma probabilidade de permitir a elaboração de um núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento. Ao invés de negarem seus valores sociais e suas intenções sobre o mundo, as autoras apresentam seu caráter pontual e local. Esta posição apresenta consequências, quais sejam, a impossibilidade de interpretarmos as proposições de Gloria e de Bell de maneira universal, sempre será necessário pensar que elas falam do norte contra-hegemônico e que as suas experiências apresentam diferenças em relação a outras mulheres.

A meu ver, há uma proposta de conhecimento nos textos das autoras e ela se dá a partir de uma perspectiva emancipatória. O processo de escrita das autoras integra um projeto político, social e pessoal de transformação de relações sociais. Mesmo sujeita a críticas, minha interpretação dos textos conduzem a afirmativa de que hooks e Anzaldúa postulam, sem um caráter definitivo, um projeto de ciência alternativo, um projeto feminista. Se Anzaldúa convida as mulheres de cor a escreverem descartando tudo que aprenderam nas universidades, hooks parece menos "devastadora" e propõe uma escrita a partir da ciência, mas que rompa com a normativa da neutralidade.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. (Anzaldúa, 2000, p.235)

Entre as pensadoras negras que trabalham como acadêmicas, muitas com quem falei achavam que seu anseio por dedicar tempo e energia ao trabalho intelectual não podia ser plenamente satisfeito, porque se viam eternamente fazendo malabarismos com múltiplas exigências (hooks, 1995, p.471).

As autoras se posicionam do lado de pesquisadoras, cientistas, escritoras e intelectuais que vislumbram um outro mundo possível, assim como, uma outra ciência possível, como exemplo:

Em São Francisco, que é onde vivo agora, ninguém mexe mais com o público, com sua arte e verdade, do que Cherríe Moraga (chicana), Genny Lim (asiáticoamericana) e Luisah Teish (negra). Na companhia de mulheres como estas, a solidão do escrever e a sensação de falta de poder dissipam-se. (Anzaldúa, 2000, p.234)

Mary Helen afirma: "sem mulheres como Fannie Barrier Williams, Idas B. Wells, Fannie Jacksn Coppin, Victoria Earle Matthews, France Harper, Mary Church

Terrell e Anna Julia Cooper, muito pouco saberíamos sobre as condições da vida das mulheres negras no século XIX (...)" (hooks, 1995, p. 469)

Para estas autoras, a única forma de se produzir um conhecimento válido e verdadeiro é a partir da experiência, sendo que o conhecimento, nesse sentido, é sempre local e parcial. As autoras questionam a pretensão da ciência moderna de apresentar uma única forma de conhecimento e o processo de ocultação de quem produz. Este processo, para Anzaldúa, é um dos motivos da escrita estar tão distante das mulheres de cor que, na maior parte das vezes, foram ensinadas e docilizadas. Isso significa dizer que este é um saber que se quer politizado (Sardenberg, 2002).

Gloria e bell propõem uma definição de intelectualidade e escrita como um meio de falar, de transformar a e na ciência. Explicitam no *modus operandi* do texto os princípios práticos de sua proposta corporificada. A escrita das autoras não deixa dúvida sobre os seus interesses sociais e políticos com a fala a partir da ciência (Sardenberg, 2002). Elas buscam interpelar o sujeito universal e instaurar as mulheres de cor como produtoras de sentidos científicos sobre a vida e a sociedade.

Hooks e Anzaldúa ao documentar/explicitar a própria vida, as experiências vividas de violação e enfrentamento aos eixos de dominação acadêmico-políticos desvelam as estruturas que oprimem as mulheres (Sardenberg, 2002) e traçam caminhos possíveis para a superação da condição de desigualdade.

Mesmo enquanto escrevo isto, me sinto perturbada porque sou a única escritora mulher do terceiro mundo neste livro. Muitas e muitas vezes me percebo sendo a única mulher do terceiro mundo participando de encontros literários, workshops e seminários. (Anzaldúa, 2000, p.231)

Entre as estratégias de superação das desigualdades estão à crítica ao modelo científico hegemônico moderno, a contestação de estereótipos, representações e imaginários em torno da categoria "mulher", principalmente, a mulher de cor e a produção de conhecimento que reconheça a experiência como ponto de partida.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. (Anzaldúa, 2000, p. 235)

As intelectuais negras que não são "escritoras famosas" (e nem todos os escritores são intelectuais) continuam praticamente invisíveis nessa sociedade. Essa invisibilidade é

ao mesmo tempo função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados, e um reflexo da realidade de que grande número de negras escolhem o trabalho intelectual como sua vocação. (hooks, 1995, p.470)

Entre as críticas, a forma de produção do conhecimento produzido pela ciência moderna, desenvolvidas por Anzaldúa estão: a separação do sujeito do agente produtor do saber, para a autora, este é um dos motivos das mulheres negras não se reconhecerem como possíveis escritoras, em outras palavras, a separação do sujeito do objeto que deriva da ideia de conhecimento universal, abstrato e descorporificado. Anzaldúa questiona como sair do seu corpo para produzir um conhecimento.

Na contramão do modelo científico hegemônico, a proposta epistemológica de Anzaldúa e hooks recusa meta-narrativas, tem como pressuposto a valorização da subjetividade do produtor do conhecimento, nega a neutralidade e a objetividade (Harding, 1996).

Muitas vezes, pensadores negros temem que nosso trabalho não seja levado a sério por um público maior, que ele seja julgado de certa maneira deficiente. Esses temores inibem a produção intelectual. Escrevendo ensaios que incluem reflexões confessionais, senti-me a princípio insegura a respeito de se eles falariam a um público além de mim mesma e meus amigos. (hooks, 1995, p.472)

O conhecimento produzido a partir da experiência é local e contextual, apresenta um posicionamento social, histórico, cultural e político específico e anunciado (Sardenberg, 2002).

Em uma luta reivindicatória, as autoras explicitam que as mulheres negras, lésbicas e do sul têm o status de cientistas negados por uma ciência que incorpora o racismo, a discriminação racial, a homofobia e o sexismo em seus pressupostos teóricos mesmo que de forma não anunciada, o que resulta na exclusão destes sujeitos e na negação de suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento (Schienbinger, 2001).

A reivindicação do direito à escrita, o reconhecimento como escritora produtora de interpretações sobre o mundo, produtora de verdades me conduziu a refletir sobre uma possível proposta científica no pensamento de bell hooks e Gloria Anzaldúa. Não há um como fazer científico dado nos escritos das autoras, elas questionam quem pode dizer, quem é o sujeito social e científico, indo um pouco mais além, exigem o reconhecimento de suas “faces morenas” e as influências que esse corpo produz no seu pensamento.

Assim, elas exigem o reconhecimento da mulher negra como sujeito da escrita, sujeito do conhecimento, e para isso expurgam da compreensão de sujeito a descorporificação. Ora,

mas esta não é uma premissa da produção científica? Elas re-significam quem e como, o "quem" passa a ser múltiplo e o "como" passa a ser a experiência.

A experiência como uma proposta científica, para estas autoras, dissolve a divisão entre o campo público e o privado. O subjetivo, o pessoal é publicizado na esfera científica em inter-relação. Nesse sentido, os interesses privados dos sujeitos e grupos passam a ser agregados, articulando as diversas individualidades.

Esses interesses tidos como privados, na verdade, foram privatizados, em outras palavras, foram acorrentados a uma divisão de público e privado que não possibilitou reconhecer algumas experiências, o que é imprescindível para a construção de um mundo comum, uma vida pública. O que as autoras vão dizer é que incluir o sujeito produtor de conhecimento importa e possibilita uma maior explicitação das relações de poder, dos lugares de fala, e consequentemente, maior responsabilização, implicação ética importante.

As intelectuais bell hooks e Gloria Anzaldúa contribuíram para a construção de uma ciência reflexiva, crítica e posicionada. Com suas produções, elas desejaram desmistificarem a relação entre ciência e política (Bourdieu, 1983), realizando críticas internas ao campo científico e denunciando seu caráter excludente, alinhado a um projeto de sociedade injusta e desigual. Decorrente dessa vontade, a intenção destas autoras era fazer-se ouvir, que se deixasse ecoar a voz da revolta, do inconformismo, da luta pela destruição de um sistema castrador. Elas explicitam que ainda há as palavras para se combater a mordaza científica.

Dentro deste ambiente, nomeado como não neutro, que, historicamente, teceu rede de sentidos que retiram das mulheres a possibilidade de pertencimento, hooks e Anzaldúa, usaram o poder transfigurador e persuasor da palavra para refletir sobre o mundo que as rodeia.

Ao ler, re-ler e ler novamente os textos de Anzaldúa e hooks, uma pergunta rondou a minha mente: O que é igualdade de possibilidade de produção de conhecimento científico sobre a sociedade? Guiadas pelas reflexões de Scott (2005) acerca da ideia de igualdade e diferença e da constatação da ciência como um campo injusto, para Bourdieu (1983) é possível desenvolver algumas reflexões a respeito. No contexto anunciado por hooks e Anzaldúa, em que grupos e sujeitos sofrem um processo de isolamento e de exclusão do convívio científico em benefício de grupos dominantes, a busca pela igualdade é, justamente, a problematização da diferença. Em outras palavras, corporificar sujeitos, corpos e conhecimentos permite que múltiplas vozes se enunciem e reivindiquem status de verdade.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas

línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. (Anzaldúa, 2000, p.235)

Na luta por novas redes de sentido no campo científico, Anzaldúa e Hooks apresentam um potencial desestabilizador de verdades únicas e perpétuas ao interpelar quem é o sujeito do conhecimento e como este conhecimento é produzido, se atentando assim às dinâmicas de produção do conhecimento.

Anzaldúa questiona a objetividade e a neutralidade científica, ao afirmar que:

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. (Anzaldúa, 2000, p.233)

A autora afirma que um conhecimento em que as experiências sociais sejam postas no processo de escrita não torna o conhecimento menos legítimo, ao contrário, torna-o local e finito.

O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. (Anzaldúa, 2000, p. 233)

4.5 Tornar-se sujeito: a reivindicação da escrita como direito a fala

O retrato negativo do campo científico (Bourdieu, 1983) traçado na investigação de hooks e Anzaldúa parecem, em alguns momentos, principalmente na produção de hooks, alocar as mulheres como prisioneiras do silêncio, condenadas à solidão perpétua. Mas, entre elas e as palavras existe a politização da própria experiência. Decorrente dessa situação, a autonomia e luta por reconhecimento está no sentimento de obrigação de não se calar, pela nossa obrigação em não compactuar com uma ciência injusta. A ciência, para estas autoras, é um constante *front de batalha* e a munição é a produção de uma ciência contra-hegemônica. Produção esta que se mantém em constante construção, nunca se dá por acabada, não é um ato dogmático, é ao mesmo tempo um local de fala e de silenciamento, é um campo de disputas políticas.

Para superarem essas barreiras, as negras que conseguem continuar dedicadas individualmente a uma vocação intelectual, sentindo-se igualmente ligadas à comunidade, tem de mapear essa jornada, nomeando o processo. (hooks, 1995, p.471)

Não podemos deixar que nos rotulem. Devemos priorizar nossa própria escrita e a das mulheres do terceiro mundo (Anzaldúa, 2000, p.231).

As autoras politizam duas categorias bastante indesejadas na ciência hegemônica: a raça sodada ao gênero, realizando uma dupla desterritorialização. Segundo Sodré (1999), as mulheres negras precisam escapar tanto do espaço predeterminado para os negros quanto do que é predeterminado para as mulheres, sendo uma prática de resistência árdua e constante. Nestes termos, Anzaldúa e hooks contrariam duplamente as expectativas de resignação e submissão à subalternidade, fazendo-o por meio da escrita, da interpelação do sujeito do conhecimento e do como produzir conhecimento (Oliveira, 2006).

A escrita é, para estas autoras, a luta pelo direito à fala pública (Spivak, 2010). O *locus* de enunciação da injusta social e científica a que as mulheres, principalmente, as mulheres de cor foram, historicamente, submetidas e transformadas em sujeitos implícitos e silenciados. Gostaria de me deter agora sobre a escrita e a intelectualidade como a formas de busca pelo reino da palavra.

Como muitas negras se veriam como intelectuais? Como ganhamos a vida? Estamos todas no mundo acadêmico? Onde estão nossos ensaios sobre produção intelectual etc. (hooks, 195, p.467)

As perguntas de hooks elucidam a importância da reflexão sobre os porquês da escolha pela "vida da mente". As duas autoras identificam no campo das letras um dos espaços onde vivenciam a sensação de que vivem em uma sociedade excludente e injusta. Por isso, a interpelação, através da escrita, para as possibilidades de fala delas e de tantas outras mulheres. A escrita científica é uma ferramenta política de estruturação de discursos, formas de ação, resistências e enfrentamentos às dinâmicas do racismo, sexismo, homofobia, classismo.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para

desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p.232)

No meu caso, voltei-me para o trabalho intelectual na busca desesperada de uma posição opcional que me ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa. Criada numa comunidade segregada, sulista, pobre e operária, onde a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe a "vida intelectual" sempre esteve ligada à carreira do ensino. (hooks, 1994, p.465)

Inspirada pela definição de violência epistemológica de Spivak (2010), ou seja, a retirada da possibilidade de alguns sujeitos lançarem a interpretação da história da sociedade a partir de suas culturas. A escrita e a intelectualidade parecem ser uma saída, uma “resposta” à violência epistemológica. Assim sendo, por meio da escrita é possível desenvolver uma prática rigorosa de desconstrução histórica (Neves, 2010).

Desse modo, na procura de meios pelos quais o subalterno fale, Spivak (2010) afirma a resignificação da história e a denuncia os mecanismos médicos, jurídicos, científicos que permeiam a história e são responsáveis pela criação de alguns, entre eles, as mulheres negras, como não falantes. Estes foram os esforços que Anzaldúa e hooks fizeram em seus escritos. Buscaram, através da palavra escrita, recontar a história dos grupos a que pertencem e desvelar como as mulheres de cor foram silenciadas e entendidas como um sujeito assujeitado.

A escrita/intelectualidade para estas autoras resulta na passagem da posição ingênua à posição crítica (Freire, 1980a). Ela possibilita a compreensão do sujeito como um ser formado no meio social em que se encontra inserido e, em contrapartida, influencia as caracterizações desse meio. Em outras palavras, representa a busca por transformação, sendo que esta ação implica na re-definição do mundo e numa re-significação de si mesmo (Freire, 1980).

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como ‘outro’ — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós?(Anzaldúa, 2000, p.332)

Sobre a intelectualidade, hooks (1995)

Valorizava-o não por ter-me trazia status ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver. (hooks, 1995, p.468)

A escrita, para estas autoras, é uma prática emancipatória, é através das letras que elas negociam, resistem às regulações corporais e às normativas de gênero, raça e sexualidade. Elas re-articulam a maneira de se reconhecerem e de construírem um *nós*. A escrita se apresenta como um instrumento de resistência. As autoras mostram que o uso que se faz da escrita revela seu fim.

A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado. (Anzaldúa, 2000, p.232)

Hooks e Anzaldúa tomam a escrita como objeto de análise, entendendo-a como uma prática fundamental para a possibilidade de se tornar sujeito. A escrita foi uma das formas de construção de uma consciência subalterna. Anzaldúa e hooks escrevem a partir da análise da inter-relação entre processos de dominação, formas de subjetivação e contra hegemonia.

A escrita é compreendida não como um objeto, mas como parte do processo de hierarquização violenta e naturalizada utilizado para silenciar mulheres.

Por que deveria tentar justificar por que escrevo? Preciso justificar o ser chicana, ser mulher? Você poderia também me pedir para tentar justificar por que estou viva? (Anzaldúa, 2000, p.232)

Vale lembrar que quando falo em subalternidade, estou dizendo de processos carregados de dinamismo, os subalternos não estão definidos, a priori, a partir de uma essência, mas como sujeitos imersos em jogos de poder, dominação e emancipação.

Para superarem essas barreiras, as negras que conseguem continuar dedicadas individualmente a uma vocação intelectual, sentindo-se igualmente ligadas à comunidade, tem de mapear essa jornadas, nomeando o processo. (hooks, 1995, p.471)

Ao pontuarem porque escrevem, colocam em interseção subjetividade, percepção de si e do meio, o que parece ser uma proposta epistemológica. O *eu*, o *nós* e o *eles* são delimitados na escrita. A escrita como uma possibilidade de reinterpretar a própria história, construir novos significados. Por tudo isso é tão caro à Anzaldúa escrever sobre os motivos de a escrita ser restrita a alguns.

Hooks e Anzaldúa traçam caminhos que em muitos momentos se encontram e em outros se distanciam, mas as duas autoras enxergam a escrita como um mecanismo de

transformação de si e do mundo, seja a partir da intelectualidade, seja a partir da escrita, o que está em voga é a produção de reconhecimento e a mudança do *locus* enunciativo das mulheres negras. É importante explicitar que esse reconhecimento não é um ponto de chegada estável, um horizonte fixo que se alcança após seguir passos predefinidos. A igualdade e o reconhecimento da diferença são horizontes que vão se constituindo e se reconstituindo a partir da inserção das mulheres na ciência, das posições que estabelecem, do “*Nós*” que se consegue constituir.

O que está em jogo na procura pela intelectualidade na proposta de hooks e pela escrita na proposta de Anzaldúa é, na afirmativa de Spivak (2010), quem pode construir verdades e como estas verdades são produzidas. Neste sentido, a discussão sobre a produção científica transporta o debate sobre a ciência para a capacidade do sujeito subalterno produtor do conhecimento representar-se (Figueiredo, 2009).

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (Anzaldúa, 2000, p.234)

A reivindicação ao reino da palavra, seja ele, como aponta Anzaldúa, a partir da escrita ou como aponta hooks, a partir da intelectualidade, é uma estratégia para a passagem de uma relação de subordinação para uma relação de opressão (Mouffe & Laclau, 1985). Sendo assim, essa reivindicação tem um caráter eminentemente político, já que questiona o estabelecimento das desigualdades e interroga sobre seus pressupostos. Dito de outro modo, a escrita e a intelectualidade são a ruptura com o *locus subalterno* e o estabelecimento do *locus enunciativo*.

Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas (Anzaldúa, 2000, p234).

A luta pelo direito à escrita travada por Anzaldúa é o que Spivak (2010) e o grupo de teóricos dos estudos subalternos vão nomear como ausente no subalterno. Dito de outro modo, Anzaldúa reivindica a existência, a autorrepresentação, a fala roubada pelos processos de subalternização (Figueiredo, 2009).

Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso (Anzaldúa, 2000, p.234).

Se no tempo presente pensarmos que quem não se torna sujeito sujeita-se, só o fazemos porque interpelamos as relações sociais, identificamos desigualdades estabelecidas e mantidas nestas relações e, principalmente, por que vislumbramos a enunciação do subalterno. Esta enunciação se dá a partir de alguns deslocamentos, entre eles, a passagem do subalterno do lugar de “outro” na produção científica para o de sujeito de pesquisa, pesquisador. Dito de outra maneira, aqueles que em um momento anterior eram reconhecidos como objetos abjetos dos distintos saberes, no presente, reclamam o direito à produção de um saber local, um saber sobre si. Vale lembrar que a subalternidade é abordada como uma posição relacional, uma resultante de relações de poder que regem uma sociedade injusta, mas cambiante e mutável.

Se para a superação da condição de subalternidade exige-se a identificação do potencial contra-hegemônico (Simionatto, 2010) da esfera pública, a escrita e a intelectualidade são este potencial, segundo hooks e Anzaldúa. As autoras se revelam, significam e reconstroem a partir da escrita e, para fazê-lo, pensam a sociedade e a ciência/o campo da escrita. Dessa maneira, minha compreensão do falar é justamente a interpelação pública a qual as autoras fazem no exercício da escrita.

É a partir desta constatação que me pergunto se minha escrita tem contribuído para a superação da condição subalterna? Sim, na medida em que desvela a naturalização de lugares sociais que foram atribuídos às mulheres na ciência e investiga as saídas encontradas no pensamento feminista, que, em grande medida, se expressa na produção de Anzaldúa e hooks.

Nestas idas e vindas do texto, uma máxima sempre esteve presente a noção de experiência. E a partir das noções de bell e Gloria me faço uma pergunta: a obra das autoras permite pensar agenciamentos e possibilidades de mudança social ou para afirmar a subordinação? A minha resposta a esta pergunta é que este é um estudo sobre a agência possível das mulheres na ciência. As autoras Anzaldúa e hooks são mulheres que pensam sobre a própria subalternidade e me instigam a pensar sobre a minha. Indo mais além, elas propõem uma escrita contra-hegemônica que produz efeitos sobre a hegemonia, efeito de transformação.

A pergunta de Spivak “pode o subalterno falar?”, manteve-se durante todo o processo de escrita, em todos os capítulos de minhas análises. Busquei uma resposta e a propus no diálogo com Anzaldúa e hooks, elas, que falam ao mesmo tempo em que são silenciadas. Mas a pergunta se mantém em minha mente, “posso eu falar?”. Estar com esta questão em mente,

me deixa atenta aos processos de subalternização, mantendo-me em constante movimento de resistência.

Esta é a mensagem que mais quero compartilhar com as jovens negras temerosas de que o trabalho intelectual nos aliene do mundo 'real'. De fato, quando exercemos um trabalho intelectual insurgente que fala a um público diverso, a massas de pessoas de diferentes classe, raça ou formação educacional, nos tornamos parte de comunidades de resistência, coalizões que não são convencionais. O trabalho intelectual quando não relacionamos ou dividimos nossas preocupações por miríades de interesses. (hooks, 1995, p. 476)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo "O *locus* enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de Gloria Anzaldúa e bell hooks" busquei compreender as possibilidades de enunciação das mulheres na ciência moderna. Para isso percorri um caminho teórico que pensava a ciência e a produção de subalternidade de mulheres.

Este percurso se dividiu em quatro partes. Na primeira parte, desenvolvi análises do conceito de subalternidade, do subalterno e me atentei à possibilidade de fala subalterna, sem perder de vista uma reflexão do que significaria falar. Na segunda parte, percorri o vasto campo das teorias feministas e dos estudos de mulheres e ciência. Estudos estes que percorrem desde retomadas biográficas da história das primeiras cientistas mulheres na ciência até dados estatísticos do contexto atual da participação da mulher na ciência. Já as teorias feministas, passeiam entre as discussões ligadas à luta das mulheres ao voto até as lutas pela pluralização da categoria "mulher". A terceira parte se adentra nas discussões epistemológicas e metodológicas, a partir da crítica das mulheres à ciência e das contribuições do pensamento feminista na busca de um outro modelo científico. Terminei apresentando o meu caminho reflexivo na análise das produções de bell hooks e Gloria Anzaldúa.

Neste processo, ao colocar em diálogo autores que baseiam seu pensamento em princípios epistemológicos distintos, posso ter incorrido no erro de articular teorias e perspectivas opostas. Se o fiz, não foi por uma imprecisão ou por descuido teórico-metodológico, mas, sim, a partir da compreensão de que as teorias são uma ferramenta na busca de compreensão da sociedade.

Neste caminho, Sandoval Salvador, em entrevista a Silveira (2004, p.15), afirma que "o estudo tem que ser movido pelo fenômeno e não pela teoria". Assim, nos termos propostos pelo teórico, a busca por respostas científicas relevantes deve estar, justamente, na orientação das e dos intelectuais e pesquisadores/pesquisadoras pelo fenômeno. Isso significa abordar as ramificações do problema e:

(...) a partir daí todo fenômeno pode ser ampliado em sua pesquisa ou aprofundado. O problema de ser orientado pela teoria é que você tem que ir à procura de um fenômeno que caiba à ela, acabando por se tornar um generalista. (Silveira, 2004, p.15)

Entre as conclusões estão: (1) A afirmativa de que a ciência é um espaço de normas e regras desiguais, possuindo um viés androcêntrico e sexista desde o seu "nascimento". Voltar-me para a história da ciência explicitou que o campo científico foi ao longo dos tempos

se constituindo como o mundo dos homens, excluindo ou invisibilizando as mulheres; (2) A definição de subalternidade é, muitas vezes, abordada a partir das categorias binárias subalterno *versus* dominador sem complexificar a subalternidade como uma posição mutável que se configura a partir de relações de poder e saber; (3) As hierarquias entre mulheres foram debatidas e a secundarização das experiências das mulheres negras, homossexuais, do terceiro mundo foi questionada. As mulheres, principalmente, as mulheres negras foram, associadas à irracionalidade e acrescidas de fatores para além do ser mulher para isso; (4) Na contramão do modelo científico hegemônico moderno, as teorias feministas têm apontado novos horizontes interpretativos em que a tríade neutralidade, objetividade e universalidade é substituída pela tríade criticidade, posicionamento e reflexividade, tendo a experiência como uma categoria útil de análise.

Geralmente as considerações finais são, na maior parte das vezes, um momento para resgatar o que foi desenvolvido ao longo da dissertação, as respostas encontradas e as "verdades" produzidas. Gostaria, no entanto, de seguir um outro caminho, não contrário ao supracitado, mas associado a ele. Em outras palavras, um caminho que se associe o percurso da escrita com os apontamentos para o futuro, as limitações do estudo e também como esse processo investigativo me tocou.

Início então esse processo falando do feliz encontro com bell hooks e Gloria Anzaldúa, quando busquei estabelecer um diálogo cuidadoso com hooks e Anzaldúa. O diálogo, por sua vez, me colocou em uma posição nada confortável. Não era mais possível compreender minha produção como um requisito para a obtenção de um título científico, como investigadora me tornei responsável pelos impactos políticos da minha produção. Busquei manter minha prática investigativa em permanente avaliação e questionamento, de maneira nenhuma gostaria de universalizar a experiência das autoras e a minha experiência. Este pressuposto me deixou sob uma constante vigilância, o conhecimento pretensamente universal é sedutor. Acredito que este seja um exercício reflexivo crítico teórico-feminista por excelência. Dito de outro modo, a desconfiança na essência, na neutralidade, na objetividade e em políticas universalistas é parte das proposições feministas. Esta desconfiança que sempre está no olhar feminista coloca todas, nós feministas, que estamos na ciência, em uma atenção política e epistemológica em relação ao próprio conhecimento, à posição que vamos assumir e ao pensamento que será compartilhado. Todas estamos sujeitas a reproduzir uma lógica universalizante, por esse motivo, é necessário manter sempre os olhos abertos e a reflexividade é fundamental.

Uma pergunta se manteve durante todo o caminho reflexivo: Como fazer uma ciência a partir de uma crítica a tríade universalidade, neutralidade e objetividade? Não encontrei uma

resposta pronta para tal questionamento ao longo da investigação, mas encontrei, certamente, um campo. O chamado campo intelectual feminista é marcado por atravessamentos diversos, tensões entre as distintas teorias feministas, que vão desde questionamentos sobre a universalidade da mulher, sendo esta branca, heterossexual, de classe média, moradora de um país de primeiro mundo, ocidental, até questionamentos acerca da construção de um método feminista ou metodologias feministas. No que se refere a estas tensões, é possível dizer que várias delas estão presentes nos textos analisados. Neste caminho, Patrícia Collins (1990) refuta toda e qualquer compreensão que afirme uma única forma de compreender a realidade, seja ela oriunda da própria teoria feminista ou de outra. Assim, como não há uma mulher que represente todas as mulheres, não há também uma teoria geral que dê conta de toda a complexidade social. Há uma proposta local, contextual e posicionada de produção de verdade.

Um longo caminho de conflitos e tensões parece estar desenhado que só por meio de uma constante vigilância e crítica epistemológica dos pressupostos das ciências sociais e humanas que poderemos gerar um conhecimento múltiplo, localizado e temporal, que desconstrua e reconstrua os modelos que durante um longo tempo se enraizaram nas reflexões sobre a ordem social (Menafrá, 2007) contribui para o agenciamento de mulheres na luta por uma sociedade mais equivalente.

Ressalto que é impossível ser a mesma. Fui atingida em cheio pelos questionamentos e proposições destas mulheres, o percurso dissertativo me possibilitou encontros comigo mesma, com elas e com o *nós* a que eu pertença. Fui profundamente interpelada por estas autoras. Questionei a ciência a qual fui prontamente criada para pertencer. Meus pais sempre desejaram uma filha que pertencesse ao rol intelectual. Nem sabiam ao certo o que isso seria, mas sabiam que havia prestígio em sê-lo. Estudei em boas escolas e sempre entendi que era mais do que o ensino médio, mais do que a graduação e mais do que o mestrado. Havia um lugar que eu gostaria e deveria integrar. Mas, ingenuamente acreditei que era só me esforçar mais, era só passar mais tempo entre os livros e nas bibliotecas e eu teria reconhecimento científico. A cor da minha pele seria aplacada pelo esforço, minha sexualidade pela objetividade e imparcialidade. Ao descobrir que não era bem assim, que a ciência era mais um campo onde as barreiras de gênero, sexo, sexualidade, raça e classe se manifestavam, me senti sozinha. Este sentimento é profundo e parece vir de lugar nenhum, eu também havia sido ensinada a não perceber a cor do outro, o sexo do outro a sexualidade do outro.

Foi, portanto, no meu encontro com as autoras numa das estantes da biblioteca que me pus a pensar: será que o meu sentimento de solidão neste espaço tem a ver com minha cor, minha origem, minha sexualidade, meu corpo? Procurei iguais a mim naquele dia e não

encontrei, olhei mais uma vez e vi a bibliotecária, ela foi a única negra que encontrei. Mas este sentimento diminuiu quando coloquei meus óculos, olhei para minha mesa e li:

Enquanto tateio as palavras e uma voz para falar do escrever, olho para minha mão escura, segurando a caneta, e penso em você a milhas de distância segurando sua caneta. Você não está sozinha. (Anzaldúa, 2000, p.232)

As palavras de Anzaldúa (2000) contribuíram para desfazer a cortina de fumaça a minha frente. Eu não me sinto mais sozinha. Espero que outras mulheres também percebam as opressões e agenciamentos que a ciência pode ter e compactuem para uma produção mais justa e democrática.

A pergunta sobre relações entre ciência e política, sobre corpo e mente, sobre poder e ciência, corpo e ciência, cor e poder, sexualidade e legitimidade se mantêm vivas na minha mente. Caminho então com a sensação de que muitas respostas, resistências e agências virão neste caminho.

Não me canso de dizer que este foi um percurso longo e árduo em que tive que lidar com as minhas próprias limitações. Fiz descobertas, tive bons encontros teóricos e deixei visíveis minhas fragilidades epistemológicas e metodológicas. Neste processo de investigação vivi a rua intensamente assim como as bibliotecas e núcleos de ensino da UFMG. Eu era uma das muitas feministas que tomaram as ruas de Belo Horizonte durante as manifestações de junho de 2013 exigindo um outro mundo possível. Fui parte de um grupo de muitos e muitas jovens que escreveram cartazes, usaram lenços nos rostos e os pintaram.

Vivi entre o desejo de ver as mulheres exigindo visibilidade nos espaços públicos, assembleias populares, na organização das pautas do movimento, na linha de frente contra a polícia, nas ruas e a vontade de descobrir as rebeliões de algumas mulheres na ciência. Esse aparente conflito de interesses, na verdade, partia de uma concepção de política que incluiu a relação entre militância e academia. Tentei resolver este dilema tornando meu texto uma forma de me expressar, com toda objetividade e centralidade que o conhecimento acadêmico exige, o meu vandalismo. O (irre)conciliável da produção de mulheres na ciência.

Perguntar-me sobre a subalternidade na ciência não foi somente um pensar sobre ela, foi, também, um teorizar sobre mim. Certamente me aventurei em um campo novo para mim, em uma ação feminista para além das ruas, na incorporação de uma perspectiva em que academia e militância andam juntos na busca por equivalência e justiça social. Em outras palavras, enxergava a ciência como um *locus* de enunciação e não de oposição.

Em um momento avaliativo, mesmo ainda estando muito imersa no processo de escrita, consigo apontar alguns pontos que por motivos diversos não foram aprofundados

nesta dissertação e já me fazem perceber as limitações deste estudo e vislumbrar novos horizontes na vida acadêmica.

Entre as limitações estão à necessidade do desenvolvimento da história dos feminismos de maneira a apresentar as tensões, os conflitos, com maior profundidade, o que auxilia a pensar como as mulheres foram, historicamente ocupando certos lugares, e principalmente, quais os efeitos dessa "história oficial" que primazia a naturalização de lugares e funções sociais para homens e mulheres. Acredito que esta é uma discussão eminentemente política e que os estudos de gênero e sexualidade têm apontado para horizontes interessantes e instigantes.

Outro limite do estudo foi a pouca aproximação com o teórico europeu Foucault nos seus estudos sobre a história da ciência. As proposições do autor parecem ser frutíferas na discussão sobre a produção de verdades científicas e mais sobre como a ciência ganha legitimidade ao longo da história da humanidade. Começo a pensar na importância da construção de uma genealógica da ciência e da mulher na ciência no ocidente. A genealogia como uma atividade investigativa trabalhosa que exige longas horas de dedicação, que se atenta aos fatos desconsiderados, desvalorizados ou mesmo apagados pela "história oficial", na busca do estabelecimento de algumas verdades sobre a sociedade. A atividade genealógica requer, indispensavelmente, a busca pelos outros da história, os excluídos do discurso verdadeiro, ativando saberes locais que ficaram fora dos discursos proferidos como legítimos, verdadeiros. O que quero dizer é que, em outro momento, o desenvolvimento de uma genealogia de ciência pode permitir que eu volte a minha atenção, com mais afinco, para as discontinuidades da ciência e que me aventure na pergunta sobre ciência e ciências.

Outra limitação do trabalho que aponta para perspectivas no futuro é a constatação da dificuldade em identificar as dinâmicas de embranquecimento, sexistas, heteronormativas a partir de um olhar fronteiro sem correr o risco de estabelecer uma relação direta entre ciência e subalternidade. O subalterno também se constituiu a partir da lógica opressora. Analisar os efeitos dessa dinâmica nas subjetivações e posições é um exercício importante, fazendo surgir um paradoxo entre o individual e o coletivo. Há vivências que são compartilhadas, mas a experiência seria uma espécie de síntese provisória desses atravessamentos que podem ser elaborados, modificados, ressignificados. Dessa maneira, o aprofundamento da experiência como pressuposto da produção científica da epistemologia feminista ajudará a compreender quais os processos para tornar essa experiência inteligível, como se configuram as relações onde poderes, silenciamentos, interpelações e outras vozes se misturam e se constituem como experiência, como a experiência contribui para a formulação de um outro mundo possível e para a superação da universalização da categoria "mulher".

Termino por dizer que este foi um percurso de dissensos que, mais uma vez, explicitou escolhas. Entre elas esta a ideia de que o debate proposto neste trabalho não tem como fim a criação de uma ciência feminista, mas sim a publicização da multiplicidade de formas de se fazer ciência, na qual a teoria feminista propõe uma forma de pensamento. Nesse sentido, e em consonância como Schiebinger (2001, p.31), não procuro uma ciência feminista, especial, mágica ou mesmo esotérica, mas a incorporação de uma "consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência".

REFERÊNCIAS

- Alvarez, Sonia. (1998). Feminismos Latino-Americanos. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, 6(2/98), 265-284.
- Alvarez, Sonia; Freidman, Elisabeth; Beckman, Ericka; Chinchilla, Norma Stoltz; Lebon, Nathalie; Navarro, Marysa & Tobar, Marcela Ríos. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2(11), 541-575.
- Alves, Branca Moreira & Pitanguy, Jacqueline. (1985). *O que é Feminismo*. São Paulo: Abril cultural.
- Almeida, Guilherme E. S. de. (2005). *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Almeida, Sandra Regina (2008). Intelectuais cosmopolitas: mulheres, migrações e espaço público (pp.43-58). In: Cury, Maria Zilda Ferreira (Org.) *Intelectuais e a vida pública: migrações e mediações*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- Almeida, Sandra. R. G. (2010). Prefácio: apresentando Spivak. In: Spivak, Gayatri C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trads.) (pp. XX-XX). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Anzaldúa, Gloria Evangelina. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Books.
- Anzaldúa, Gloria E. (1991). To(o) Queer the Writer: Loca, Escrita y Chicana (pp.249-263). In: Warland, Betsy (Org). *Versions: Writing by Dykes, Queers and Lesbians*. Vancouver: Press Gang.
- Anzaldúa, Gloria E. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236.
- Anzaldúa, Gloria E. (2004). Movimentos de rebeldia y las culturas que tracionan (pp. 71-81). In: hooks, bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela & Gloria, Anzaldúa. *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Anzaldúa, Gloria E. (2005). La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência. *Estudos Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, 704-719.
- Arango, Elisabeth Maria; Barros, Maria Elisabeth Barros de & Oliveira, Sonia Pinto de (2005). Falando de metodologia de pesquisa. *Estudos em Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, 5(2), 18-28.
- Arrazola, Laura Susana Duque (2002). Ciência e crítica feminista (pp. 67-77). In: Costa, Ana Alice Alcântara & Sardenberg, Cecília Maria Bacellar (Org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: NEIM/UFBA: Redor.
- Azerêdo, Sandra. (1994). Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2(N.E.), 203-216.

Bach, Ana María. (2010). *Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista*. Buenos Aires: Biblos.

Bach, Ana Maria (2010a). El rescate del conocimiento. Temas de Mujeres. *Revista del Centro de Estudios Históricos e Interdisciplinario Sobre las Mujeres*. 6(6), 6-31. Recuperado em 10 de novembro de 2013, de [http://www.ffyh.unc.edu.ar/piemg/textos de int/Temas de mujeres nro 6.pdf](http://www.ffyh.unc.edu.ar/piemg/textos_de_int/Temas_de_mujeres_nro_6.pdf)

Bandeira, Lourdes. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, p.207-228.

Bairros, Luiza (1995). Nossos feminismos revisados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 3(2), 458-463.

Beauvoir, Simone. (1976). *O segundo sexo*. Paris: Gallimard.

Berea College (2013). bell hooks. Recuperado em 05 de dezembro de 2013 de <http://www.berea.edu/appalachian-center/home/faculty-and-staff/bell-hooks/>

Besse, Susan Kent (1999). *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. (trad. Lólio L. de Oliveira). São Paulo: EDUSP.

Beverley, John (2004). *Subalternidad y representación: debates en teoría cultural* (trad M. Beiza & S. Villalobos-Ruminott), Madrid: Iberoamericana.

Bhabha, Homi K. (2005). *O local da cultura*. (trads. Myriam Ávila & Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves). Belo Horizonte: Editora. UFMG, (Coleção Humanitas).

Brasil (2013), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pioneiras da Ciência do Brasil. Recuperado em 02 de fevereiro de 2014 de <http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil>

Borges, Maria de Lourdes. (2005). Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, 667-676.

Bourdeiu, Pierre. (1996). *A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.

Bourdieu, Pierre. (1983). O campo científico (pp. 122-155). In: Ortiz, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. (trad. Maria L. Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bourdieu, Pierre. (2002). *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Boudieu, Pierre. (2002). *Entrevistado por Maria Andréa de Loyola*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Bordo, Susan (2000). A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 10-29.

Bourdieu, Pierre. (2004). *Coisas ditas*. (trads. Cássia R. da Silveira & Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense.

Brandão, Ana Maria (2010). Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino. *Análise Social*, XLV(195), 307-327.

Butler, Judith (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo” pp. 151-172). Em: Guacira L. Louro (Org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cabral, Carla Giovana (2006). Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos Pagu*, (27), pp. 63-97. Recuperado em 01 de novembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200005&lng=pt&nrm=iso

Calvelli, Haudrey Germiniani & Lopes, Maria de Fátima (2011). A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In *Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV*, pp. 347-353. Recuperado em 22 de julho de 2013 de www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf.

Camilo, Adriana Almeida. (2010). *Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicos-bissexuais feministas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Canavate, Doris Lamus (2009). Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos. *Polis*, 8(24) (p. 95-109).

Cardoso, Cláudia Pons (2012) *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Carvalho, Ana Paula. (2006). As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. In: Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf.

Carvalho, José Jorge (2005a). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n.68, pp. 88-103.

Carvalho, José Jorge (2005b). *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. São Paulo: Attar Editorial.

Carrillo, Jesús. (2007). Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu*, (28), 375-405. Recuperado em 11 de novembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016&lng=en&tlng=es. 10.1590/S0104-83332007000100016.

Chassot, Attico (2004). Ciência é masculina? É, sim senhora... *Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ*, 19 (71/72), 9-28.

Clímaco, Danilo de Assis. (2009). *Tráfico de mulheres, negócios de homens, leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e o masculino*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Collins, Patricia Hill. (1990) *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Boston: Unwin Hyman, p. 221-238. Recuperado em 01 de janeiro de 2014, de <http://www.scribd.com/doc/26342147/Matrix-of-Domination>.

Collins, Patricia Hill. (1991). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. NewYork: Routledge.

Costa, Ana Alice A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, 5(2), 9-35.

Costa, Claudia de Lima (2004). In memoriam: Gloria Evangelina Anzaldúa. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, 13-14. Recuperado em 07 de dezembro de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21690.pdf>

Costa, Claudia de Lima. (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, (19), 59-90. Recuperado em 07 de abril de 2013 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-83332002000200004.

Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(2002). Introdução (pp. 11-24). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA- Redor.

Costa, Claudia de Lima & Ávila, Eliana (2005) Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), 691-703.

Costa, Frederico Alves (2010) *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos [manuscrito]: 2010 uma leitura a partir da Teoria democrática radical e plural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

Costa, H. S. M. (2006). A cidade (i)legal: Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade (pp. 145-169). In C. A. L. Brandão (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEAT.

Cruz, Robson Nascimento da (2008). *A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

Cruz, Edna Sousa (2011). Os sentidos do poder/saber dizer. *Entreletras* Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT, 2(3), p.1-3.

Cunha, Teresa. (2011). *Para além e um índico de desesperos e revoltas: uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, PT.

Curiel, Ochy. (2007). Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Revista Nómadas*, 26(4), 92 – 101.

Curiel, Ochy (2009). Identidades esencialistas o Construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas afrodescendientes. *Revista Electrónica Construyendo Nuestra Interculturalidad*, 4(5), 1-16. Recuperado em 05 de julho de 2013, de http://www.interculturalidad.org/numero05/docs/0601-Identidades_esencialistas_y_afrodescendientesCuriel,Ochy.pdf.

Cury, Maria Zilda Ferreira (2008) *Intelectuais em cena* (pp. 11-28). In: Walty, Ivete & Cury, Maria Zilda Ferreira (org.). *Intelectuais e a vida pública: migrações e mediações*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.

Dahms, Elizabeth Anne (2012). *The life and work of Gloria Anzaldúa: an intellectual biography*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Estudos espanicos. Universidade. Recuperado em 11 de janeiro de 2014, de http://uknowledge.uky.edu/hisp_etds/6.

Dewulf, Jeroen. (2006). “Por vezes nunca dantes ouvidas”: a viragem pós-colonial nas ciências humanas (pp. 131-140). In: Amaral, Ana Luísa & Cunha, Gualter (org.). *Estudos em Homenagem a Margarida Losa*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Dias, Maria Odila Leita da Silva (1994). *Novas subjetividades na historiografia feminista: hermenêutica das diferenças*. *Revista de Estudos Feministas*. 2(2), pp.373-382.

Dias, Maria Odila Leita da Silva (1992). *Teoria e método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e cotidiano*. In: Costa, Albertina w Bruschini, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

Diniz, André Geraldo Ribeiro (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Durão Fabio Akcelrud. (2009). *Da politização da desconstrução em Gayatri Spivak*. *Revista de Letras, São Paulo*, 49(2), 289-301.

Eagleton, Terry. (2003). *Figures of Dissent: Critical Essays on Fish, Spivak, Zizek, and Others*. London: Verso.

Enedino, Wagner Corsino; Souza, Celeste da Silva. (2014) *Subalternidade, marginalidade e violência num tempo sem lei: uma leitura de Quêro, uma reportagem maldita e híbrida*. *Revista Estação Literária*, (12), p. 370-387.

Estébanez, María Elina. (2003). *As mulheres na ciência regional: diagnóstico e estratégias para a igualdade*. *Revista ConCiência*, s/p. Recuperado em 10 de novembro de 2013, de <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/10.shtml>

Evarismo, Conceição. (2005). *Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face*. In: Moreira, Nadilza M. de Barros & Schneider, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e*

diáspora. João Pessoa: Idéia/ Editora Universitária da UFPB, p. 201-212.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA.

Freidan, Betty.(1971). *A Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, Carlos Vinícius da Silva (2010). Estudos subalternos: uma introdução. *Raído*, Dourados, 4(7), 83-92.

Figueiredo, Carlos Vinícius da Silva. (2009). *O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS.

França, Thais (2013). Mulheres que imigram através da academia: articulando gênero, raça e feminismo na produção de conhecimento. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: *CLACSO- E-Book*, (28), 5-20.

Friedan, Betty (1971). *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes.

Freire, Paulo (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro.

Freire, P. (1980a). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Foucault, Michael. (2004). “*Os corpos dóceis*”- *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (trad. Raquel Ramallete). Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, Michel. (2005). *Microfísica do Poder* (trad. Machado, R.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel. (1997). *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Furlin, Neiva (2012). A categoria de experiência na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3), 955-972.

Garcia, Marta I. González; Sedeño, Eulalia Pérez (2006). Ciência, tecnologia e gênero. In: Santos, Lucy Woellner dos. et al. *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR.

Gago, Verônica & Obarrio, Juan (2013). ¿Podemos oír al subalterno? *Ñ Revista de Cultura*. Recuperado em 10 de dezembro de 2013, de http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Gayatri-Spivak-entrevista_0_1024097850.html

Gergen, Kenneth J. (1993). A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social (pp. 48-67). In: Gergen, Mary McCanney (Org.). *O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Gnerre, Maurizio. (1985). *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes.

Goode, William J. & Hatt, Paul K. (1969). *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Cia Editora Nacional.

Gramsci, A. (2002). *Cadernos do cárcere*. (Trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sergio Henriques & Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v.5.

Gramsci, Antônio. (2007). *Quaderni del. Carcere*. Torino: Einaudi.

Guha Ranajit. (1982). *Subaltern Studies: Writings on South Asian Society and History*. Vol. VII: Oxford.

Guha, Ranajit & Spivak, Gayatri Chakravorty. (1988) *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press.

Harding, Sandra. (1987). Is there a feminist method? (pp.1-14). In: Harding, Sandra (org.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press.

Harding, Sandra (1986). The intability of the analytical categories of feminist theory. *Signs, Journal os women in culture and society*. 4(2), 645-664.

Harding, Sandra. (1996). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata.

Harding, Sandra & McGregor, Elizabeth. (1996). The Gender Dimension of Science and Technology. In: Moore, Howard J. (Org.). *World Science Report*. Paris: UNESCO.

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.

Hayashi, M.C.P.I.; Hayashi, C.R.M. & Cabrero, Girolamo, F. D. (2004). Participação feminina na ciência e tecnologia na UFSCar. In: Anais do Congresso de iniciação científica da UFSCAR, São Carlos. Recuperado em 19 de novembro de 2013, de <http://www.cict.ufscar.br/cic/>.

Hayashi, Maria Cristina Piumbato Innocentini; Cabrero, Rodrigo de Castro; Costa, Maria da Piedade Resende da & Carlos Roberto Massao, Hayashi (2007). Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. *Revista TransInformação*, Campinas, 19(2),169-187.

Honneth, Axel. (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (Trad. de Luis Repa). São Paulo: Editora 34.

hooks, bell. (1994). *Outlaw Culture: Resisting Representations*. New York: Routledge.

hooks, bell. (2000). *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press.

hooks, bell (1999). *Remembered Rapture: The Writer at Work*. Cambridge: South End Pres.

hooks, bell (2005). *Soul Sister: Women, Friendship, and Fulfillment*. Cambridge: South End Pres.

hooks, bell (1995a). Black Woman Artist Becoming (pp. 151–159). In: Bell-Scott, Patricia (Org.). *Life Notes: Personal Writings by Contemporary Black Women*. W. W.& Company: New York.

hooks, bell. (1995). Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, 3 (2), 464-478.

hooks, bell. (2014). The Biography Channel website. Recuperado em 12 de outubro de 2013 de <http://www.biography.com/people/bell-hooks-41040>.

hooks, bell. (1989). *Talking back: thinking feminist, thinking black*. Boston: South End Press.

hooks, bell (2004). Movimentos de rebeldia y las culturas que tracionan (pp. 33-50). In: hooks, bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Gloria; Morales, Aurora Levins; Bhavnani, Kum-Kum; Coulson, Margaret; Jacqui, Alexander, M. & Mohanty, Chandra Talpade. *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños.

hooks, bell. (1993). A Revolution of Values: The promise of Multi-Cultural Change. *The Journal of Midwest Modern Language Association*, 26(1), 4-11.

hooks, bell. (1978). *And There We Wept: Poems*. Los Angeles: Golemic.

hooks, bell (1981). *Ain't I a woman: Black women and feminism*. Boston: South End Press.

Hubbard, Ruth (1993). Algumas ideias sobre a masculinidade das ciências naturais (pp.21-36). In: Gergen, Mary M. (ed.) *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb.

Inep/Mec (2009). Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep.

Keller, Evelyn F. (1985). *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University.

Keller, Evelyn F.(2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, (27), 13-34. Recuperado em 20 de novembro de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>.

Kofes, Suely. (2001). *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras.

Kuhn, T.S. (2006). *A estrutura das revoluções científica*. São Paulo: Coleção Debates – ciência. Editora Broch. (Trabalho original publicado em 1992).

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.

Laclau, Ernesto. (1993). Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tempo (pp. 19-99). In: Laclau, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

Laquer, Thomas. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lessa, Patrícia (2007). Lesbianidade em movimento: a criação de subjetividade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Lessa, Patrícia (2008). Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do Boletim ChanaComChana. *Revista Gênero* (8)2, 301-334.

Leta, Jacqueline (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*. 17 (49), 271-284.

Lima, Nádia Regina Loureiro de Barros (2002). As mulheres na ciência: o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o público (pp. 51-66). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Orgs). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA: Redor.

Lopes, Maria Margaret; Sousa, Lia Gomes Pinto de & Sombrio, A Mariana Moraes de Oliveira. (2004). Construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia (1894-1976). *Gênero*, Niterói, 5(1), 97-109.

Luca, Leonora de (1999). O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*, (12), 275-299.

Lopes, Maria Margaret. (1998). “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu*, (10), 345-368.

Maffia, Diana (2002). Crítica feminista à ciência (pp. 25-38). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Redor.

Maggio, J (2007). “Can the Subaltern Be Heard?”: Political Theory, Translation, Representation, and Gayatri Chakravorty Spivak. *Alternatives*, (32), 419-443.

Mariano, Silvana Aparecida (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, 483-505.

Matos, Marlise. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista Sociol. Polít.* Curitiba, 18(36), 67-92.

May, T (2004). *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. (trad. C. A, S. N. Soares). Porto Alegre: Artmed.

Mayorga, Claudia & Prado, Marco A. M. (2010). Democracia, instituição e articulação de categorias sociais (pp. 46-70). In: Mayorga, C. (Org.). *Universidade cindida: universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mayorga, Claudia et al. (2010). O Problema que não tem nome: sobre metodologias para estudo das desigualdades (pp. 151-180). In: Mayorga, C. (Org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mayorga, Claudia. (2011). Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração. *Cadernos Pagu*, VX(37), 323-355.

Mayorga, Claudia; Coura, Alba; Miralles, Nerea & Cunha, Vivane Martins (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 21(2): 336, 466-484.

Melucci, Alberto. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

Melo, Ana Paula Lopes de. (2010a). “Mulher Mulher” e “Outras Mulheres”: gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Melo, Diogo Jorge de. (2013). Carlotta Joaquina Maury e o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. In: Anais do Fazendo Gênero 10, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51

Melo, Hildete Pereira de & Rodrigues, Lígia Maria C. S. (2006). *Pioneiras da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: SPBC.

Melucci, Alberto. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: University Press.

Menafrá, Rosina Pérez (2007). Notas sobre violência epistêmica, vigilância epistemológica e alternativas à produção do conhecimento em Ciências Sociais. *Latitude*, 1(2), 66-79.

Mendes, J. M. (2003). Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficinas on line*, 1-27. Recuperado em 12 de outubro de 2013 de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/194.pdf>

Menezes, Leopoldina Cachoeira (2013). Mulheres e pesquisa em ciências exatas da Universidade Federal da Bahia: uma análise preliminar. In: Anais do Fazendo Gênero 10, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385129218_ARQUIVO_LeopoldinaCachoeiraMenezes.pdf

Minella, Luzinete Simões (2013). Pioneiras no campo da Medicina: trajetórias nas interseções. In: Anais do Fazendo Gênero 10, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51

Mohanty, Chandra Talpade. (1991). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses (pp. 333-358). In: Mohanty, Chandra Talpade; Russo, Ann & Torres, Lourdes. *Third World Woman and the Politics of Feminism*. EEUU: Indiana University Press.

Mohanty, Chandra Talpade & Jacqui Alexander (1997). *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. London/New York: Routledge.

Mohanty, Chandra Talpade (2003). *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham & London: Duke University Press.

Morales, Aurora Levins (2004). Intelectual orgánica certificada (pp.63-70). In: hooks, bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Gloria; Morales, Aurora Levins; Bhavnani, Kum-

Kum; Coulson, Margaret; Jacqui, Alexander, M. & Mohanty, Chandra Talpade. *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños.

Moreira, Herivelto; Gravonski, Isabel Ribeiro; Carvalho, Marília Gomes de & Kovalesski, Nádia V. J. (2010). Mulheres Pioneiras nas Ciências: Histórias de Conquistas numa Cultura de Exclusão. In: Anais VIII Congresso Iberoamericana de Ciência, Tecnologia e Gênero. Recuperado em 22 de março de 2013, de http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E2_Mulheres_Pioneiras_nas_Ci%C3%A7ncias.pdf

Mouffe, C.(1995). Democratic politics and the question of identity (pp. 33-45). In: Rajchman, J. (Org.). *The identity in question*. New York: Routledge.

Mouffe, C. (1999). Carl Schmitt and the paradox of liberal democracy (pp. 38-53). In: Mouffe, C. (Org.). *The challenge of Carl Schmitt*. Nova York: Verso.

Muylaert, Elizabeth (2005). *Devires autobiográficos – a atualidade da escrita de si*. Tese de doutorado. Programa da Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

Narvaz, Martha G. & Koller, Silvia Helena. (2007). Feminismo e Terapia: a terapia feminista da família – por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131.

Neves, Sofia & Nogueira, Conceição. (2005) Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 18 (3), 408-412.

Neves, Rita Ciotta (2010). A perspectiva pós-colonial de Antoni Gramsci: os subalternos. *Babilónia*, (8/9), 59-64.

Nicholson, Linda. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.

Orlandi, Pulcinelli Eni. (2007). *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.

Oliveira, Vanilda Maria de (2006). *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

Oliveira, João Manuel de (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados – Alocação e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira (22), 25-39. Recuperado em 11 de novembro de 2013, de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso

Patricia, Lessa. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Patrocínio, Paulo Roberto Tonani do. (2010). A voz da periferia e a função do intelectual. *Darandina Revista eletrônica*, (3), 1-14.

Pelúcio, Larissa. (2012). Subalterno quem, cara pálida?: apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 2(2), 395-418.

Perrot, Michelle (1992). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Perucchi, Juliana (2000). Homoerotismo feminino: uma introdução. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: cultura, política e sexualidade no século XXI, Florianópolis.

Perucchi, Juliana (2001). *Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Pereira, J. A. (2012). *O tombamento do “Casarão da Barragem” e as representações da favela em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Pinto, Céli Regina Jardim. (2003). *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paul: Editora Fundação Perseu Abramo.

Pinto, Joana Plaza (2008). Estranha a ‘mulher’: algumas questões teórico-políticas do sujeito do feminismo. In: II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso. VII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal, São Paulo, p.1-6 Recuperado em 15 de maio de 2013, de www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/29_Joana_PP.pdf.

Prado, Marco Aurélio Máximo. (2002). Da Mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 8 (11), 59-71.

Pedro, Joana Maria (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, 24(1), 77-98.

Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina (pp. Xx-xx). In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber - eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas americanas*. Argentina: CLACSO.

Quijano A (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17 (37). Recuperado em 12 de junho de 2013, de http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

Rago, Margaret. (1998). Epistemologia Feminista, Gênero e História (pp. 21-42). In: Pedro, Joana M. & Grossi, Miriam P. (Org.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres.

Ramazanoglu, Caroline & Holloand, Janet. (2002). *Fiminist methodology: Challenges and choices*. London: Sage.

Rees, Dilys Karen & Pinto, Joana Plaza (2012). Entre-lugares e identidades monolíticas: leituras múltiplas de Anzaldúa em sala de aula. *Cadernos de linguagem e sociedade*, 12(1), 30-55.

Reis, Jandira Gualberto dos. (2003). *Relações de gênero no cotidiano escolar: visões e concepções do corpo discente*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Reuman, Ann E. & Anzaldúa, Gloria E. (2000). Coming into Play: An Interview with Gloria Anzaldúa. *MELUS*, 25(2), 3-45.

Ribeiro, Alan Augusto Moraes (2013). Blackness: indetidades, racismo e masculinidades em bell hooks. In: Anais do Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos., Florianópolis. Recuperado em 30 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1383927814_ARQUIVO_AlanAugustoMoraesRibeiro.pdf

Ribeiro, Matilde. (2006). O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, 14 (3), 801-811.

Rich, Adrienne (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5 (4), 631-660.

Rohden, Fabíola. (2008). O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 15 (supl.), 133-152.

Roio, Marcos Del (2007). Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 29 (N.X), 63-78.

Said, Edward W. (1999). *Out of place: a memoir*. New York: Alfred A. knof.

Said, Edward W. (2000). *Representações do Intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Colibri.

Said, Edward W. (2004). O papel público de escritores e intelectuais (pp.25-50). In: Moraes, Denis (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Said, Edward W. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, Maria Cecília Mac Dowel dos (1995). Quem pode falar, onde e como? uma conversa "não inocente" com Donna Haraway. *Cadernos Pagu*, Campinas, (5) 1995, 43-72.

Santos, Vivian Matias dos (2013). Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na Terra da Luz. In: Anais do Fazendo Gênero 10, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384794717_ARQUIVO_FabioLuizRigueiraSimao.pdf

Sardenberg, Cecilia M. Bacellar (2004). Estudos Feministas: Esboço Crítico (pp. 17-40). In: Amaral, Célia Chaves Gurgel do (Org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*. Salvador: Redor.

Sardenberg, Cecília M. Bacellar (2002). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? (pp. 89-120). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Redor.

Sartre, Jean-Paul. (1994). *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática.

Sarti, Cynthia A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, (16), 31-48.

Sarti, Cynthia A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, 35-50.

Sedeño, Eulelia Pérez(dir.) (2003), La situación de las mujeres en el sistema educativo de ciencia y tecnología en España y en su contexto internacional”, Programa de Análisis y estudios de acciones destinadas a la mejora de la Calidad de la Enseñanza Superior y de Actividades del Profesorado Universitario. Recuperado em 30 de dezembro de 2012 de <http://www.univ.mecd.es/univ/jsp/plantilla.jsp?id=2148>

Selbach, Jeferson Francisco (2005). Mulheres cachoeirenses: elite e subalternas se diferenciam (pp. 05-32) In: Selbach, Jeferson F.; Brumm, Rosemary & Carlos, Ione Sanmartin (Org.). *Mulheres: história e direitos*. Cachoeira do Sul: Editora do Autor.

Selem, M. C. O. (2007). *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Schmidt, Simone Pereira. (2004). Como e porque somos feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.): 264, 17-22.

Silva, Tomaz Tadeu da (2000). A produção social da identidade e da diferença (pp. 73-102). In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes.

Silva, Fabiane Ferreira da (2012). *Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

Silva, Fabiane Ferreira da (2013). Conciliando identidades: Mulher, mãe , esposa cientista.... In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p.1-12. Recuperado em 30 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384792028_ARQUIVO_FabianeFerreiradaSilva.pdf

Silva, Fabiane Ferreira da (2008). A (In)Visibilidade das Mulheres no Campo Científico *Democratizar*, 2 (1).

Silveira, Andréa Fernanda (2004). Falando sobre temas de Psicologia Política: Entrevista com Sandoval Salvador. *Revista Psicologia Argumento*, Curitiba, 22 (39), 11-15.

Simionatto, Ivete. (2010). Política, cultura e hegemonia: as classes subalternas em questão (pp. 35-45). In: Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, Niterói.

Recuperado em 18 de dezembro de 2013, de http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ivete_Simionatto.pdf

Scott, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), 5-22.

Scott, Joan W. (1999). Experiência (pp.21-55). In: Silva, Alcione da *et al.* *Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres.

Scott, Joan W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. 13 (1), 11-30.

Schiebinger, Londa. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, São Paulo: EDUSC.

Schun, Mônica R. (org.). (2004). *De canhão a cartola: meandros de um itinerário emblemático* (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982). Masculinidades. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). (trads. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa & André Feitosa). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1994). Quem reivindica alteridade? (pp. 187-205). In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard university Press.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (2004). *Critica dela ragione postcoloniale*. Roma: Meltemi.

Soihet, Rachel. (1996). *Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ.

Soihet, Rachel. (2002). Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *labrys: Estudos Feministas*, (1) 2, julho/dezembro, s/p. Disponível em: http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys1_2/rachel1.html

Stamatto, Maria Inês Sucupira (2002). Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 –1910). In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, p.1-11. Recuperado em 08 de outubro de 2013, de <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>

Swain, Tania Navarro (1999). Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. *Cadernos Pagu*, Campinas, 12, 109-120.

Taylor, C. (2007). O que é agência humana? (trad. R. Torres & F. Maciel). Em: J Souza & P. Mattos (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI* (pp.9-39). São Paulo: Annablume.

Toledo, Livia Gonsalves & Filho, Fernando Silva Teixeira (2010). Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 10(1), 39-61.

Tosi, Lúcia (1998). Mulher e ciência e revolução científica: a caça às bruxas e a ciência moderna. *Cadernos Pagu*, Campinas, (10), 369-397.

Varela, Alex Gonçalves (2013). Gênero e trajetória científica: as atividades da cientista Marta Vannucci no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (1946-1969). In: Anais do Fazendo Gênero 10, Florianópolis. Recuperado em 10 de outubro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51

Varikas, Eleni. (1996). “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, 2(3), 59-80.

Verçoza, Lúcio Vasconcellos de (2012). Sobre a possibilidade ou impossibilidade de fala do subalterno e o papel do intelectual: notas acerca da reflexão de Spivak. In: Anais do III Seminário do PPGS UFSCar: Sociologia em movimento: novos olhares, novas perspectivas. p.1-10, São Carlos. Recuperado em 10 de outubro de 2013, de http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/vercoza_lc3bacio.pdf

Velho, L & León, E. (1998). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, pp 309-344.

Viega, Ana Maria. (2006). Mulheres e ciência: uma história necessária. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3), 819-841.

Unger, R. (2001). Dilemmas of power: questions of all of us. *Comunicação apresentada na Bridging the Gap: Feminisms and Participatory Action Research Conference*. Boston College. Boston: USA.

Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.

Wittig, Monique (1992). *El pensameinto heterosexual y outros ensayos*. Barcelona: Egales.